



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPB:
Das Perseguições à Anistia**

FERNANDO LUIZ ARAÚJO DA COSTA

João Pessoa
2022

MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPB: Das Perseguições à Anistia

FERNANDO LUIZ ARAÚJO DA COSTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de pesquisa: História e Regionalidades.

João Pessoa
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 261 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do mestrando FERNANDO LUIZ ARAUJO DA COSTA, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 15 horas, em sessão realizada virtualmente, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria do mestrando **FERNANDO LUIZ ARAUJO DA COSTA**, matrícula **20201005733**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS, conforme encaminhamento da Professora SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS, Coordenadora do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho do mestrando foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES** (UFPB – Orientador e Presidente da sessão), **RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA** (UFPB – Examinador Externo) e **TELMA CRISTINA DELGADO DIAS FERNANDES** (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu na virtual do CCHLA/UFPB, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente **PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou ao mestrando para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado “MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPB: Das Perseguições à Anistia”. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação do mestrando. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:

A banca avaliadora considera que o trabalho contempla as exigências de uma dissertação de mestrado, sendo uma importante contribuição para historiografia na temática do movimento estudantil e da anistia no estado da Paraíba. No entanto, a banca solicita um aprofundamento no diálogo entre a narrativa e os conceitos e correções na redação final do trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADO**. Deve a secretaria do PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS, Coordenadora do PPGH, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pelo mestrando.

João Pessoa, 15 de dezembro de 2022.

Orientador Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Examinador Externo Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Examinadora Interna Profa. Dra. Telma Dias Fernandes

Mestrando Fernando Luiz Araújo Costa

Catlogação na publicação Seção

C837m Costa, Fernando Luiz Araújo da.

Movimento estudantil na UFPB : das perseguições à anistia /
Fernando Luiz Araújo da Costa. - João Pessoa, 2022.
133 f. : il.

Orientação: Paulo Giovani Antonino Nunes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ditadura - Perseguições estudantil. 2. Movimento estudantil. 3.
Anistia - UFPB. I. Nunes, Paulo GiovaniAntonino. II. Título.

UFPB/B

CDU 321.6(043)

de Catlogação e Classificação

À Mãe Rainha de Shoenstatt. À minha família, à Soledade, aos militantes, à todas as pessoas que contribuíram para realização desta pesquisa. À memória de todas as pessoas anistiadas na Paraíba ou que ainda lutam por Anistia.

AGRADECIMENTOS

Quando comecei o interesse pela história da Ditadura Militar, recebi apoio e orientações de minhas mestras e meus mestres ao longo do caminho, desde Tânia Marques Peixoto, professora de História e teatro do Ensino Médio, na Escola Cenecista João Régis Amorim no Geisel. Depois do professor do Departamento de Filosofia da UFPB, Giovanni Queiroz (*in memoriam*) nos primeiros anos de graduação na UFPB, quando egresso da UEPB vim parar aqui na UFPB pelo processo de transferência voluntária. A estes mestres meu s agradecimentos de todo coração.

Sem dúvidas o despertar se confirmou quando a professora Lúcia Guerra nos trouxe o “Compartilhando Memórias” e na primeira mesa que assisti, foi Rosa Godoy (a Rosa mais linda que a UFPB nos legou) e Maria Salete Van Der Poel. Agradeço ao Compartilhando memórias pelas lindas audiências realizadas na UFPB e à Professora Lúcia Guerra pelo empenho na defesa da memória e da verdade, promovendo eventos, palestras, grupos de trabalho e projetos de extensão. Tive a alegria de ter sido seu bolsista e ter acesso aos arquivos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, um dado importante no processo de amadurecimento da minha pesquisa. Até que fui convidado por ela para ser estudante pesquisador na Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, no grupo de trabalho que se debruçou sobre a perseguição ao setor da Educação. Sou eternamente grato à professora Lúcia e por ser uma grande mestra na pesquisa dos arquivos.

Na disciplina de História do Brasil IV, conheci o professor Paulo Giovanni, que viria a ser nosso Presidente na Comissão da Verdade e hoje orienta esse trabalho. A empatia foi de primeira, o respeito, a camaradagem e o companheirismo. As dúvidas, as indicações de livros, os achados nos arquivos, tudo era comentado, compartilhado. Hoje é ele o meu orientador. Gratidão professor, apesar da pandemia, nossos encontros as tardes, mesmo que virtualmente me ajudaram muito.

Quando terminei o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC da Graduação em História, fiquei entre a cruz e a espada: quem eu chamaria para orientar a pesquisa e a escrita? Terminei meu drama, pedindo ao prof. Paulo que fosse leitor no TCC e à professora Lúcia Guerra para me orientar. A eles minha gratidão e meu discipulado.

Da graduação até a pós-graduação, eu permaneci em sala de aula na rede privada de João Pessoa e na militância no Movimento LGBT, especificamente no Movimento do Espírito Lilás - MEL, quando, nos idos de março de 2019, a professora Nazaré Zenaide (a Flor mais delicada dos Direitos Humanos), à qual já tinha contribuído em alguns arquivos da DOPS para a Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, na qual é membra, num encontro rápido na Praça da Alegria na UFPB, provocou -me a fazer um estudo sobre a Anistia, já que se estávamos comemorando os 40 anos da sua promulgação. Começamos um trabalho de análise documental nos arquivos da Fundação Lelio Basso e Lisli Basso, uma caixa de nome “Anistia no Brasil”, mas não quis trabalhar com essa documentação para o que viria ser minha proposta para o Mestrado em História em 2020. À Profa. Nazaré Zenaide, meus agradecimentos pelo encorajamento no processo que culmina com minha entrada no mestrado em 2020.

À servidora aposentada, Eliene Antunes Cavalcante do NCDH, ao companheiro Cleudo Gomes e às companheiras Juliana Dantas e Dandara Emilly, orientandos da profa. Nazaré, que me ajudaram no processo de escrita do projeto de pesquisa e estudando para o processo seletivo do programa de pós-graduação em História e sendo aprovado em terceiro lugar. A estes colegas no NCDH minha gratidão.

Com o início das aulas, na segunda semana, fomos todos surpreendidos com a pandemia do Covid-19, muito caminho ainda precisava ser percorrido e as aulas teriam que se adaptar ao modo EAD. Para mim um problema: não tinha um computador legal para isso e comecei a divulgar nas redes sociais e rodas de amigos, uma *vaquinha* online. Apesar de trabalhar, o salário não dava para comprar um computador novo. Não durou muito e logo duas tias: Ivanilde Cordeiro (*in memoriam*) e Maria Helena Cordeiro me presentearam com um notebook. A estas professoras, minha gratidão mais que amorosa, meu

respeito e amor profundo. Muito obrigado. Inesperadamente, Ivanilde faleceu no dia em que eu entreguei esta dissertação para a correção final do meu orientador.

Agradeço ao professor Rodrigo Freire da UFPB pela vinda como examinador externo. Tive a alegria de conhecê-lo quando estudante de História e sabia de sua paixão pelo tema da Ditadura na UFPB. Com ele, provocamos a professora Rosa Godoy para que fossem revogados pela UFPB, os títulos de Doutor Honoris Causa dos ditadores, torturadores e perpetradores dos Direitos Humanos. Pauta ainda na ordem do dia. Que nossa militância e coragem consiga essa vitória em nome da justiça, da memória e da verdade. Obrigado companheiro professor.

Agradeço à avaliadora interna, professora Telma Dias Fernandes, querida, amiga, companheira. Professora de História Oral no mestrado e de Metodologia II da graduação. Minha gratidão pelos conselhos e pelas boas gargalhadas. Nos tornamos muito queridos um para o outro. A professora Monique Cittadino, suplente nesta banca de avaliação, uma grande impulsionadora da pesquisa na área de Ditadura Militar na Paraíba, minha admiração, meu respeito e meu discipulado.

Agradeço a todas, todes e todos que me deram apoio em todos os sentidos no caminho percorrido. À companheira entrevistada e aos companheiros entrevistados: Lourdes Meira, Marcus Paiva, Washington Rocha, Walter Aguiar e Emilson Ribeiro, que abriram suas memórias para que pudesse contar e relembrar um tempo que jamais deve ser esquecido para que nunca mais se repita. Muito obrigado

Agradeço todas as minhas professoras e a todos os meus professores que me formaram e ainda me formam. Ao companheiro de luta e movimento, prof. Eduardo Guimarães, um grande ser humano que tive o prazer de dividir a casa.

Agradeço à Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, companheira de todas as horas, uma grande mulher que a Paraíba ganhou e que foi um grande auxílio nessa construção, pois ela sabia e

sabe de minhas limitações e sem deixar a pauta cair e a causa passar. Gratidão companheira.

Agradeço a toda minha família que acreditou em mim. A minha mãe Janeide Costa, professora e militante social, primeira mulher líder da primeira greve de professoras da Cidade de Soledade na PB, por ela e por causa dela, nenhum de seus filhos se perdeu para o fascismo. Agradeço as minhas irmãs Marinalva e Maricélia, esquerdistas e minhas três sobrinhas feministas Mirella Luíza, Monique Hanna e Júlia Rebeca. Agradeço a meu pai por sempre achar que estudo demais e que nunca vou parar de estudar.

Às ex-alunas e aos ex-alunos, toda estudentada do ensino fundamental e médio, ao longo de minha carreira de 13 anos de sala de aula. Aos colegas professores, colegas de profissão e de ofício. Aos confrades e consócias da Fundação Cultural Casarão Ibiapinópolis na pessoa do Presidente Tiago Marinho e da Fundação 24 de Setembro, na pessoa do fundador Inocêncio Nóbrega Filho, ambas em Soledade, aos confrades e consócias do Instituto Histórico, Cultural de Soledade e aos amigos de profissão Maria José Bezerra e Francisco Fialho. Meu abraço e companheirismo.

Agradeço à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba e ao seu Arquivo, instalado no Memorial da Democracia na Fundação Casa José Américo, na pessoa da Gerente Executiva de Arquivo da FCJA, Profa. Lúcia Guerra e à Suelen de Andrade Silva, Pesquisadora do Memorial da Democracia da Paraíba/FCJA, que permitiu acesso ao acervo da Associação Paraibana de Anistiados. Bem como ao arquivo do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Agradeço à Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, por tanta ajuda no processo de pesquisa para a escrita deste trabalho, ao valoroso trabalho desta equipe, parabéns e sucesso.

Às colegas e aos colegas da turma que convivemos tão pouco presencialmente. Agradecer a vida e a memória de Zênia Chaves (*in memoriam*), colega de curso que nos deixou durante a caminhada. Aos meus amigos e amigas das sextas feiras: Alef Máximo, Amanda Machado, Dayanny Deyse, Lucas Costa e Gutemberg Lima. Sempre um suspiro na correria.

Às gentes, ao povo, à classe trabalhadora tão sofrida. À todas as pessoas LGBTQIAP+ e ao Movimento do Espírito Lilás que aprende todos os dias a resistir para sobreviver e não morrer.

Ao Arquivo Central da UFPB que me permitiu analisar preciosos documentos que contribuíram muito nesta pesquisa, ao servidor João Carlos, arquivista responsável pelo setor, nossa gratidão.

Agradeço o som, a musicalidade, a originalidade dos tropicalistas: Gal Costa (*in memoriam*), Caetano Veloso e Gilberto Gil, bem como a Maria Bethânia, Elis Regina (*in memoriam*), Chico Buarque e Milton Nascimento que embalaram o processo de pesquisa, escrita e correção desse trabalho.

À UFPB, *alma mater*, livre, gratuita, de qualidade e resistente. Sempre nas trincheiras da Democracia e contra o fascismo.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é descrever e analisar casos de perseguições a estudantes da Universidade Federal da Paraíba durante a ditadura militar brasileira e verificar os processos de anistias que os beneficiaram. No processo de “abertura lenta e segura”, a distensão foi descortinada o regime militar instalado em 1º de abril de 1964 e viu surgir na sociedade os movimentos de mulheres, homens, em busca do perdão e o retorno de muitas brasileiras e brasileiros que estavam exilados. A pesquisa insere-se na nova história política, na visão de René Rémond (2003) e busca um diálogo entre história política e história cultural através do conceito de cultura política, de Serge Bernstein (1998) e Motta (2009). Adentramos no conceito de Justiça de Transição, segundo Félix Reátegui (2011) e Tosi (2014), para a fundamentação teórica e entender o conceito da transição no Brasil e seu contexto histórico. Utilizamos alguns processos de anistia da Associação Paraibana de Anistiados e da Comissão Nacional de Anistia, bem como documentos do SNI, Agência Recife, cedidos à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba e, hoje, disponíveis no acervo do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo. Documentação que pode ser considerada no dizer de Icléa Thiesen (2013) “documentos sensíveis” situadas nas fronteiras entre a memória histórica e a memória vivida. Produzidos pelo Estado, tendo por isso a caracterização primeira de “oficial” e por tratarem de narrativas de memória, em que violações aos direitos humanos foram perpetrados por agentes do Estado brasileiro e “possibilitam a reconstrução de memórias ‘machucadas’ pela tortura, pela clandestinidade e pela violência” (CATELA, 2011, p. 386). Através da história oral, colhemos depoimentos de mulheres e homens que atuaram no Comitê Brasileiro pela Anistia em João Pessoa, foram perseguidos pelo Regime e deram entrada no pedido de Anistia junto à Comissão Nacional de Anistia. Pela história oral, podemos ter informações da “vida diária e a cultura material de pessoas ou grupos” (PORTELLI, 1997, p. 27). Foram realizadas entrevistas com alguns dos nomes que surgiram a partir da análise dos documentos de pessoas que atualmente se destacam na militância política, em partidos políticos ou em movimentos sociais. Este trabalho está vinculado à área de concentração da História e Cultura Histórica, na linha de pesquisa História e Regionalidades do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB.

Palavras-chaves: Movimento Estudantil, Anistia, Justiça de transição, UFPB

ABSTRACT

This article aims to analyze and comprehend the process of persecution in Federal University of Paraíba (UFPB) students and their access to repair, in the context of transitional justice, from the enactment of the Amnesty Law (act N° 6683 of August 28, 1979). During the process of “slow, gradual and safe” political opening, the distention began to unravel the military regime installed in April 1st 1964, which led to the rise of many women and men fighting for forgiveness and the return of the Brazilian men and women who were in exile. This research takes place in the new political history, from the view of René Rémond (2003), and seeks to create a dialogue between political history and cultural history by means of the concept of Political History from Serge Bernstein (1998) and Motta (2009). We will introduce the concept of Transitional Justice, as stated by Félix Reátegui (2011) and Tosi and Silva (2014), in order to build theoretical foundation and understanding the concept of this transition in Brazil along with its historical context. We will, then, utilize the sources, the processes of amnesty requests from the Paraíba Association of the Amnestied and the National Committee of Amnesty, as well as documents from the SNI and the Recife Agency, granted to the Committee for the Truth and Memory Preservation of the State of Paraíba, currently available as part of the collection of the Democracy Memorial of Paraíba, located at the José Américo House Foundation. This documentation can be considered, in the words of Icléa Thiesen (2013), “sensitive documents”, placed in the limits between historic and lived memory, produced by the State, therefore primarily characterized as “official”, and because they are memory narratives in which the violations to human rights were perpetrated by agents of the Brazilian government and “enable the reconstruction of memories “impaired” by torture, clandestinity and violence” ” (CATELA, 2011, p. 386). By virtue of oral history we were able to collect the testimonies of women and men who operated in the Brazilian Committee for Amnesty, João Pessoa section, were then persecuted by the regime and later submitted their requests for amnesty to the National Committee of Amnesty. Using oral history we could also obtain information on the “daily life and the material culture of some people or a specific group” (PORTELLI, 1997, p. 27). Interviews were conducted with some of the individuals whose names have come up from the analysis of documents that reported the people who currently stand out in political militancy, whether in political parties or in social movements. This project is linked to the extension of History Concentration and Historic Culture in the line of History and Regionalities of the Post Graduation in History Program of UFPB.

Keywords: Student movement, Amnesty, Transitional Justice, UFPB

LISTA DE ABREVIATURAS

1 GptEngCnst – Primeiro Grupamento de Engenharia e Construção

15 RI – Décimo Quinto Regimento de Infantaria

AAP-PB – Associação de Anistiados Políticos da Paraíba

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ADUFPB - Associação Docente da UFPB

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações

AI – Ato Institucional

AI-5 – Ato Institucional Nº 5

ALN - Ação Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

API - Associação Paraibana de Imprensa

APML - Ação Popular Marxista Leninista

ARE - Agência Recife do SNI

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Assessoria de Segurança e Informação

CA – Centro Acadêmico

CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia

CBA-CG – Comitê Brasileiro pela Anistia de Campina Grande

CBA-JP – Comitê Brasileiro pela Anistia de João Pessoa

CBA-RJ – Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro

CBA-SP – Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CEU - Clube dos Estudantes Universitários

CEVPM-PB – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba.

CIE – Centro de Informação do Exército

CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CLAMOR - Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul

CMV-JP – Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONSUNI– Conselho Universitário da UFPB

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CORQUI – Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DA – Diretoria Acadêmico

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DSI/MEC - Divisões de Segurança e Informação do Ministério da Educação

ESG - Escola Superior de Guerra

FA – Frente Ampla

FAFI - Faculdade de Filosofia da UFPB

FCJA – Fundação Casa de José Américo

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FLLB – Fundação Léllio e Lisli Basso

FMP - Frente de Mobilização Popular

FURNE – Fundação da Universidade Regional do Nordeste

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM - Inquérito Policial Militar

JEC – Juventude Estudantil Católica

LSN - Lei de Segurança Nacional

LIBELU – Liberdade e Luta

MCP - Movimento de Cultura Popular

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MDB-Jovem – Juventude do Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MFA - Movimento Feminino pela Anistia

NIDHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCML – Organização Comunista Marxista Leninista

OI – Órgão de Informação

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

RU – Restaurante Universitário

SISNI - Sistema Nacional de Informações

SNI – Serviço Nacional de Informação

SSP/PE – Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UEEP - União Estadual dos Estudantes da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPES - União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas

URNE – Universidade Regional do Nordeste

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DE TEREZINHA ZERBINI EXIBINDO UM DOS CARTAZES DO MFPA.....	43
FIGURA 2 - ATO PELA ANISTIA NA PRAÇA DA SÉ, EM SÃO PAULO.....	47
FIGURA 3 – FOTOGRAFIA DO SENADOR LÉLLIO BASSO NA CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DO I CONGRESSO BRASILEIRO PELA ANISTIA EM SÃO PAULO.....	48
FIGURA 4 – CARTAZ DA ANISTIA DO CBA-CG	56
FIGURA 5 – FOTOGRAFIA DA TENTATIVA DE INVASÃO DA FACULDADE DE DIREITO.....	61
FIGURA 6 - CAPA DO JORNAL A <i>UNIÃO</i> DE 06 DE MARÇO DE 1964	63
FIGURA 7 - REPORTAGEM DO JORNAL A <i>UNIÃO</i> DE 06 DE MARÇO DE 1964	64
FIGURA 8 – CERCO DA PM-PB AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO QUE FUNCIONAVA NO CEU	71
FIGURA9 – ATUAÇÃO DA LIBELU FONTE: FUNDO SNI- AGÊNCIA PERNAMBUCO	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I: A TRANSIÇÃO DA DITADURA MILITAR PARA DEMOCRACIA NO BRASIL	28
1.1 Contexto da abertura “lenta, segura e gradual” no Brasil.....	28
1.2 Distensão e a abertura no Estado da Paraíba	37
1.3 O Comitê Brasileiro pela Anistia em João Pessoa: sua constituição e pautas de luta.....	42
CAPÍTULO II: A PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDANTES DA UFPB DURANTE A DITADURA MILITAR	57
2.1 O caso da ocupação da Faculdade de Direito e as punições de estudantes no pós-golpe civil-militar.....	59
2.2 A repressão e a perseguição aos estudantes na UFPB	68
2.3 Estudantes da UFPB punidos pelo Decreto 477	87
CAPÍTULO III: RECONSTRUÇÃO E ANISTIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA PARAÍBA.....	94
3.1 O Estudantes e Anistia	100
3.2 A UFPB pede perdão.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	127

*à memória de quem se foi sem ser anistiado,
à memória de quem nunca mais voltou, à
memória de quem luta até hoje por Anistia.*

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é descrever e analisar casos de perseguições a estudantes da Universidade Federal da Paraíba durante a ditadura militar brasileira e verificar os processos de anistias que beneficiaram os estudantes perseguidos pela Ditadura Militar¹. Partindo do contexto nacional da distensão política proposta pelo presidente Ernesto Geisel: “processo da lenta, gradativa e segura distensão”² em detrimento do pensamento daqueles militares mais radicais que desejavam uma continuidade no poder. Surgiu assim a luta da sociedade civil organizada e contribuiu com os rumos da retomada da democracia, tensionando o governo para anistia dos perseguidos políticos.

Desde os primeiros momentos da tomada do poder pelos militares em 1964, homens e mulheres, permaneceram na atuação política e organizaram-se em movimentos clandestinos de resistência e sofreram repressão, como denunciou o deputado Márcio Moreira Alves em 1966: “o emprego de torturas, minuciosamente executadas no Brasil após o golpe militar de 1º de abril de 1964, parece ter causado incredulidade em quase todo mundo” (ALVES, 1966. p. 16). Com a resistência ao regime, a violência foi estabelecida, a repressão, o uso da força, o terrorismo de Estado, a censura, as cassações dos parlamentares, a força da polícia política para violações de direitos e a retirada de mandatos dos representantes do povo que foram legitimamente eleitos, o uso da força para combater os opositores através da doutrina da Segurança

¹Para tratar o fato político de 1º de abril de 1964 como Golpe-civil-militar de Estado, usaremos o conceito de René Amand Dréifuss no clássico “1964: a conquista do Estado, ação política e golpe de classes” que defende a atuação de setores militares e civis no processo de tomada de poder e derrubada do governo João Goulart. Para ele, baseado em Gramsci, as elites orgânicas balizaram as ações dos militares e financiaram, junto com políticos conservadores da União Democrática Nacional (UDN), um Estado autoritário e violento. Tais práticas foram popularizadas, segundo Carlos Fico (2004) por propagandas divulgadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IBAD), pois estas elites deram aos militares poderes para desempenharem, em nome da ordem, a força de um regime militar.

²Discurso do Presidente Ernesto Geisel aos dirigentes da ARENA em 29 de agosto de 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/17.pdf/view>, acesso em: 24/03/2021. Mas em março de 1974, Geisel ensejava no seu primeiro discurso ministerial: “envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/ernestogeisel/discursos/1974/03.pdf/view>, acesso em: 15/03/2021.

Nacional³ (ARNS, 1985. p. 72). Foi no contexto de lutas e manifestações pacíficas, comícios, passeatas e pichações, panfletos e palavras de ordem que estudantes secundaristas e universitários de todo país junto com outras categorias da sociedade: às mulheres, às professoras, os professores e à classe trabalhadora, na busca pela Democracia, a partir da iniciativa do movimento estudantil, que imediatamente ao golpe de 1º de abril de 1964 esteve na resistência de massa nas ruas no enfrentamento à polícia, nos comícios relâmpagos e nas denúncias e depois de 1977 quando da abertura política se reorganizou. A luta pela anistia, que trataremos neste trabalho, tenciona a Ditadura Militar para que os direitos até então negados, as liberdades até então vigiadas e censuradas, fossem voltando aos ares do Brasil e ao cotidiano da sociedade.

Sobre as perspectivas teóricas, este trabalho se localiza no campo da chamada nova história política da Terceira Geração da *Escola dos Annales* e do materialismo histórico, quando há a indicação da possibilidade da volta da História Política com os trabalhos de Jaques Le Goff (1983) e Jaques Julliard (1995) e a contribuição de historiadores ingleses, como E. P. Thompson e Christopher Hill (BARROS, 2012 p. 12).

De acordo com Ângela de Castro Gomes, no Brasil essa renovação para o político alinhada à História Cultural se dá nos anos de 1970 durante o governo Geisel, no meio do processo de abertura, a década da Anistia e os anos de 1980 marcados pela redemocratização. (GOMES, 2005, p. 22) Nesse período muitos programas de pós-graduação em História, e outras áreas de humanas das mais variadas universidades do país, voltam seus olhares para o campo social, para a classe trabalhadora, para luta dos sindicatos e para a nova história política. Segundo Gomes, esses estudos estavam intimamente ligados ao estudo do pensamento social brasileiro e com isso, na história e na cultura política se tornava mais comum perceber este olhar nos historiadores.

³ Para uma maior compreensão do termo ver: COMBLIN, Pe. Josepf. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Tradução de A. Veiga Filho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978. p. 251. (Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagf_is=5633 acesso: 03/10/2022)

Segundo Francisco Falcon (1997), esse período em que a história política foi sendo criticada pelos *Annales*, pelo Marxismo, Estruturalismo etc., por ser considerada tradicional começa no período pós II Guerra Mundial. E a história política se renova com estas críticas, com a chamada interdisciplinaridade em que se percebem as relações entre política e poder com

O domínio das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (FALCON, 1997, p.76)

Para Rémond (2003) em “Por uma História Política”, ao problematizar o afastamento do Político da História, pois segundo os críticos da História Política os acontecimentos históricos situam-se na longa duração, como a instituição familiar, o conceito de trabalho, os costumes, as crenças, já os fatos políticos quase sempre são ditos em marcos temporais, datas e dias específicos, questiona estas afirmações. (RÉMOND, 2003, p.34) Na sua concepção esta História Política está entrelaçada nos mais diversos aspectos da vida social e coletiva de uma nação, articula o contínuo e o descontínuo de um povo, de uma sociedade, ou seja, trabalha com todos os atores envolvidos nos mais diversos setores

cultural, o econômico, o social, o político – que se influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando ao mesmo tempo cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios. E também sua especificidade: a política é um lugar de gestão e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira. (RÉMOND, 2003 p.10)

Segundo Rémond, a história política acontece nos mais variados ritmos e registros desiguais, o que é breve e o que acontece na longa duração, no que não continua e no que é instantâneo, assim

Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação de tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda tem por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em

compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração. (RÉMOND, 2003, p. 34-35)

Rémond conclui que a história política não é supérflua nem superficial e que os fenômenos políticos se inserem na longa duração, perpassa por todos os setores da vida coletiva e no microssocial, passa pelos meios de comunicação, partidos políticos e as relações internacionais (RÉMOND, 2003 p.36)

Buscando o diálogo entre História Política e História Cultural, iremos utilizar o conceito de cultura política. Para Serge Bernstein (1998) os historiadores podem encontrar respostas para suas indagações e para melhor entender os complexos comportamentos humanos através desse conceito (BERNSTEIN, 1998, p.350) pois dentro de uma nação existem várias culturas políticas:

no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas... (BERNSTEIN, 1998, p.354)

Rodrigo Pato Sá Motta (2009), apoiado nas ideias e pensamentos de Bernstein, afirma que termo Cultura Política

transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade às tradições (família, nação, líderes). Toda a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo. (MOTTA, 2009 p.15)

Neste contexto, os vários conectivos começam a surgir e as primeiras ideias de interdisciplinaridade e intradisciplinaridade se estabelecem nas relações entre cultura política e história cultural, influenciados diretamente pelo “giro cultural e linguístico” principalmente na França. Destes historiadores, destacamos os trabalhos de Serge Bernstein e Jean -François Sirinelli que buscam mostrar a cultura política nas mais variadas representações sociais, “no conjunto de tradições... o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país.” (BERNSTEIN, 1998, p. 350) Para ele, a cultura política é um “corpo vivo” que está em evolução e em crescimento,

assim as instituições: família, igrejas, escolas, o aparato militar, os partidos políticos, os sindicatos, os lugares de trabalho, são espaços de socialização de culturas políticas.

Nesse sentido, Rodrigo Patto Sá Motta, guiado por Serge Bemstein e Sirinelli e outros autores influentes sobre o pensamento e as reflexões em História Política, para pensar a cultura política, a define como um

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21)

Os historiadores franceses, segundo Motta, se reaproximaram do conceito de cultura política e destes estudos nas décadas de 1980 e 1990, com o chamado retorno da Política ou do Político, influenciaram a historiografia brasileira, devido à relação que os historiadores franceses tem com historiadores brasileiros (MOTTA, 2009, p. 20-21) O que notamos ao longo dos anos é a grande presença de trabalhos acadêmicos voltados para o uso da Cultura Política no Brasil, pois, na sua história há elementos que podem ser analisados a luz da cultura política, principalmente no século XX, como o Trabalhismo de Vargas, a luta pela consolidação da democracia na história recente, a participação dos sindicatos, as greves dos operários e o surgimento dos partidos, como por exemplo o PT, o PDT, com o fim do bipartidarismo e na volta ao pluripartidarismo, além das novas organizações da sociedade civil. (MOTTA, 2009, p. 29)

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2016) defende que a cultura política deveria ser usada para estudar a chamada conciliação⁴, colaboração, acomodação⁵ ou resistência na cultura política presente na história brasileira. Para ele, temas já exemplificada nos trabalhos de Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque, José Honório Rodrigues e Roberto DaMatta, quando pautaram a habilidade das elites brasileiras, tanto econômicas, quanto as elites de estado, no uso de temas como o patrimonialismo, cordialidade,

⁴ A conciliação significa acordo político entre as mais altas composições de poder e os dirigentes do Estado. (MOTTA, 2016 p.16)

⁵ O termo acomodação foi utilizado tanto por José Honório Rodrigues como por Antônio Cândido, embora nem sempre com sentido político. (idem).

paternalismo, personalismo, flexibilidade (MOTTA, 2016 p.15) para conciliar as ações políticas a seu favor em detrimento do envolvimento do bem estar social do Brasil. Pois esta conciliação se faz presente em vários momentos da vida política brasileira, desde a Proclamação da República ao golpe de Estado em 1964 e na própria promulgação da Lei de Anistia e do processo em que ela foi construída, apesar de toda luta da sociedade brasileira, como veremos.

As origens desses elementos na sociedade brasileira remontam ao patriarcado e à escravidão, o que para Motta (2016p.15)

gerou concentração de poder em ínfima elite, restrições de acesso à cultura e educação e ausência de democracia no Estado e nos espaços sociais. O fim da escravidão, a República e outros processos de mudança posteriores não lograram romper totalmente com os problemas originais. Seguiram ínfuentes o clientelismo, o elitismo, o patrimonialismo, a frágil identificação dos cidadãos com as instituições... o pouco apreço e a escassa participação nos espaços públicos.

Especificamente no caso da Anistia, tema central deste trabalho, é visível para Motta a conciliação política pelo alto, controlada pelo poder executivo, com a chancela do legislativo, apesar da luta da sociedade organizada em movimentos pela Anistia, quando esta, sendo uma pressão da sociedade civil e da oposição ao governo João Baptista de Figueiredo, não anistiou só os presos políticos, como os trouxe de volta para casa, mas provocou um esquecimento nos chamados crimes conexos, ou seja, nos crimes cometidos pelo Estado brasileiro que ora vigorava nas mãos das forças armadas. (MOTTA, 2009, p.30), impedindo assim, a não punição de perpetradores e violadores dos Direitos Humanos.

Outro conceito que utilizaremos neste trabalho é o de Justiça de Transição em ZYL (2011, p. 47) e TOSI, (2014), pois quando uma nação passa por períodos de autoritarismo e ditadura, defensores dos direitos humanos, ativistas ligados à defesa de presos políticos, familiares de presos ou desaparecidos políticos, dão início o que ficou conhecido no Direito como Justiça de Transição, na mudança de regime, segundo Paul Van Zyl (2011, p.47)

Pode-se definir a justiça transicional como o esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos

humanos. O objetivo da justiça de transição implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação.

Como parte do processo da Justiça de Transição, a reparação financeira conquistada pelos defensores dos Direitos Humanos o Estado indeniza as vítimas e moralmente devolve-lhes a dignidade tirada pelos regimes autoritários durante as perseguições políticas,

Essa reparação pode assumir diferentes formas, entre as quais se encontram a ajuda material (p.ex. pagamentos compensatórios, pensões, bolsas de estudos, e bolsas), assistência psicológica, (p.ex. aconselhamento para lidar com o trauma), e medidas simbólicas (p.ex. monumentos, memoriais, e dias de comemoração nacionais) (ZYL, 2011 p. 52)

Na reconstrução da memória, o Estado deve preservar os arquivos e os documentos dos regimes de exceção, na busca pela verdade dos acontecimentos muitas vezes escondida pelos regimes autoritários, deve o Estado garantir acesso público aos nomes dos perpetradores de violências contra os direitos da pessoa humana, de garantir a localização dos desaparecidos políticos e ainda, proporcionar debates sobre uma justiça transicional, marcado por várias iniciativas tomadas e provocadas para se trazer das trevas de regimes autoritários, para as luzes da Democracia. Pois de acordo com Tosi (2014), em “Justiça de Transição: direito à justiça, à memória e à verdade”

O objetivo principal e primordial de uma justiça de transição deste tipo é evitar a repetição do que aconteceu e o seu lema é ‘nunca mais’ ou a ‘educação para o não-retorno. É uma tentativa para esconjurar ou desafiar a reversibilidade dos acontecimentos históricos, colocando (pelo que é humanamente possível) um ponto firme, uma virada de página, um ponto de não-retorno, uma cláusula pétrea no pacto social que funda um Estado Democrático de Direito. (TOSI et al, 2014. p.45)

A Justiça de Transição, como um conceito que foi adotado no século XX, pelos países que viveram regimes autoritários, quando tiveram graves violações aos direitos humanos, censura e o Estado perpetrado violências contra os cidadãos e cidadãs, usando do poder e da força política e da estrutura estatal para perseguir, prender, exilar e matar em nome da segurança nacional, nos ajuda a entender o quando foi lento o processo de transição, para muitos

estudantes no Brasil, este ainda é inconcluso. Quando estas violências são vencidas e se estabelece um Estado de Direito, é necessária a Justiça de transição.

Durante muitos anos, alguns historiadores chamaram essa herança do período militar de entulho autoritário (AARÃO REIS, 2010 p. 177) que deveria ter sido retirado com a promulgação da Constituição em 1988, mas ainda existe muita herança do período militar, não só a violência polícial, em algumas estruturas do Estado que continuam a reproduzir práticas burocráticas do período do regime militar. Mas também existem muitas homenagens a pessoas que são reconhecidas pelo Estado brasileiro como torturadores, como violadores e perpetradores dos Direitos Humanos. Além do crescente número de defensores da volta do Regime Militar e do terror vivido com o golpe civil-militar de 1964

Em Reátegui (2011) a compreensão do processo, a construção do conceito e como se deu até a retomada dos direitos civis e políticos dos perseguidos e perseguidas, na América Latina, especificamente o cone Sul, que viveu a partir da segunda metade do século XX regimes autoritários implementados após golpes de Estado, é possível perceber o quanto foi lento, articulado por cima, com a participação do chefe do poder e controlado pelos representantes das elites do Estado e elites políticas. A conciliação foi quase sempre pelo alto.

Do ponto de vista bibliográfico, utilizaremos, para contextualizar o cenário nacional, a historiografia brasileira, nas obras: *1964: a conquista do Estado*, de René Armand Dréifuss (1981); *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*, de Maria Helena Moreira Alves (1984), *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*, de Thomas Skidmore (1988); *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, de Carlos Fico (2004), *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária* de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário, ditadura militar e redemocratização, quarta República*, organizado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves (2019).

Já para contextualizar o cenário local, com foco no processo de perseguição ao meio estudantil da UFPB e na conjuntura de transição da ditadura militar à democracia para entender o processo que culmina com a promulgação da Lei de Anistia em 1979 e na busca de encontrar homens e mulheres, estudantes da UFPB na época do desenrolar dos acontecimentos, analisarei os relatórios das CEVPM-PB (2017), da CMV-JP (2020), as produções de professores do departamento de História da UFPB: Paulo Giovanni Antonino Nunes (2003, 2009, 2012, 2014, 2015, 2016, 2018) Monique Cittadino (1993, 1998 e 2006), ainda a Tese de Doutorado de Dimitri da Silva Bichara Sobreira (2021) que analisa a atuação política da ARENA, partido do Regime Militar na sua atuação na Paraíba nas décadas de 1960 e 1970; e as dissertações de mestrado de Erica Lins Ramos (2013) e de Rosicleide Henrique da Silva (2014) que analisam os primórdios e a atuação do movimento estudantil na cidade de Campina Grande durante a Ditadura Militar; de Talita Hanna Cabral Nascimen to (2015) na reconstrução do movimento estudantil na UFPB após o AI-5; a dissertação de Waldir Porfírio da Silva (2017) que descreve sobre a atuação do movimento estudantil universitário paraibano entre 1958 a 1969; ainda a dissertação de Elissandra Maria Costa Dias (2021) que apresenta como se deu a atuação do SNI na vigilância à comunidade acadêmica da UFPB no período da Ditadura e, por fim, o nosso trabalho de conclusão do curso de História (2015) que versou sobre a ocupação dos Estudantes à Faculdade de Direito da UFPB que culminou com a expulsão de 29 estudantes e a retirada de seus direitos e impossibilidade de matricularem-se na instituição.

Como fontes documentais produzidas pelo Estado, usaremos os processos dos estudantes perseguidos que deram entrada no pedido de Anistia, cujos documentos compõem o acervo arquivístico da Associação de Anistiados Políticos da Paraíba, documentação que se encontra sob a guarda do Memorial da Democracia⁶, localizado na Fundação Casa de José Américo em João Pessoa.

⁶ Criado pelo mesmo Decreto Estadual nº 34.426, de 31 de outubro de 2012, que instituiu a CEVPM-PB e tem como objetivo preservar a pesquisa, a valorização, a preservação e a divulgação da história e das memórias referentes ao período ditatorial no Estado da Paraíba. Alicerçado no acervo documental e bibliográfico da Comissão Estadual da Verdade e da

Esses processos segundo Gomides (2014p. 267)

Tratam das solicitações feitas à Comissão de Anistia por pessoas ou familiares que foram impedidos de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política [...] durante o projeto, ocorreu todo o tratamento técnico da documentação, bem como a inserção das suas informações no banco de dados virtual “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional.

O acervo da AAP-PB tem um total de 175 processos organizados individualmente em pastas e acondicionadas em três caixas-arquivo, destes, 75 são de estudantes, uma média de 43% do total, divididos entre estudantes secundaristas e estudantes universitários (GOMIDES 2014 p. 268). Na sua grande maioria, os processos de estudantes são gerados a partir da proibição de se matricular na UFPB, o ME foi perseguido e considerado subversivo desde o golpe de 1º de abril e essa perseguição foi motivo de muita luta por anistia política.

Ainda analisarei os “documentos sensíveis” da Agência Recife, do Serviço Nacional de Informações (SNI) pois compreendemos estes documentos como “guardiães dos materiais da memória e da história, abrigam documentos sem sentido amplo, constituindo fontes de pesquisa, portadoras de informações que refletem as atividades que lhe deram origem” (THIESEN, 2013, p.3) relacionados ao período de luta pela Anistia, que o Serviço Nacional de Informação produziu ao longo da década de 1970, quando os movimentos pela Anistia na Paraíba eram vigiados por este órgão de segurança. Além de utilizar também como fonte, as notícias publicadas nos jornais locais, *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba* referentes à resistência estudantil a ditadura militar e a luta pela anistia.

Entrevistei três homens e uma mulher, que eram estudantes e estavam a partir de 1968 nos atos de rua e nas mobilizações contra a Ditadura e que posteriormente foram perseguidos: Washington Rocha e Walter Aguiar, estes, presidente e secretário do Comitê Brasileiro pela Anistia de João Pessoa (CBA-

JP) e militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)⁷ e da tendência Liberdade e Luta (LIBELU), respectivamente; Marcus Paiva, estudante secundarista no colégio estadual do Róger em 1967 e liderança secundarista no colégio Lyceu Paraibano em 1968, perseguido e que aguarda o julgamento do pedido de Anistia junto à comissão de Anistia do Ministério da Justiça; além de Maria de Lourdes Meira Cabral, estudante da Faculdade de Filosofia (FAFI), membro da Ação Popular (AP)⁸, perseguida, clandestina e anistiada em 1979. Estes contaram como se deu processo de Anistia, usando a história oral, no dizer de Alessandro Portelli “as fontes orais dão-nos informações sobre (...) grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida” (PORTELLI, 1997, p. 27), como é o caso das versões que negam a participação destes grupos e dessas pessoas nos processos de distensão, abertura, resistência à Ditadura Militar e a própria conquista da Anistia. Estes depoimentos refletem o quanto Portelli tem razão ao admitir que a história oral revela “a vida diária e a cultura material destes grupos” (PORTELLI, 1997, p. 27) e a importância das atividades políticas que desenvolveram até serem presos pelos órgãos de repressão. Para Portelli 1997, p. 31)

As entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. E nos contam não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.

Não foram entrevistas sobre a história de suas vidas, mas entrevistas diretas, direcionadas ao recorte específico do objetivo deste trabalho, a distensão política, a abertura e a luta pela Anistia. Porém, estes recortes de vida, destes militantes e destas militantes, nos ajudam a pensar e entender o dizer de Bourdieu (2002) sobre a importância da identidade destas pessoas no tempo em que estão a contar e sobre o tempo que viveram e enfrentaram o Estado brasileiro

⁷Fundado em 1968 após as punições internas do 6º Congresso do PCB pelos dissidentes: Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho (Ver, GORENDER, 2014 p.103-113)

⁸ Para uma melhor compreensão da AP, ver. LIMA, Haroldo.; ARANTES, Aldo. História da Ação Popular: da JUC ao PC do B. 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.; FILGUEIRAS, Otto. Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular. Volume 1: Primeiros Tempos. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. (ICP), 2014.]

Institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. (BOURDIEU, 2002. p. 186)

Assim sendo, ter acesso ao mundo privado das entrevistadas e dos entrevistados, sentir com elas e eles o seu tempo vivido expressado nas suas memórias, poder ouvir, como uma grande escuta (PORTELLI, 2016 p. 10) nos aproxima da concepção de Portelli que as fontes orais

Nos ajudam a questionar as fronteiras que dividem o que diz respeito à História e o que não diz. [...] a história oral nos oferece acesso à historicidade das vidas privadas, ela nos força a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado e do relacionamento entre eles. (idem p. 15 e 17)

No cruzamento dos documentos produzidos pelo Estado, nos recortes de jornais que tratam da luta dessas mulheres e homens paraibanos em João Pessoa, nas narrativas de vida, será possível conhecer a experiência na qual, respectivamente, homens e mulheres saem de casa para ingressar na esfera pública e confrontar o Estado, a autoridade, a burocracia, a tecnologia e a ciência. (PORTELLI, 2016, p. 17). Foram estes homens e mulheres que saíram do privado, do anonimato e tornaram-se publicamente conhecidos e mais, politicamente perseguidos, vigiados, punidos, esquecidos e silenciados pelo Estado brasileiro.

CAPÍTULO I – A TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA NO BRASIL.

1.1 Contexto da abertura “lenta, segura e gradual” no Brasil

“Isso era assunto da minha conversa com Golbery, que era muito favorável à abertura e à distensão.” (E. Geisel)

Em 15 de março de 1974⁹, tomou posse o Presidente General Ernesto Geisel, prometendo uma “distensão” que no dizer de Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 223-224)

pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sócio -política. Associando-se a níveis mais elevados (mas sempre controlados) de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição.

Seria uma diminuição das tensões existentes entre o governo e a sociedade, sempre sob o controle dos militares no governo, dos órgãos de vigilância e de todo aparato estatal, este seria um processo de abertura, ainda que lento, seguro e gradual. Na entrevista dada a D’Araújo e Castro (1997) falando do seu cotidiano na presidência da República, Geisel fala das muitas reuniões que participava a noite no Alvorada, o presidente revela “Já no Alvorada, era comum fazer reuniões a noite. Fiz muita com o Petrônio (Portela)¹⁰ inclusive no trato do problema da abertura.” (D’ARAÚJO e CASTRO (org) 1997, p. 277) De fato, o conflito de interesses existentes entre os que defendiam a continuidade do regime militar e das forças populares tornavam o tema da distensão política iniciada com Geisel à abertura com Figueiredo, um tema muito problemático.

⁹ “Após ser eleito pelo colégio eleitoral, em 15 de janeiro de 1974, por 400 votos contra 76. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730#ixzz6q4o4yF3F> test acesso: 24/03/2021 ¹⁰Petrônio Portela Nunes nasceu em Valença do Piauí (PI) no dia 12 de outubro de 1925. Confirmado por Geisel na presidência nacional da Arena, Petrônio Portela passou a ser o interlocutor constante do novo presidente e seu principal representante no Congresso. Fonte CPDOC disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/petronio-portela-nunes> acesso em: 01/10/2022)

Para Skidmore (1988), fazia parte do programa elaborado por Geisel - Golbery¹¹, a tentativa de equilibrar os interesses das elites estatais que mantinham apoio ao regime, e a setores ligados mais às práticas políticas dos simpatizantes com o regime fechado e repressor, com os interesses dos castelistas, favoráveis ao pensamento de Castelo Branco que a chamada Revolução de 1964 conduzida pelos militares, deveria paulatinamente conduzir os rumos do país de volta à democracia (SKIDMORE, 1988, p.320).

Estava dentro do plano Geisel-Golbery, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva “realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa.” (SILVA, 2019, p.333) e paulatinamente suspender a censura prévia, dialogar com o MDB, único partido de oposição consentido pelo regime, meios para tratar a política dos Direitos Humanos, fazer reformas no campo eleitoral, revogar os Atos Institucionais mais duros, como o AI-5, (NUNES, 2009 p.59). Mas será que Geisel estava mesmo disposto a combater e eliminar qualquer tentativa que viesse prejudicar o processo de uma distensão controlada? Para ele “a Segurança Nacional era indispensável para garantir o desenvolvimento” (SKIDMORE, 1988, p. 32).

Um dos motivos que levou o Regime a entrar em crise foi: as eleições de 1974 com a vitória esmagadora do MDB nas urnas, segundo Silva (2019, p 335)

A ditadura realiza eleições para o Parlamento em 1974, passo importante para testar as instituições do país. As urnas, malgrado as limitações da censura, dão estrondosa vitória à oposição, com a eleição de 16 senadores e 187 deputados do MDB... A vitória da denominada de ressaca cívica nacional, divide o poder militar e abala o projeto original de abertura. O grupo dos militares da linha dura se rearticula em torno da 'comunidade de informações, os CIEs, os DOI-Codi e mesmo no interior do Ministério do Exército com o ministro Sílvio Frola, ultra linha-dura, à f rente. Aumentam os atos de violência estatal contra a oposição, em especial em São Paulo (tais como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, e do sindicalista Manoel Fiel Filho)

¹¹ Golbery do Couto e Silva nasceu na cidade de Rio Grande (RS) no dia 21 de agosto de 1911. Foi um dos articuladores para a criação do SNI. Atuou na articulação para que Geisel fosse o substituto de Médici na Presidência da República, tornando-se seu chefe de gabinete. Na distensão política, foi um dos responsáveis para que a Abertura Política fosse uma realidade. Fonte: CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e> acesso: 14/01/2023.

Os problemas do novo governo não deixaram de existir no setor da economia, o milagre econômico¹² não fez com que a desigualdade social diminuísse, ao contrário, no primeiro decênio da Ditadura instituída pelos militares com o golpe de 1º de abril de 1964, a riqueza de uma minoria aumentou 7%, já a metade da população que era mais pobre e socialmente vulnerável perdeu 2% de sua renda (SKIDMORE, 1988, p. 31), este era um desafio do novo governo, repensar os programas de ação social que não deram bons resultados nos outros governos militares.

Com as eleições de 1974, ficou visível a insatisfação da sociedade brasileira com o Regime Militar, inflada pelos debates promovidos pelo MDB. De acordo com Alves (1989, p. 188)

O MDB concentrou-se nas questões da repressão, da injustiça social e na iniquidade do modelo econômico (o milagre brasileiro). Candidatos da oposição manifestaram-se pelo rádio e pela televisão sobre assuntos até então proibidos, como a Lei de Segurança Nacional, a repressão, a necessidade de revogar o AI-5 e a legislação do controle salarial. Denunciaram a compra de terras por empresas multinacionais e questionaram a crescente desnacionalização da economia brasileira.

A oposição começou a questionar as práticas autoritárias dos militares favorecidos pela Lei Etelvino Lins¹³, (NUNES, 2009 p.58) que garantia os direitos iguais aos partidos da situação e da oposição no tempo de rádio e televisão, além das denúncias de tortura e de violações dos Direitos Humanos, só ajudaram no processo de desgaste do regime militar, pois cada vez mais setores da sociedade com o apoio da classe média iam aderindo à luta contra a Ditadura.

A participação da classe média, dos setores da sociedade civil organizada e entidades respeitadas como a Ordem dos Advogados do Brasil,

¹² Para compreender melhor o Milagre Econômico ver. PRADO, Luiz Carlos Delome.; EARP, Fábio Sá. "O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp 207-24.

¹³ Etelvino Lins de Albuquerque nasceu em Alagoa de Baixo, hoje Sertânia (PE), no dia 20 de novembro de 1908. Em março de 1972 apresentou na Câmara Federal um projeto sancionado pelo presidente Ernesto Geisel já nas proximidades das eleições de 15 de novembro de 1974, a chamada "Lei Etelvino Lins" transferiu para a Justiça Eleitoral os gastos com alimentação e transporte para os votantes do meio rural no dia das eleições, garantiu aos candidatos gratuidade de propaganda no rádio e televisão e restringiu os gastos com a campanha. (Fonte: CPDOC disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acevo/dicionarios/verbete-biografico/etelvino-lins-de-albuquerque> acesso em 01/07/2022).

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa, as Universidades, as corporações que aglutinam os mais variados profissionais, os sindicatos, e os partidos (CARDOSO apud STEPAN, 1988 p.472) com a distensão política na ordem do dia, estas entidades se unem no empenho de tensionar o governo brasileiro para pôr fim à tortura, às violações aos Direitos Humanos.

Os setores da elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas (ALVES, 2005, p. 273).

A participação destes setores foi importante para tensionar a liberalização do regime. Segundo Alfred Stepan (1986), para explicar a atuação da Igreja, do novo sindicalismo, dos novos empresários, da OAB, do movimento de mulheres e das associações de bairro, foi necessário que intelectuais escrevessem muitos produtos acadêmicos nas décadas seguintes à distensão e mais ainda no final do regime militar e a designar tal atuação como sociedade civil:

A Sociedade Civil tornou-se a celebridade política da abertura. Politicamente, a expressão apresentava duas vantagens táticas, no discurso brasileiro. Em primeiro lugar, na medida em que ela procurava estabelecer explicitamente a oposição ao regime, este teve dificuldade de apoderar-se do seu significado em benefício próprio. Em segundo lugar, criou laços entre grupos que, em outras circunstâncias, seriam antagônicos: os empresários e os metalúrgicos de São Paulo dividiam, igualmente, a legitimidade carismática de fazerem parte da nova sociedade civil (STEPAN, 1986, p. 11)

Essa “ressurreição da sociedade civil” no dizer de O’donnel e Schmitter (1988), se dá quando os regimes autoritários diminuem a repressão e permitem acesso do povo aos espaços públicos, aos lugares de debate político, que vão paulatinamente fazendo renascer ideias comuns que ficaram proibidas de serem debatidas coletivamente e é nesses espaços onde se organizam essa sociedade que fazem com que esta reapareça com mais ira e cada vez mais politizada (O’DONNEL 1988, p. 84), socialmente envolvida com os problemas políticos.

Muitos desses lugares vieram das organizações das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, lugares comuns onde a comunidade, reunida e motivada pelos padres mais ligados à Teologia da Libertação, uma visão de crer em uma religião como libertadora, mais progressista e que trazia a realidade do povo sofrido para o debate teológico. A Igreja Católica no Brasil sentiu-se mais confiante na clara denúncia das violações dos direitos humanos e no seu posicionamento contra o Regime Militar após uma declaração do Papa Paulo VI na catequese das quartas feiras em 27 de outubro de 1970, quando este claramente denunciou o abuso da tortura:

Fala-se de torturas como de uma epidemia, difundida em muitas partes do mundo, e diz-se, talvez com algumas intenções políticas, que têm o seu centro num grande País seriamente preocupado com o seu progresso económico e social e, até agora, estimado por todos, e qualificado como livre e sensato. (Paulo VI, 1970)

Era uma denúncia clara sobre as torturas acontecidas no Brasil, que vinham sendo denunciadas tanto internamente pelos familiares de presos políticos, como por sobreviventes dos porões e das casas da morte¹⁴ ou granjas de terror¹⁵, ainda por denúncias internacionais feitas por exilados, por cartas de presos políticos no Brasil que clandestinamente faziam chegar à Europa ou ainda nas expressas denúncias feitas por Dom Hélder Câmara nas conferências em Universidades europeias.

As denúncias de tortura, prisões arbitrárias durante o governo Geisel, não pararam - uma comitiva de cardeais chegou a visitar o Presidente da República e solicitar respostas sobre tais relatos de violações de direitos humanos. (SKIDMORE, 1988 p. 341-347) e com isso só fizeram aumentar os opositores da classe média, antes apoiadores, agora insatisfeitos, além de

¹⁴ A Casa da Morte de Petrópolis foi citada no Relatório Final da CNV: “O CIE manteve também centros clandestinos de tortura e execução de presos políticos, como a chamada Casa da Morte, de Petrópolis. Nesse centro, o CIE atuava em coordenação com os DOI-CODI, retirando presos de suas dependências, alguns de outros estados, e levando para Petrópolis.” (Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digit_al.p_df acesso em 20/09/2022)

¹⁵ Durante a ditadura militar, espaços oficiais ou clandestinos foram largamente utilizados para a prática sistemática de tortura. Em se tratando de prédios particulares, as investigações apontaram para o caso da chamada “Granja do Terror”, localizada na zona rural da cidade de Campina Grande, na região dos Cuités. De propriedade do comerciante Manoel Bezerra, hoje falecido, que colocou sua granja em disponibilidade para que a tortura fosse praticada de forma contínua. O espaço foi dotado de uma infraestrutura permanente, a exemplo de máquina de choques, para atender as necessidades da prática desumana. Nessa granja, foram confinados e torturados inúmeros presos políticos. (CEVPM-PB, 2017 p. 307)

entidades que anteriormente tinha apoiado os militares, se distanciaram e entraram para o grupo dos defensores dos direitos dos presos políticos e das pessoas exiladas. O encontro dos cardeais com o Presidente Geisel e com seu Ministro Chefe da Casa Civil, o General Golbery de Couto e Silva, reclamando o paradeiro de 22 nomes de brasileiros que segundo seus familiares estavam desaparecidos, fez com que a CNBB entrasse de cheio na luta pelos desaparecidos políticos.

O governo reagiu, apesar de buscar uma distensão, uma abertura lenta, segura e gradual, o crescimento do apoio da população ao MDB fez com que o governo recuasse. Com a vitória do MDB nas eleições de 1974, uma parcela mais radical dos militares, contrários às indicações do Governo Geisel de uma distensão política, começaram a buscar justificativas para a vitória da oposição consentida, o MDB.

Uma das causas, segundo este grupo é que o PCB foi um dos responsáveis pela derrota da ARENA nessas eleições. Segundo Silva (2019, p.336-337)

Na verdade, o PCB praticava então entrismo no MDB, e vários deputados eleitos tinham algum tipo de filiação ao velho Partidão. Operações feitas em Campo Grande, no Rio de Janeiro, e várias ações contra simpatizantes em São Paulo, apontavam para uma ação organizada, uma estratégia central, contra a oposição comunista capaz de desestabilizar o projeto de abertura.

Tais atitudes dos defensores do governo, culminaram com prisões arbitrárias de vários militantes ligados ao PCB, como as do jornalista Vladimir Herzog em 26 de outubro de 1975 e a do operário Manoel Fiel Filho em 17 de janeiro de 1976 assassinados (SILVA, 2019 p. 337) dentro do DOI-CODI de São Paulo, que estava sob as ordens do II Exército, até então chefiado pelo General Ednardo D'Ávila Melo¹⁶. A saída encontrada pelo presidente Geisel foi

¹⁶Ednardo Dávila Melo ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1928. Foi promovido a capitão em maio de 1937, tendo servido em unidades do Exército sediadas em diferentes regiões do país. Em 31 de março de 1964, Ednardo Melo servia na Paraíba, conseguindo a adesão do governador do estado, Pedro Gondim, e das unidades locais do Exército à rebelião. Foi promovido a general-de-brigada em março de 1965. Em 1974 assumiu o comando do II Exército ficando até 1976 até ser afastado pelo presidente Ernesto Geisel, do após o assassinato sobre tortura do operário Manoel Fiel Filho. (Fonte: Memorial da Resistência <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/ednardo-davila-mello/> acesso: 04/07/2022)

demitir sumariamente o comandante responsável pelas ações dentro do DOI-CODI.

O Presidente Geisel chamava o sistema político de “democracia relativa ou democracia forte” (ALVES, 2005, p.255), assim o Estado usaria da Constituição e de medidas repressivas antes questionadas no começo do seu governo, para garantir a governabilidade, o regime e o poder, sem perder o controle, inclusive poderia cassar direitos individuais e governar por Decretos caso surgisse alguma ameaça à Ditadura Militar. (NUNES, 2009, p.59)

Esse movimento dos governistas, deu aos opositores do regime militar um fôlego e uma vontade de buscar uma reparação do Estado Brasileiro, a Anistia. Muitas organizações se aglutinaram em volta do tema da Anistia no começo da década de 1970, bandeira iniciada pelo Movimento Feminino pela Anistia - MFA. Esta palavra não era nova no dicionário da resistência, tinha aparecido no diálogo estabelecido pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart que juntamente com o ex-governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda quando propuseram a criação de uma Frente Ampla, como um manifesto que tinha entre outros objetivos, (GREENHALGH, 2020¹⁷) alcançar a Anistia Geral para presos políticos brasileiros perseguidos logo depois do golpe de 1964 (MACHADO, 1991, p.37). Frente que logo foi considerada subversiva e coibida pelos militares. Bem como já tinha sido usada por dois personagens da história recente do país: Carlos Heitor Cony em 1964 e Alceu de Amoroso Lima em 1965, já defendiam em crônicas no jornal *Correio da Manhã* e na *Folha de São Paulo*, respectivamente, ideias que levassem à Anistia os perseguidos políticos. (NUNES, 2021 p. 151).

Ficou evidente as denúncias de tortura nos Órgãos Repressão e que as relações entre o Palácio do Planalto tinham sido abaladas pela possibilidade de uma cisão com os mais radicais aos chamados ideais da Revolução de 64 que discordavam da ideia do plano Geisel-Golbery de uma distensão política. Para Golbery de Couto e Silva, em telefonema a Heitor Ferreira em 11 de abril de 1974, citado por Gaspari (2003)

¹⁷ Luiz Eduardo Greenhalgh, aula de Mestrado do Curso de Pós Graduação em Direitos Humanos da UFPB, 16/07/2020.

Eu acho que estamos sofrendo uma ditadura dos órgãos de informação. Esses órgãos, hoje, estão misturados, porque o DOI prendeu quatro, mas o DOPS prendeu quarenta. Quando cobrarem, vai se dizer: O que é que tenho a ver com o DOPS? Tem, presidente tem. Tanto com o DOPS quanto com o DOI. O governo federal está tomando a responsabilidade de tudo que o DOPS faz por causa desse troço. Toda vez que a coisa começa a acalmar, o pessoal decide e cria troço, prende gente. Porque, você compreende, é para permanecer, para mostrar serviço. Isso é exatamente criar aversões, mas eles criam aversões porque querem perdurar. Quer dizer, todo mundo está acuado com esses caras. Compreende? É o que está acontecendo. Todo mundo acuado com eles. (GASPARI, 2003, p.398)

É visível o desgaste dos responsáveis pela repressão e o processo de distensão proposto pelo governo Geisel. O governo não queria perder o controle, mas também não queria se distanciar do diálogo com a oposição e com a sociedade civil cada vez mais bem articulada, institucionalizada e com grande apoio da classe média.

O único partido de oposição consentido pelos militares, assumiu a linha de ataque contra a Ditadura nos pontos mais nevrálgicos, a denúncia das violações dos direitos humanos, a corrupção e o AI-5, além de várias outras denúncias. O resultado foi uma vitória significativa da oposição

A maior vitória do MDB deu-se no Senado, onde recebeu 4 milhões de votos a mais que a ARENA. Pela primeira vez, desde a criação dos dois partidos, o MDB ficou com a maior porcentagem do eleitorado em eleições para o Senado... A representação do MDB no Congresso Nacional foi sobremaneira aumentada: em 1970 obtivera 87 cadeiras na Câmara dos Deputados, contra 233 da ARENA. (ALVES, 2005, p.227-228)

A reação do governo Geisel foi imediata, depois da derrota nas eleições de 1974. A saída foi editar a lei que ficou conhecida como a Lei Falcão limitando o tempo dos candidatos no rádio e na televisão nas eleições municipais, sendo permitido apenas apresentar seu nome e seu número, além de um breve currículo do candidato e uma fotografia. Apesar da Lei Falcão, a Arena perdeu popularidades em muitas grandes cidades industrializadas nas eleições municipais de 1976:

Obteve 15.200.000 votos (cerca de 35%) contra 12.700.00 do MDB (30%). A apertada vitória da ARENA parecia confirmar a

previsão do SNI de que sem controles eleitorais o MDB poderia ter conquistado maioria... O MDB venceu as eleições para prefeitos e conquistou o controle majoritário de câmaras municipais em 59 das 100 maiores cidades do país, contra apenas 31 em 1972. Das 15 cidades com mais de meio milhão de habitantes, o MDB venceu em 67%. (ALVES, 2005, p.231)

Foi baseado nessa estratégia do controle eleitoral que o governo Geisel instituiu em 1977 o chamado Pacote de Abril¹⁸, após fechar o Congresso¹⁹. Geisel e sua equipe liderada por Golbery de Couto e Silva, usando do instrumento do AI-5, assinou três emendas que estabelecia o controle da distensão política, controlava o Congresso alterando o número de cadeiras nas representações dos Estados na Câmara Federal, controlava o Senado Federal com a criação do Senador Biônico²⁰ que seria eleito indiretamente pelo colégio eleitoral e fixava a eleição indireta para os governadores dos Estados.

Com essa pressão do governo contra os parlamentares da oposição consentida, o MDB se reorganiza para as eleições de 1978, impedido de usar os meios de comunicação desde a Lei Falcão, o partido vai se aproximar das bases, estudantes, classe operária, trabalhadores urbanos, sindicatos, movimentos sociais e igreja católica, além de se aproximar do Movimento Feminino pela Anistia que estava surgindo nos estados e também dos Comitês Brasileiros pela Anistia.

O final do governo Geisel é marcado pelo surgimento dos movimentos populares ligados à igreja católica, organizando-se em núcleos comunitários nas periferias, estas comunidades ficaram conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, tornando-se assim um meio de comunicação direta com os mais pobres e parcela de trabalhadoras e trabalhadores, além das pastorais sociais que também tinha apoio da CNBB e um novo elemento para a

¹⁸ Após as eleições de 1974, quando o MDB liderou as eleições do Senado e obteve grande representação na Câmara, em Abril de 1977, o Presidente Geisel adicionou um pacote de medidas para blindar a Arena nas eleições vindouras de 1978, diminuir a atuação da oposição consentida e controlar cada vez mais o processo eleitoral.

¹⁹ Desde 1964, esta foi a terceira vez que o Congresso Nacional foi colocado em recesso.

²⁰ Senadores e governadores eleitos indiretamente ficaram conhecidos como “biônicos”. O termo era uma referência ao seriado de televisão O Homem de Seis Milhões de Dólares, que fazia muito sucesso na época. O personagem principal da produção norte-americana, exibida então pela TV Bandeirantes, havia sido mutilado em um acidente e teve o corpo reconstituído por meio de implantes “biônicos”. Como não eram escolhidos por voto popular, governadores e senadores “biônicos” eram considerados um artifício para interferir nos rumos políticos do país. Fonte: Agência Senado Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-ditadura-impunha-pacote-de-abril-e-adiava-abertura-politica/pacote-de-abril-criou-senadores-e-governadores-bionicos> acesso: 23/02/2023.

classe trabalhadora reaparece: as greves do ABC paulista lideradas por Luís Inácio Lula da Silva e o novo sindicalismo (ALVES, 2005, 291). O próprio Geisel em depoimento revela: “A área trabalhista só foi dar problemas quase no fim do meu governo, com as greves dirigidas pelo Lula” (D’ARAUJO e CASTRO, 1997 p. 267)

Esse contexto nacional da mudança de governo de Geisel para Figueiredo, segundo Skidmore, era visto pelos militares como um elo entre os castelistas e os próximos de Médici, os que se diziam mais fiéis aos ideais da Revolução de 64 (SKIDMORE, 1988, p.412). E esse compromisso de pronto foi revelado no seu discurso de posse do Presidente Figueiredo (1979, p. 6)

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Reafirmo: é meu propósito inabalável — dentro daqueles princípios — fazer deste País uma democracia.²¹

Ao assumir o poder, Figueiredo demonstrava ser essa ponte que ligava os interesses de Geisel em continuar com a distensão política do Regime. Ele inaugura de fato a abertura seguindo a distensão proposta por Geisel, sem perder de vista os limites da chamada Democracia Forte (ALVES, 2005, p.237). O governo enfrentou greves, dissidências internas dentro da Arena, crises políticas e pressões da sociedade. Viu surgir no seio da sociedade a luta pela Anistia com a organização das mulheres e a força dos Comitês Brasileiros pela Anistia.

1.2 Distensão e a abertura no Estado da Paraíba

A política na Paraíba era regida pela ARENA, que desde sua criação mantinha a chamada modernização conservadora na palma da mão das elites políticas paraibanas, é o que nos deixa claro Sobreira (2021p. 156)

Entre 1970 e 1972, a Arena surfou na onda da alta popularidade da ditadura, obtendo vitórias eleitorais importantes para o partido que vivera uma crise com o regime

²¹ Discurso de posse do presidente Figueiredo disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jbf_figueiredo/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse/view acesso em: 24/11/2022.

após o AI-5. Enquanto a legenda alcançava exitosas votações, internamente o partido vivia com conflitos nas suas seções regionais, e essas disputas entre as frações partidárias influenciaram como a Arena se apresentou para as eleições de 1974.

No início da década de 1970 a Arena na Paraíba se dividia em disputas internas que vinham de questões pessoais e políticas entre Ernani Sátiro e João Agripino²², como afirma Monique Cittadino (2006) sobre os meandros desses desafetos e das disputas internas no partido

O estopim para o rompimento foi a indicação, por parte de Ernani Sátiro, do nome do deputado federal Álvaro Gaudêncio para a prefeitura de Campina Grande. Agripino opôs-se a tal indicação, alegando improbidade administrativa da parte de Gaudêncio, quando da sua passagem pela prefeitura de Serra Branca. Diante da insistência de Ernani Sátiro na manutenção do nome de Álvaro Gaudêncio, Agripino procurou o presidente Médici, que exigiu o afastamento do candidato e demitiu seu irmão, Amir Gaudêncio, da superintendência do Instituto Nacional de Previdência Social, além de ter advertido que faria uso do AI-5, caso insistissem naquela candidatura. (CITTADINO, 2006, p. 352)

No depoimento de João Agripino ao CPDOC, a acusação de improbidade administrativa de Álvaro Gaudêncio²³ está ligada às denúncias de desvios de dinheiro público que seriam para a construção de grupos escolares, de fato no final do seu governo, João Agripino chega a processar o ex-prefeito de Serra Branca baseando-se nestas acusações (CITTADINO, 2006, 352).

Enquanto isso, o MDB se organizava na órbita da sua maior liderança no Estado, Ruy Cameiro, vitorioso nas eleições de 1974 para o Senado Federal. Nestas eleições na Paraíba até o ex-Ministro José Américo de Almeida fora consultado pelo presidente nacional da Arena, o senador Petrônio

²² Nas entrevistas dadas ao CPDOC, ficam claros os motivos que ambos dão para o rompimento político: Ernani Sátiro concedeu um depoimento ao CPDOC em 1977 e João Agripino, em 1978.

²³Nasceu em São João do Cariri (PB) no dia 8 de fevereiro de 1930, advogado e pecuarista, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instalado no país. No pleito de novembro de 1970 elegeu-se deputado federal nessa legenda, assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro do ano seguinte. Tornou-se membro efetivo da Comissão de Trabalho e Legislação Social e suplente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Reeleito em novembro de 1974, entrou em dissidência com seu partido ao votar em setembro de 1978 a favor da emenda Acióli Filho, que extinguia os senadores eleitos por via indireta, conhecidos como “biônicos”, e ao apoiar, nesse mesmo ano, a candidatura de Antônio Mariz ao governo da Paraíba, em oposição ao candidato oficial Tarcísio Buritiy. (Fonte: CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gaudencio-alvaro> acesso: 03/11/2022)

Portela, quando este, em missão à Paraíba, mas esse problema vinha se estendendo desde os primórdios de 1974, quando aconteceu uma reunião entre Aluísio Afonso Campos, Ernani Sátiro e João Agripino, em Brasília. (SOBREIRA, 2021, p. 157)

O fruto dessa reunião foi publica em *A União* de 20 de março de 1974 e ficou conhecido como o “Protocolo de Brasília”

Foi celebrado como um tratado de paz, que unira a Arena visando à eleição do maior número de candidatos em 1974 [...] para a condução do acordo ambas as lideranças abrissem mão de seus interesses particulares e conduzissem em conjunto os rumos do partido... (SOBREIRA, 2021, p. 158)

Mas não houve acordo entre Agripino e Sátiro em 1974, pois cada um queria indicar pessoas que congregasse os interesses das elites políticas locais de seus líderes: Sátiro indicava Ivan Bichara Sobreira genro de José Américo e João Agripino indicava Juarez Farias. (CITTADINO, 2006, 353). Fica possível perceber a opção de Geisel por escolher o nome de Ivan Bichara como herança da cultura política do país, afinal de contas era o genro de um ex-Ministro de Estado, figura histórica da UDN. Para José Américo o nome de Ivan Bichara era o melhor no processo de acomodação interna dentro do partido governista paraibano e tinha condições de aglutinar votos necessários dos correligionários pelo Estado.

Rompidos os laços na Arena entre Agripino e Sátiro em 1974, as correlações de forças políticas na Paraíba iriam novamente colidir em 1978, quando é celebrado o chamado Acordo de Brasília, para a reconciliação política entre os ex-governadores do Estado, João Agripino e Ernani Sátiro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, e procedia-se uma divisão dos cargos em disputa (NUNES, 2009 p.70)

Segundo Cittadino (2006) a interferência direta do ex-governador João Agripino na política paraibana se dá em 1978 quando este, em diálogo articulado com Álvaro Gaudêncio, tenta unificar as alas agripinistas e ernanistas dentro da Arena e o processo de acomodação dos interesses partidários davam conta de indicar o nome do governo Ivan Bichara para senador e Ernani Sátiro para o senador biônico, já para o cargo de governador do Estado, a indicação era do nome do deputado federal Antônio Mariz (CITTADINO, 2006, p. 355).

As divergências dentro do partido não permitiram as indicações vindas de cima e a conjuntura mudou quando o governador Ivan Bichara, indicou o nome de Milton Cabral para governador, surgindo assim, no dizer de Cittadino (2006, p. 355), um *tercius* que foi a indicação do secretário de Educação e Cultura do Estado, o professor Tarcísio de Miranda Burity que foi eleito indiretamente e tomou posse em março de 1979.

A indicação de Burity revelava a divisão dentro da Arena na Paraíba, o ex-governador João Agripino tentou se articular com a Arena Nacional para que seu apoiado fosse consagrado na candidatura ao governo do Estado, o poder central lhe foi desfavorável e chegando à Paraíba para a convenção do partido, fez do seu discurso a tentativa de conciliar a Arena em torno da defesa do nome de Mariz, como rezava o Protocolo de Brasília, além das indicações dos nomes de Ivan Bichara para Senador na eleição direta e Ernani Sátiro na vaga de Senador Biônico na eleição indireta²⁴.

Pelo acordo, o então governador Ivan Bichara seria lançado ao senado, pela via direta, Ernani Sátiro seria o senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o governador. Mas este acordo não foi aceito de forma unânime pelos diversos líderes políticos do Partido. Ele deixou de fora figuras do Partido como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral e o deputado federal Wilson Braga (NUNES, 2009 p. 71)

A decisão final na convenção partidária ficou aprovado o nome de Burity para governador, Milton Cabral para Senador Biônico (NUNES, 2009, p.71). Mariz rebela-se, e apoia a candidatura do emedebista Humberto Lucena nas eleições diretas para o Senado Federal, que foi vitoriosa. Mariz saiu vitorioso como rebelde dentro da Arena e o MDB da Paraíba fortalecido pois, segundo Nunes era um dos poucos estados do Nordeste onde o MDB detinha um significativo número de prefeituras e diretórios municipais na maioria das cidades” (NUNES, 2009, p. 73)

O governo de Burity começa no contexto em que a Paraíba já vivia imersa em conflitos de terras, uma herança do latifúndio em que camponeses eram expulsos das terras que concentravam cada vez mais nas mãos de poucos e os pequenos arrendatários foram deixados de lado, tendo que viver

²⁴ Para mais informações sobre a eleição de 1978 na Paraíba, ver: MACHADO, Jório. Resistência ao Medo. (História de Uma Eleição Indireta Para Governador). João Pessoa: O Momento, 1978.]

como assalariados. Para não perder seus pequenos pedaços de terras, deram início ao processo de resistência que se arrastava, quando Geisel, vem a Paraíba no dia 7 de novembro de 1978 para se encontrar com políticos da Arena, como atesta Nunes (2009, p.77)

com o intuito de ajudar seus candidatos na eleição que se aproximava. Enquanto ele se reunia com lideranças arenistas no Palácio da Redenção, um grupo de camponeses se colocou em frente ao Palácio, na esperança de falar com o presidente e entregar-lhe um documento reivindicatório. Não foram recebidos por Geisel, mas este observando a movimentação, foi informado do fato pelo Governador Dorgival Terceiro Neto, e recomendou que o Memorial fosse recebido por um membro de seus auxiliares. Garantiu, ainda, que examinaria o assunto logo que chegasse a Brasília. Assim, às vésperas das eleições de 1978, Geisel assinou o Decreto no 82.614, desapropriando 2.000 hectares de terras nas Fazendas Alagamar e Piacas, tentando com isso angariar votos para a ARENA, que estava bastante desgastada a nível nacional.

Tais medidas não pacificaram as relações dos camponeses que receberam apoio da cidade com o surgimento do Comitê de Apoio aos Agricultores de Alagamar²⁵ (NUNES, 2009, p.78) que contava com apoio de partidos como o MDB-jovem, do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, Associação dos Docentes da UFPB/JP, do DCE/UFPB, das associações de moradores de bairros, do ME secundarista, das Pastorais da Igreja Católica.

A Igreja Católica, por meio da Arquidiocese da Paraíba vivia sob os cuidados de Dom José Maria Pires,²⁶ (1978, p.184)

fez uma opção pelos pobres, pelos f racos, pelos marginalizados. Sem excluir qualquer outra pessoa, de qualquer classe social, ela tem um compromisso exatamente com aquele que está sendo marginalizado. O pobre para nós é aquele que não tem poder.

Quando em 21 de abril de 1976 (PEREIRA, 2012 p. 121) Dom José Maria Pires criou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos com o advogado Wanderley Caixe²⁷, os camponeses começaram a pedir ajuda para a resolução

²⁵ Alagamar é um latifúndio pertencente ao Sr. Arnaldo Maroja entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, com aproximadamente 446 famílias agricultoras totalizando 2.723 pessoas (Pires, 1978 p.42)

²⁶ Sobre a trajetória de Dom José Maria Pires e a Igreja Católica da Paraíba na época da transição, ver. PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2012.

²⁷ Militante e ex-preso político, nascido em São Paulo, onde vivenciou intensamente sua militância política em oposição à Ditadura Militar. Por ter sido preso e torturado, foi escolhido pessoalmente pelo então Arcebispo para exercer as funções de coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em ocasião de visita de Dom José a São Paulo. (Ferreira, 2020.

dos conflitos em Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camocim (NUNES, 2009, p.74-75) e com a organização da categoria por meio da FETAG e da CONTAG, os camponeses travaram uma verdadeira luta contra a expulsão de suas terras²⁸.

O cenário no Estado era de organização da sociedade civil com o surgimento do novo sindicalismo, novas organizações partidárias, a criação do MDB jovem, as primeiras organizações nucleares pró-Partido dos Trabalhadores, a criação da CUT, o surgimento a Associação dos Docentes da UFPB, a recriação da UNE, a reabertura do DCE, as pastorais sociais que davam guarida a estas e tantas outras organizações que foram se aglutinando na linha do novo sindicalismo como a AMPEP e o Sindicato dos Têxteis (NUNES, 2009, p.79)

A partir de 1978, os Comitês Brasileiros pela Anistia se espalham por todo o país, na Paraíba, de imediato se organizam professores e estudantes, a sociedade civil e muitas outras entidades e formam dois CBA's no Estado, o primeiro em João Pessoa.

1.3 O Comitê Brasileiro pela Anistia em João Pessoa: sua constituição e pautas de luta

A luta pela Anistia cresceu depois das eleições de dezembro de 1974, quando um grupo de mulheres se organizaram sob a liderança de Terezinha Zerbine, “angustiadas há muito tempo pela situação nacional” (ZERBINE, 1979, p.7). Estas começaram a reunir forças para enfrentar à repressão na busca de trazer de volta os filhos e os maridos de algumas destas mulheres que foram exilados e tiveram seus direitos políticos cassados, nascendo assim, em março do ano seguinte, o Movimento Feminino pela Anistia. Segundo Greco (2003, p. 199)

p.143) Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21137/1/OlgaLarissaVeigaFerreira_Dissert.pdf acesso em: 01/07/2022.

²⁸ Sobre os conflitos de terra na Paraíba e a atuação da Igreja católica progressista nos mesmos, ver. MOREIRA, Emília. Por um Pedaco de Chão. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e II, 1997. Além de: FERREIRA, Olga Larissa Vieira. “Onde termina a justiça social e começa a subversão?” Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB, João Pessoa: 2020.

Não é outra a gênese do Movimento Feminino pela Anistia, que, a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior dos cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. São justamente as mães dos presos políticos, em apelo de agosto de 1972, as primeiras a falar em anistia, ainda que de maneira confusa e emocional.



(Foto de Terezinha Zerbini exibindo um dos cartazes do MFPA)²⁹

De fato, Therezinha Godoy Zerbini fundara com outras mulheres a primeira luta em torno da bandeira da Anistia:

éramos eu, minha filha, uma colega sua, a filha de um general também cassado, uma escritora que também é mulher de um oficial, uma socióloga, uma estudante de comunicação, uma pedagoga, uma artista plástica... (ZERBINI, 1979, p. 7)

Como uma peregrina da Anistia, Therezinha Zerbini viajou pelo país, ajudando as mulheres a fundar grupos de mulheres na luta pela libertação dos presos políticos e pela Anistia e a Paraíba não ficou de fora da articulação.

O jornal *A União* trata desse acontecimento em duas edições: na primeira, com o título “Terezinha Zerbini e a explanação que todos esperavam”, comentando a expectativa e a decepção do público, pois a palestra não chegou a acontecer; e, na segunda publicando uma carta de Therezinha Zerbini para o redator chefe explicando a importância dessa luta e o que aconteceu em João

²⁹Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/armazemmemoria/11873853433/in/album-72157639625552444/> acesso: 03/10/2022)

Pessoa, apesar do esforço do seu contato local com Dolores Mello. Depois foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia em João Pessoa que reunia, estudantes, professores, militantes, familiares de presos políticos.

O jornal *A União* daquele ano tratou o episódio assim:

[...] articulando-se com um grupo local, veio a João Pessoa para proferir conferência, em 19 de março de 1976, no auditório da Organização das Voluntárias. Após ampla divulgação nas rádios locais, a direção das Voluntárias não permitiu a realização do evento. Sem tempo hábil para se conseguir e divulgar um outro local, o evento não ocorreu. (*A União*, 25/03/1976)

O jornal *O Norte* também deu cobertura a vinda de Zerbini a João Pessoa:

Para implantar o Movimento Feminino pela Anistia na Paraíba, está em João Pessoa a Sra. Therezinha Godoy Zerbini, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini. (...) Em João Pessoa, a advogada paulista fará uma conferência às 20 horas de hoje, na sede das Voluntárias sobre o tema "A Problemática da Mulher Latino-Americana e os Direitos Humanos" (*O Norte*, 19 de março de 1976 apud ZERBINI, 1979, p. 64-5).

A palestra não aconteceu nas Voluntárias.

A palestra da Sra. Zerbini estava marcada para as 20:30 hs [sic] de ontem, na Sede da Associação das Voluntárias. Pouco antes do horário, porém a direção da entidade informou que não mais poderia realizar no local a anunciada conferência. A alegação: "As Voluntárias não se envolvem com problemas políticos". Therezinha (...) ficou extremamente decepcionada especialmente porque diversas pessoas foram às Voluntárias, no horário anunciado, para ouvi-la. Como a desistência somente se tornou conhecida pouco antes da hora prevista, não foi possível conseguir outro local. (*O Norte*, 21 de março de 1976, apud ZERBINI, 1979, p. 66).

A luta pela Anistia dos presos políticos estava acesa. As mulheres se organizaram no Brasil e fora do país. Vários movimentos surgiram após a luta de Therezinha Zerbini e as demais mulheres. Em João Pessoa surge o Comitê pela Anistia, chamando-se CBA-JP, sob a liderança de Washington Rocha, que trataremos mais especificamente no próximo tópico,

Nos anos seguintes, nasceram no Rio de Janeiro e em São Paulo, com apoio grupo de homens e mulheres, advogados, professores e professoras, ligados à Igreja Católica, e apoiados por várias entidades e organismos, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) que começaram a engrossar as fileiras para tensionar o processo de abertura do governo militar.

Para Greco (2003) o único movimento que foi capaz de representar o objetivo de enfrentar o regime militar em todo seu panorama de autoritarismo, ideologia de Segurança Nacional, repressão e tortura, foram os Comitês Brasileiros de Anistia:

Eles começaram a se articular em 1977 e entraram em cena em 1978... A data do surgimento dos CBAs pode ser estabelecida em fevereiro de 1978. O Comitê Brasileiro de Anistia do Rio de Janeiro, lançado oficialmente em 1 de fevereiro de 1978, foi o primeiro a ser criado, seguido pelo Comitê Goiano de Anistia e o Comitê Brasileiro de Anistia-BA (abril/78); em maio vieram São Paulo, Londrina e Rio Grande do Norte; em junho foi a vez de Santos, São Carlos e Brasília. A partir daí o processo se precipita... no Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia de Salvador (7 a 9/setembro/ 1978), além dos mesmos, compareceram... de oito estados (SP, BA, MG, CE, PB [grifo nosso], RS, SE e PE). (GRECO, 2003, p.61)

Quando das primeiras organizações, em entrevista dada à turma de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, Luiz Eduardo Greenhalgh, respondendo à pergunta do autor sobre o surgimento dos CBA's, relata:

O movimento de Anistia no Brasil nasceu depois das eleições de 1974. As eleições, nós tínhamos Arena e MDB, tá certo? Em 74 o MDB ganhou em 22 estados da federação e logo depois do resultado eleitoral, do impacto da derrota do partido da Ditadura, pelo MDB, aqui em São Paulo, uma senhora chamada Therezinha de Godoy Zerbini fundou o Movimento Feminino pela Anistia, ela era esposa de um general que tinha sido punido pelo Ato Institucional número 5, juntou algumas senhoras, digamos assim, da sociedade e fizeram um manifesto pela defesa da Anistia. Isso foi em 1974.³⁰

Em uma entrevista dada em 1978 a revista *Mais*, transcrita em seu livro intitulado "Anistia: semente da liberdade" lançado em 1979, Therezinha nos mostra o âmago do nascer desse movimento, as angústias e dores sofridas por estas mulheres, "o MFPA nasceu de mulheres muito sofridas, angustiadas com a situação do país." (Idem, p. 137)

Mas essa bandeira não ficou apenas levantada pelas mãos das mulheres, continua o advogado Greenhalgh:

Em 1975 começaram a nascer os outros grupos pela Anistia, setores sociais, tá certo? Então a UNE que, naquela época

³⁰ Luiz Eduardo Greenhalgh, aula de Mestrado em 16/07/2020.

estava na clandestinidade, já defendia a Anistia, Anistia e Assembleia Constituinte. A UNE era dirigida, naquela época, pelo³¹... na clandestinidade, por integrantes militantes do Partido Comunista do Brasil, PC do B, então começa a nascer... a advogada Eny Raimundo Moreira funda no Rio de Janeiro, o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia, o CBA no Rio de Janeiro que também era uma congregação de pessoas em torno da defesa da Anistia. (Idem)

Os depoimentos da Advogada Eny Moreira às Comissões da Verdade do Rio de Janeiro e Nacional da Verdade, são reproduzidos até hoje nos mais diversos vídeos das entidades de defesa dos Direitos Humanos, ela foi duran te muitos anos uma grande defensora dos presos políticos, amiga e companheira dos familiares dos desaparecidos políticos e um ponte entre as famílias e quem estava exilado, sua luta deu origem a vários organismos de defesa dos Direitos Humanos, sendo, posteriormente a presidenta da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, a fundação do CBA se deu de forma diferente segundo a visão de Greenhalgh:

Nós, aqui em São Paulo, fundamos o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo numa perspectiva diferente do CBA do Rio de Janeiro e do Movimento Feminino pela Anistia, em que sentido a diferença? É que no Movimento Feminino pela Anistia e no CBA do Rio de Janeiro eram pessoas que se articulavam em torno do movimento, no CBA de São Paulo nós começamos a pegar entidades que estavam em torno do movimento, então nós pegamos entidades como: a Comissão de Justiça e Paz, a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os Familiares de Presos Políticos, então nós pegamos núcleos tinha a OAB, então a pessoa que ia lá não representava a si mesmo representava uma entidade, esta diferença foi fundamental porque imediatamente o CBA de São Paulo passou, digamos assim, a ter condições de fazer atos políticos, nós fizemos o lançamento... do manifesto do Comitê Brasileiro pela Anistia em São Paulo, num ato público, no pátio interno das Arcadas aqui em São Paulo, estiveram presentes naquela época, certa de 500, 600 pessoas, neste ato público e falaram neste ato público representantes de mais 30 entidades, foi um ato enfadonho porque as pessoas vinham e falavam... (Idem)

³¹ Entre 1971-1973 a UNE era dirigida por Honestino Guimarães que foi preso em 1973, no Rio de Janeiro, pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e desde então nunca mais foi visto. De 1979-1980 o baiano Ruy Cezar Costa Silva foi eleito presidente da UNE no 31º Congresso da entidade em Salvador, na Bahia. Este congresso marcou a reconstrução da UNE após seis anos sem uma diretoria eleita diretamente, desde o sumiço do então presidente Honestino Guimarães, 1973, assassinado pela ditadura. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/> acesso: 14/11/2021.

O que fica claro no relato do advogado Luiz Eduardo é a forma de organizar o CBA-SP pelas representações de entidades, dando mais segurança na sobrevivência do Comitê, uma vez que no período de distensão política proposta pelo governo Geisel, estas organizações da sociedade já tinham muito respeito internacional e visibilidade política para enfrentar os grupos mais radicais da Ditadura. Assim era possível organizar atos públicos com a participação de muita gente e trazer convidadas e convidados com representação na resistência ao regime.

...Vai falar agora o representante da UNE... vai falar agora o representante do MDB...vai falar agora o representante da OAB... da Comissão de Justiça... e aí o fato de serem representantes de pessoas jurídicas, digamos assim, deu-se um salto muito grande e o CBA com isso foi ampliando a sua participação, até que a gente conseguiu fazer em novembro, no dia 04 de novembro de 1978 o primeiro Congresso Nacional de Anistia. (idem)



Ato pela anistia na Praça da Sé, em São Paulo. No canto direito da foto, de bigode, vemos Luís Eduardo Greenhalgh (foto: EnncoBeanns/Arquivo Público do Estado de São Paulo) Fonte: Agência Senado Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo_s/ha_40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura acesso: 20/11/22)

Estas manifestações pela Anistia começaram a se espalhar e ganhar visibilidade dentro e fora do país e criar uma responsabilidade que lugares

importantes no processo de resistência, antes vigiados, fechados e renegados pela Ditadura, agora se abriam abrigar a luta pela Anistia e nacionalmente os comitês realizam o primeiro congresso brasileiro pela Anistia entre 02 e 05 de novembro de 1978 com a presença do Senador italiano Lélío Basso e revela Greenhalgh

Por que 04 de novembro? Porque 04 de novembro é a data do assassinato do companheiro Carlos Marighella, aí já foi um enfrentamento com a Ditadura, nós quisemos fazer 04 de novembro, fizemos aonde? Nós fizemos nas dependências do Teatro Ruth Scobar, nas dependências do *Sedes Sapientiae*, nas dependências da PUC, o ato de lançamento, de inauguração do 1º Congresso Nacional de Anistia no dia 04 de novembro de 78 no TUCA³², teve mais 1500 pessoas... (Idem)

Para participar desse I Congresso Brasileiro pela Anistia, veio uma delegação Europeia formada por Lelio Basso, Etienne Bloch do Comitê de Solidariedade Brasil-França, Louis Joinet ex-presidente do Sindicato Francês de Magistrados, membro da Associação Internacional de Juristas Democráticos de Bruxelas e da Pax Romana de Paris, André Jacques da Organização Internacional de apoio aos Refugiados do Mundo Inteiro, Jean Bernand Weber e Paul Guilly Hart (Suíça). (FILIPPI, 2014, p. 263)



(Senador Lélío Basso na conferência de encerramento do I Congresso Brasileiro pela Anistia em São Paulo em 1978)³³

Durante o relato da experiência pessoal que teve na luta pela Anistia, Greenhalgh vai nos dando ideia de como o alinhamento da ideia de Anistia

³² O I congresso pela Anistia aconteceu de 2 a 4 de novembro de 1978 e reuniu várias entidades junto com os CBA's e o MFPA. (CORTÊS, 2012, p. 172)

³³ Acervo da FLLB disponível no Núcleo de Cidadania de Direitos Humanos da UFPB.

Ampla, Geral e Irrestrita foi sendo amadurecido nas fileiras dos que resistiam à Ditadura Militar:

o MDB, uma parte do MDB daquela época, o grupo autêntico do MDB daquela época, Ailton Soares, Edson Soares e Chico Pinto, uma série de outros companheiros, Lisânias Maciel, defendiam a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o MDB defendia a Anistia, Anistia Política, não dava amplitude dela, Anistia Política. Por que? Porque a Ditadura dizia: Não vai ter Anistia, vai ter revisão caso a caso, não vai ter Anistia para quem cometeu crime de sangue, não vai ter anistia... entendeu? O governo continha e a maioria do MDB também estava de acordo. Nossa! O Ulisses Guimarães foi chamado para o nosso congresso e ele disse que não ia participar e a gente falou: Ok. Quando, acho, que viram lá que tinha 1000, 1500 pessoas no TUCA, chamaram o Ulisses Guimarães e no meio do ato, apareceu Ulisses Guimarães e pediu para falar. O Ulisses Guimarães veio, presidente nacional do MDB e falou que o MDB estava ali saudando o Comitê Brasileiro pela Anistia e o Congresso de Anistia e não sei das quantas e isso e aquilo e que o MDB lutava por Anistia e o auditório falou: Ampla! Ele falou: Anistia Ampla! E o auditório falou: Geral! E ele falou: Anistia Geral! (risos de Greenhalgh) e o auditório falou: E irrestrita! E ele ficou meio assim: E irrestrita! Aí foi ovacionado, tá certo? Nós pusemos, auditório enfiou na boca do Ulisses Guimarães o slogan, a palavra de ordem: Anistia Ampla, Geral e Irrestrita (idem)

O relevante nas citações acima, são o detalhamento do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh em sua experiência que aparece em Greco sobre a organização dos CBA's ao longo do país, quando escreve sua tese de doutorado em 2003, dos desdobramentos que culminam com a realização do encontro nacional dos movimentos pela Anistia de Salvador em 1978, mas os detalhes trazidos pela memória de Greenhalgh, nos dão conta dos pormenores da história dos comitês.

Greenhalgh indica a diferença entre a criação do CBA do Rio de Janeiro e o de São Paulo. Enquanto o primeiro foi fundado com a participação de pessoas da sociedade, sem vínculos com entidades representativas, o segundo foi articulado para agrupar representações da sociedade como “a Comissão de Justiça e Paz, a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os Familiares de Presos Políticos, então nós pegamos núcleos, tinha a OAB” (GREENHALGH, 2020). Era a tentativa de fortalecer o movimento com a presença destas entidades para

assim poder enfrentar o regime, essas entidades estavam na linha de frente nas denúncias de violações dos Direitos Humanos pela Ditadura Militar.

Na Paraíba, particularmente em João Pessoa, recorte territorial desta pesquisa, um grupo de mulheres, sob a coordenação de Maria José Limeira Ferreira, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Maria de Fátima Cardoso, Maria das Graças Leite de Souza e Ayala de Almeida Rocha³⁴, conseguiu criar um Núcleo do MFA na Paraíba, no dia 22 de agosto de 1978³⁵. Como disse Eleonora Menicucci em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa,

Fizemos o Movimento pela Anistia aqui em 1979 e o Centro Brasileiro pela Anistia também. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese teve um papel fundamental nisso. Tinha Rosa Godoy, Joselita, tinha Dos Anjos, a viúva de Vanderley – Ayala Rocha, ela está em Ribeirão Preto hoje. Tinha Socorro da favela Beira Rio, a Joana Neves. As reuniões eram na arquidiocese, com o apoio de Dom José e Dom Marcelo Cavalheira. A gente ia muito à Guarabira. (CMVJP, 2020 p.178)

Na fundação do CBA em João Pessoa, Washington Rocha nos dá com ta que

...cresceu um movimento de mulheres, comandado por várias pessoas, eu me lembro muito da grande liderança, uma mulher inteligentíssima, formidável, eu acho que era presidente ou alguma liderança importante desse movimento das mulheres, eu não lembro, mas tinha mais de um, mas um deles se chamava Maria Mulher, outros chamavam isso, mas no fim era só, terminava todo mundo junto, as mulheres lá e a gente junto também. Esse movimento das mulheres foi quem deu início mesmo, essa liderança que eu mais me lembro, que foi a mais forte Eleonora Menicucci, professora da Universidade que depois foi Ministra no Governo Dilma. Essa mulher formidável, uma liderança impressionante, então quem fez todo aquele movimento, quem organizou e fundou o movimento aqui, foi a Universidade e a Igreja. Nós nos reunimos na igreja do Miramar³⁶

³⁴ Ayala de Almeida Rocha, atualmente residindo em Ribeirão Preto -SP, repassou algumas informações complementares sobre a atuação do MFPA-PB. (COSTA e FERREIRA, 2021, p. 597)

³⁵ Em 30 de setembro de 1978, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, o regimento interno do MFPA-PB. (NUNES, 2021, p. 157)

³⁶ Washington Rocha, entrevista 16/01/2021

Desde o começo das organizações em torno da pauta da Anistia, a comunidade de informações³⁷ vigiava de perto as reuniões que aconteciam na igreja do Miramar em João Pessoa e tais informações aparecem nos documentos criados pelo próprio SNI³⁸. De acordo com o documento do SNI³⁹ em consonância com a ASI/UFPB além da participação do Departamento de Polícia Federal da Paraíba (NUNES, 2021, p. 163) os nomes que aparecem compondo a primeira diretoria do CBA – Seção João Pessoa são:

- Presidente – WASHINGTON ALVES DA ROCHA [grifos nossos], estudante de medicina da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB);
 1º Vice-Presidente – VANDERLEY AMERICO AMADO, professor da UFPB;
 2º Vice-Presidente – IRLÂNIO RIBERIO PEREIRA, professor do Estado da PARAÍBA;
 1º Secretário – ELEONORA SOARES DE OLIVEIRA, professora da UFPB;
 2º Secretário – WALTER AGUIAR;
 1º Tesoureiro – JOSÉ RICARDO DE HOLANDA CAVALCANTI, estudante de medicina da UFPB; e
 2º Tesoureiro – LÚCIA MARIA BORGES DE OLIVEIRA, professora da UFPB. (ARE_ACE_557/79. Fundo SNI – Agência Recife)

Segundo Walter Aguiar, em entrevista, os órgãos de informação confundiamos membros do CBA-JP e os do MFPA,

eles misturaram porque Eleonora, foi ministra do governo Dilma, Eleonora e Vanderley eles eram do Movimento Feminino pela Anistia. Era uma organização que era muito o pessoal professor da Universidade, mas tinha também estudantes e tinha outras pessoas, mulheres e tudo, mas era mais ligado ao professorado e o Comitê, veja bem, tudo era... a esquerda sempre foi muito dividida e a gente, vamos dizer, mais chamados a esquerda do movimento estudantil que era a Libelu e a Convergência Socialista e Washington era d a Convergência Socialista, Washington e Irlânio e eu era da Libelu. Então nós, da chamada esquerda, nós criamos, olha, tinha o movimento pela Anistia que era esse pessoal mais o PCdoB, PCB, tudo era dividido, a esquerda sempre foi isso,

³⁷ Comunidade de Informações é um termo usado em documentos oficiais produzidos pelo Estado brasileiro para designar todo o aparato estatal de controle de informações, da criação de informações, do combate às contra informações e para debelar tentativas de resistências.

³⁸ O SNI foi criado pelo projeto de lei 1.968 de 11 de maio de 1964, depois sendo aprovado em Transformado na Lei Ordinária N ° 4.341 de 13 de junho de 1964. Para mais detalhes sobre a criação, atuação e funções do SNI, ver: ANTUNES, Priscila C.B.. **SNI e ABIN: Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

³⁹ Para uma maior compreensão da atuação do SNI na vigilância a políticos na Paraíba, ver: SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: Políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

sempre teve as divisões. Então nós criamos o Comitê Brasileiro pela Anistia, que era uma organização também nacional, que inclusive era mais forte, porque abrangia mais, você tinha os grandes... tinha juristas lá de São Paulo que faziam parte do Comitê, eu acho, se não me engano, aquele... tinha um jurista lá...⁴⁰

As influências externas na atuação do Comitê Brasileiro Pela Anistia em João Pessoa – CBA-JP foram explicadas por Aguiar como vindo das atuações nacionais das dissidências do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR com a Organização Comunista Marxista Leninista – OCML até o surgimento da Liberdade e luta - Libelu

então nós criamos a Libelu aqui. Alternativa, a OCML, Organização Comunista Marxista Leninista, a gente saiu da OCML e entrou na OSI, que era Organização Socialista Internacionalista, que era a organização que estava por trás da Libelu. Foi nesse tempo que a gente entrou na Libelu e fômos mais ainda e a Libelu era Trotskista, não era Trotskista a Libelu, a Organização é Trotskista, a Libelu tinha uma tendência Trotskista e o Trotskismo era extremamente combatido pela esquerda tradicional aqui no Brasil, como até hoje eu acho que deve ser. Então aí é que foi que fômos dois polos mesmo aqui no Movimento Estudantil né?.⁴¹

É claro que os órgãos de vigilância não iriam deixar passar a atuação de um comitê deste em João Pessoa, com o principal ponto de pauta: a liberdade dos presos políticos, junto com a luta de seus familiares. E de perto, acompanhou os comícios que eram feitos pelo CBA João Pessoa no Ponto dos Cem Réis no centro da cidade, como atesta Washington Rocha:

A gente pegava o carro de som, saia convocando, convocando, convocando e levava, chegava no Ponto dos 100 Réis tava cheio de gente, a gente sem um tostão no bolso, aí dizia: “Olhe tamo aqui assim, o carro quem paga?” Passava o chapéu, olhe a solidariedade e a pressão pela Anistia tava, não era só estudante não, era o povo todo decidiu pela Anistia. A Ditadura já tava desmilinguindo, era uma Ditadura já desacreditada.. Eu me lembro de um comício que nós fizemos no Ponto dos 100 Réis, foi o maior, já perto do desfecho, que veio Jarbas Vasconcelos. Jarbas Vasconcelos nesse tempo era uma estrela importante, uma grande estrela, pernambucano, daquele grupo dos autênticos do PMDB, que era o pessoal mais firme, mais determinado. Olhe nós juntamos no mínimo 5 mil pessoas no Ponto dos 100 Réis. Olhe foi um negócio extraordinário. Eu saí de lá, direto pra Polícia Federal. (risos de Washington) aí teve uma coisa engraçada, que eu tinha ido pra Polícia Federal, eu de lá ia sair direto pra ser torturado né? Eu

⁴⁰Walter Aguiar, entrevista 18/11/2021.

⁴¹ Idem.

sabia que não, pois muitas vezes fui com advogado, com Vanderley Caixe, que é uma figura importantíssima. Aí eu fui muitas vezes com Vanderley Caixe, pessoa formidável. Participei, enfim. Eles queriam saber umas coisas lá de mim: “Tal e isso, isso, tal?” Um deputado daqui da Paraíba, Ruy Gouveia, tinha um temperamento muito forte, fez um discurso muito duro, esculhambando, chamou Maluf de ladrão (risos de Washington) naquele tempo Maluf já era um ladrão famoso e esculhambou, baixou o cacete... o delegado lá queria saber mais dele, aí ele disse: “O que foi que disse o Deputado Ruy Gouveia?” eu disse: “Olhe, eu não lembro de jeito nenhum!” ele disse: “Como é que você não lembra se você tava dirigindo o ato?” eu disse: “Justamente delegado, porque eu dirigindo o ato eu não tinha como prestar atenção (risos de Washington). O delegado disse: “É vá embora, vá embora!”⁴²

O Ponto de Cem Réis no centro da cidade era estratégico para as atividades pois ali congrega toda cidade que transita para o comércio, para a rodoviária, para a Lagoa e por isto que a maioria das ações do CBA-JP se concentravam nessa parte da cidade, na busca de fazer chegar a mais gente a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. Rocha, ao ser convidado a ir depor na Polícia Federal nos deixa claro o motivo dos órgãos de segurança, que era analisar o que era dito nessas reuniões e nesses comícios, a influência do que os militares chamavam de perigo comunista.

O SNI, no relatório que dá conta da atuação da diretoria e do CBA João Pessoa, apresenta um dado sobre como a pessoa livremente fazia para ser do Comitê, participar das suas atividades: Segundo seus diretores, para fazer parte do CBA/JP, é necessário apenas, que a pessoa esteja de acordo com a Anistia ampla, geral e irrestrita e frequente as reuniões das segundas-feiras na Igreja do Miramar (ARE_ACE_557/79.Fundo SNI – Agência Recife).

Neste mesmo relatório do SNI, consta um histórico da vida das atividades do presidente do CBA-JP, Washington Rocha, de fato o relatório começa dando informações de que o começo da sua vida política quando da morte do estudante secundarista, Edson Luís no restaurante Calabouço e data em 07 de maio de 1968 a participação de Rocha num ato em protesto ao assassinato do jovem estudante. Mas o que os órgãos de informação e vigilância não nos dão conta é que sua atuação no movimento estudantil começou nos idos de 1967 quando estudante do Colégio Estadual do Róger

⁴² Washington Rocha, entrevista 16/01/2021

...em 67, nós iniciamos um movimento para... que tinha os aspectos culturais, mas que culminava na defesa do Grêmio, lançamos uma chapa para o Grêmio. Com... uma chapa muito importante. Isso aí começou, eu acho que semente do movimento estudantil nesse momento, a semente mais forte estava ali no Róger, com a Chapa que foi encabeçada por Severino Gomes... Nós éramos muito... nos mantínhamos unidos por causa dele, transmitia muita amizade e tal, era uma coisa muito importante a liderança dele, ele foi o candidato a presidente e o vice-presidente, candidato a vice presidente, foi quem decidiu a eleição por voto, foram as duas coisas, a capacidade de organização de Biu Gomes, a força da sua liderança, a sua força moral e o carisma imenso, fabuloso, o poder de oratória incrível de uma pessoa magnífica chamada Marcus Paiva.⁴³

Depois, em 1968, estudante do Liceu Paraibano, conhecido por Colégio Estadual de João Pessoa, com 16 anos, é tido como articulador e atuante no mesmo relatório e indica que “parece receber orientações de terceiros” (ARE_ACE_557/79. Fundo SNI – Agência Recife). De fato, nos relatou Washington que suas influências estavam no Movimento Estudantil, na Universidade e nos Partidos Políticos

As nossas influências, as influências dos amigos nossos da Universidade já, principalmente um rapaz chamado Rômulo Araújo, inteligentíssimo. Então... o Chico Maria ainda aparecia por lá, mas a influência dele acabou pelo seguinte: o Partidão foi completamente escanteado por aquela juventude, ninguém queria saber de Partidão, “era reformista, devagar”, a tendência toda era que as referências passaram a ser as organizações mais radicais revolucionárias que romperam com o partidão, saíram tudo de dentro do partidão: o PC do B, o PCBR, o pessoal das dissidências, chamava-se dissidências. Então, o nosso grupo: eu, Marcus Paiva, Elsa estávamos mais ligados ao pessoal do PCBR. Todos nós fomos cooptados pelo PCBR.⁴⁴

Sua militância logo é arregimentada para os movimentos e tendências mais radicais e revolucionárias contra a Ditadura Militar. Em seu histórico durante todo o ano de 1968, Rocha é visto pelo SNI como um grande líder estudantil, atuando em vários atos contra a Ditadura e no segundo semestre de 1969, foi adicionado ao seu histórico a atuação na queda do aparelho a avenida Olinda em Tambaú⁴⁵. Rocha reconhece em seu depoimento que sua

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ A queda desse aparelho está ligada a repressão ao PCBR, acusado de realizar ações armadas no estado na Paraíba, sobre as ações armadas no referido estado, ver. NUNES, Paulo Giovani Antonino. “As experiências de ‘luta armada’ na Paraíba”. In. AVELINO, Nildo.;

vida de estudante secundarista no Liceu Paraibano foi intensa e que recebera orientações de lideranças de partidos comunistas, antes do Partido Comunista Brasileiro e depois das dissidências.

O Estado Brasileiro sabia dos objetivos claros dos CBA's, pois vigiava, ouvia os membros e por isso não os via com bons olhos, pois no dizer de Greco (2003) este era um movimento de luta por memória no sentido de enfrentar concepções opostas de uma anistia ampla, geral e irrestrita:

Anistia como resgate da memória e direito à verdade: reparação histórica, luta contra o esquecimento e recuperação das lembranças; e anistia como esquecimento e pacificação: conciliação nacional, compromisso, concessão, consenso – leia-se certeza da impunidade (GRECO, 2003, p. 320)

O que os CBA's queriam era justamente o compromisso do Estado Brasileiro com a verdade, com a reparação, com a memória dos que deram sua vida pelo fim da Ditadura, pela liberdade dos que estavam ainda presos nos quartéis, nos presídios e nos porões da Ditadura.

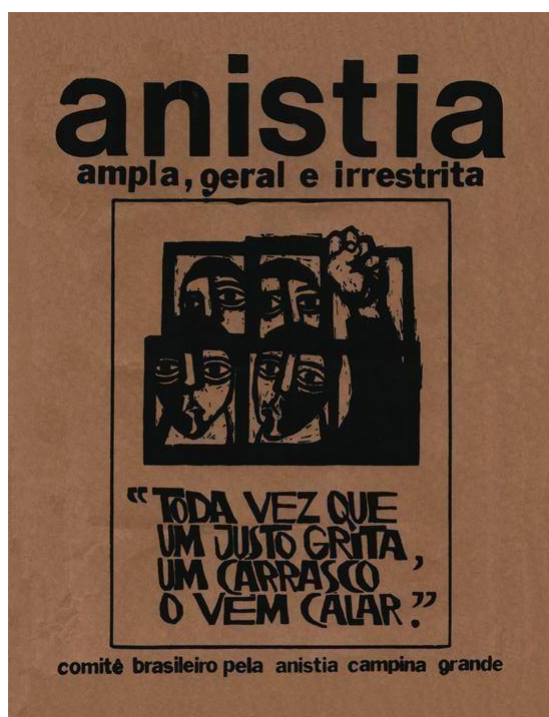
No mesmo ato de 18 de abril de 1979, no pátio da Igreja de São Francisco, o presidente do CBA-JP fez um apelo à sociedade para que se solidarizasse com a situação enfrentada por estes agricultores que foram expulsos das terras. (ARE_ ACE 556/79. Fundo SNI – Agência Recife). O relatório ainda reúne outros recortes de jornal dando notícias da luta dos agricultores, além da nota de solidariedade e da presença várias entidades no ato que aconteceu no dia 22 de fevereiro na praça João Pessoa

Na ocasião alguns camponeses relataram várias denúncias, enquanto outras pessoas usaram da palavra em nome do DCE; Setor Jovem do MDB de João Pessoa e Campina Grande; Associação dos Docentes da UFPB; MFPA; Comissão pró - CBA; Centro de Defesa dos Direitos Humanos, além do único parlamentar presente: o deputado João Cunha – MDB... que fez uma breve análise que representava esta luta no momento atual. (ARE_ ACE 556/79. Fundo SNI – Agência Recife).

Vigiados de perto pelos órgãos do Estado, o comitê não tinha medo e não deixavam de se colocar contra o regime militar, nestes atos públicos, além das falas contra o regime, eram distribuídas e lidas, cartas abertas à população, assinadas pelas entidades que se aproximavam para apoiar o CBA-JP. Em Campina Grande no dia 10 de dezembro de 1978, no auditório do

convento São Francisco, foi criado o núcleo do CBA de Campina Grande (NUNES 2021 p. 158). O SNI vigiava de perto as atividades dos dois CBA's

De imediato, a entidade também passou a sofrer vigilância dos órgãos de informação. A partir de informações do 1º GptEngCnst... a agência local do SNI elaborou um relatório informando os membros de sua direção e relatando suas atividades (NUNES 2021 p.159)



Cartaz da Anistia do CBA-CG⁴⁶

Vamos entender um pouco mais como se deu a perseguição dos Órgãos de Informação ao Movimento Estudantil dentro da UFPB no próximo capítulo.

⁴⁶ Disponível em: Acervo digital do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL Centro de Pesquisa e Documentação Social IFCH-UNICAMP (Disponível em: <https://www.facebook.com/ael.unicamp> acesso: 04/11/2022)

CAPÍTULO II – A PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDANTES DA UFPB DURANTE A DITADURA MILITAR

“E se um dia, quiserem escrever algo sobre nós, escrevam que os nossos dias foram de combate à violência e de paixão tresloucada pela liberdade” (Francisco de Paula Barreto Filho)

Neste segundo capítulo analisaremos o processo de perseguição ao meio estudantil da UFPB durante a ditadura militar. Daremos uma ênfase especial a conjuntura de transição da ditadura militar à democracia para entender o processo que culmina com a promulgação da Lei de Anistia em 1979 e na tentativa de encontrar homens e mulheres, estudantes da UFPB na época do desenrolar dos acontecimentos, analisarei os relatórios das CEVPM-PB (2017), da CMV-JP (2020) e os trabalhos desenvolvidos por Erica Lins Ramos (2013) e de Rosicleide Henrique da Silva (2014) que analisam os primórdios e a atuação do movimento estudantil na cidade de Campina Grande durante a Ditadura Militar; de Talita Hanna Cabral Nascimento (2015) na reconstrução do movimento estudantil na UFPB após o AI-5; ainda a dissertação de Elissandra Maria Costa Dias (2021) que apresenta como se deu a atuação do SNI na vigilância à comunidade acadêmica da UFPB no período e a dissertação de Waldir Porfírio da Silva (2017) que descreve a atuação do movimento estudantil universitário paraibano entre 1958 a 1969; Por fim, usaremos o nosso trabalho de conclusão do curso de História (2015) que versou sobre a ocupação dos Estudantes na Faculdade de Direito da UFPB que culminou com a expulsão de 29 estudantes e a retirada de seus direitos.

Nascimento (2015) nos ajuda entender esse processo na Paraíba, com suas particularidades de luta por direito e acesso à terra e a participação do ME na organização de luta pela garantia das liberdades

Na Paraíba, no período da distensão e abertura política há o retorno de alguns seguimentos da sociedade na forma de movimentações, sobretudo na questão dos conflitos por terra [...] influenciado pelos trabalhos de base da Igreja Católica, pelos acontecimentos do ABC Paulista [...] a representação política da Arena no estado encontrava-se desgastada [...] No caso do movimento estudantil, objeto desta escrita, foi preciso reorganizar-se no espaço acadêmico para em seguida engatar no apoio aos demais setores da sociedade civil (NASCIMENTO, 2015 p.52)

A partir das entrevistas feitas com Washington Rocha, Walter Dantas, Marcus Paiva e Lourdes Meira, buscaremos entender nas suas falas e suas vivências no movimento estudantil, como se dera o processo de retomada do movimento e as principais dificuldades enfrentadas nos anos 1970 até a conquista da Anistia em 1979. Ainda buscaremos analisar a entrevista dada pela estudante, filha de militar e integrante do PCBR, Francisca Trigueiro (Aluta) à professora Telma Dias Fernandes e a Washington Rocha para o segundo volume do livro *1968: O ano que ficou*.

Para contextualizar o processo de perseguição aos estudantes, é preciso rememorar a Lei Suplicy⁴⁷, que segundo Dias (2021)

Como exemplo desse contexto, temos a chamada Lei Suplicy de Lacerda, instaurada pelo então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, e surgida como um elemento repressor logo nos primeiros momentos após o golpe. A lei, que dispunha sobre os órgãos de representação estudantil, atingiu diretamente entidades que representavam demandas de estudantes universitários e secundaristas, lançando, na clandestinidade, organizações como a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), criando, além disso, órgãos de representação vinculados ao governo. (DIAS, 2021)

Essa lei que entra em vigor ainda em 1964, afasta do meio do ME toda e qualquer possibilidade de manifestação política, atividade política, debate político no meio das atividades estudantil e que a partir de então, só era permitido pelos Órgãos de Informação ao Movimento Estudantil e priorizar o debate cívico, cultural e desportivo para garantir o bem da sociedade e o pleno desenvolvimento dos estudantes.

É claro que no meio da estudantada do pós guerra, em plena guerra fria, cujo debate entre Leste e Oeste, Capitalismo e Socialismo, Revolução Cubana e todo caldo de cultura ocidental, experimentado pelos estudantes das classes médias, não iria passar despercebido. Essa efervescência é vista logo no começo dos anos 1960, quando o ME aparece nas ruas fazendo passeata contra o aumento de passagem nos transportes públicos no governo de Pedro Gondim (CITTADINO, Op. cit.). É o que vamos analisar logo nos primeiros meses de 1964, antes do golpe de Estado de 1º de abril, quando os estudantes

⁴⁷ Lei de número 4.464, criada em 9 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm. Acesso em 20/10/2022

paraibanos ocuparam a faculdade de Direito da Paraíba em protesto contra a vinda do maior expoente político da UDN, Carlos Lacerda.

2.1 O caso da ocupação da Faculdade de Direito e as punições de estudantes no pós-golpe civil-militar

O Movimento Estudantil em João Pessoa já vinha sofrendo perseguição desde antes do Regime imposto em 1964, durante o segundo governo de Pedro Moreno Gondim⁴⁸, pois o movimento estudantil fez várias manifestações no período de 1962 a 1963, de acordo com Cittadino, 1998 p. 136)

A primeira manifestação popular desse ciclo crescente de mobilizações ocorreu em novembro de 1963 e teve como principais atores os estudantes secundaristas e universitários. Em decorrência do desrespeito da lei que assegurava aos estudantes o abatimento de 50% nas suas passagens, por parte das empresas proprietárias de ônibus, os estudantes, com apoio dos operários urbanos fizeram uma manifestação na frente do palácio da Redenção que culminou com um choque com a guarda policial do Governo.

Essa manifestação marcou o início a luta dos estudantes pois um policial foi assassinado no conflito entre estudantes. Em 03 de março de 1964 um protesto dos estudantes foi marcante na luta do movimento estudantil: a ocupação da Faculdade de Direito da Paraíba, localizada na praça João Pessoa

A origem dessa ocupação está na mobilização de estudantes secundaristas e universitários contrários à visita do futuro candidato à presidência da República, o governador do estado da Guanabara Carlos Lacerda, nas eleições de 1965, e favoráveis à candidatura de João Goulart. O anúncio da sua vinda foi veiculado em jornais da capital locais, para uma atividade na capital paraibana com partidários de sua base política da União Democrática Nacional (UDN). (COSTA, 2015, p. 16)

Aglutinados dentro do auditório da Faculdade de Direito os estudantes cantavam e gritavam palavras de ordem contra Carlos Lacerda, contra o governador Pedro Gondim e contra os Estados Unidos, alguns estudantes que revezavam no sistema de som que fora improvisado com os autofalantes

⁴⁸ Pedro Moreno Gondim foi eleito vice-governador de Flávio Ribeiro Coutinho e assumiu o mandato com seu impedimento devido um derrame. Depois foi eleito governador com o vice André Avelino de Paiva Gadelha, conhecido como Zabilo Gadelha (ZENAIDE, 2002, p.29) em 3 de outubro de 1960 com 148.691 votos, derrotando Janduhy Carneiro que teve 124.041 votos.

voltados para a praça, faziam elogios a Juscelino Kubitschek e ao presidente João Goulart. Estes estudantes eram na sua grande maioria de secundaristas que tinham sido aprovados no vestibular para 1964, como é o caso dos estudantes Inocêncio Nóbrega⁴⁹ e Rubens Pinto Lyra⁵⁰, o que atesta o jornalista Wills Leal:

a maioria absoluta dos presentes era de estudantes quase meninos. Universitários, portanto, bem mais velhos, eram poucos. E havia ainda umas dez pessoas, como eu, mais idosas, ligadas ao jornalismo e/ou às atividades esquerdizantes ou provavelmente funcionários da Faculdade, além de curiosos. (...) A situação que eles se encontravam era a seguinte: ninguém tinha armas de fogo ou faca; também não havia quaisquer tipos de drogas ou bebidas alcoólicas; todos já estavam com muita fome (LEAL, 2014 p. 22-23)

Muitos estudantes passaram pelo local ao longo do dia, mas ao cair da tarde a praça foi ficando tomada por pessoas que gritavam contra os estudantes que estavam dentro do prédio, obrigando-os assim a fechar as portas da Faculdade e bloquear com cadeiras para evitar que fossem arrombadas, como cita Inocêncio Nóbrega em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade:

Na verdade, eu estava em transição naquela época entre ser secundarista e universitário, eu vinha de um vestibular. Militei na UPES, União Pessoaense de Estudantes Secundários, paguei um pouco caro porque o IPM, Inquérito Policial Militar me pegou pelos pés... com relação a Faculdade de Direito houve o acirramento de ânimos no plano externo já a praça apinhada de lacerdistas é que entre nós, Tarcísio, Zé Sabino, Wills e demais companheiros não sei se vocês lembram havia um juscelinista de quatro costados, não me lembro o nome dele, sei que residia na avenida João Machado. Como estava numa campanha presidencial talvez Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, sua volta, ele apimentou muito as suas palavras e foi até admoestado por isso, eu creio que as palavras contra Lacerda não seriam tanto dele, mas a favor de Juscelino isso sim... A minha participação nesse momento que nem era secundarista nem universitário ainda foi um tanto mais modesta, eu fui escolhido com o companheiro Carlos Alberto Farias de Azevedo, antropólogo, para depois de nós fazermos

⁴⁹ Natural de Soledade-PB, estudante de economia na UFPB teve seus direitos estudantis cassados, só conseguiu anistia em 1979 quando conseguiu voltar como aluno de jornalismo na Anistia de 1979.

⁵⁰ Natural de João Pessoa-PB, foi presidente do Grêmio Estudantil do Lyceu Paraibano em 1962. Em 1963, Presidente da União Pessoaense dos Estudantes Secundários (UPES); Já em 1964, ingressou na Faculdade de Direito, e, por ter participado da ocupação da Faculdade de Direito, feita em protesto contra a visita de Carlos Lacerda em João Pessoa, foi privado dos direitos de estudar pela primeira vez. Fonte: Militantes Brasileiro(a)s de Direitos Humanos Perfil MilitanteDisponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/rubenspinto/51anos_militancia.htm acesso: 20/10/2022

uma vaquinha, Tarcísio, lembre-se disso, trazermos aquilo que é tão comum que se fazia diante dos ônibus, eu vou dizer um neologismo, ovacionarmos e assim fomos procurar ovos no mercado central e infelizmente nós não encontramos... a providência do nosso companheiro Iremar Bronzeado... eu aí sim, eu ajudei em colocar as carteiras para a sustentação da porta. (CEVPMPB, 2014)⁵¹

Com os ânimos alterados na praça liderados pelo deputado Joacil de Brito Pereira e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, os lacerdistas quiseram dispersar os estudantes e tentaram arrombar a porta da Faculdade de Direito com um aríete que estava nos materiais de construção da reforma da casa vizinha ao prédio da Faculdade que pertencia à família Hermes Sá (LEAL, 2014 p.23)



Tentativa De Invasão Da Faculdade De Direito , Fotografia Retirada Do Livro "Nordeste, O Vietnã Que Não Houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64 de Francisco de Assis Lemos. A Legenda Da foto no Livro diz: "Invasão da Faculdade de Direito da Paraíba: Deputados Joacil Pereira E Marcus Odilon Ribeiro Coutinho" (Souza, 1993 P.375).

Com a tentativa de arrombamento da porta pelo aríete conduzido por Joacil de Brito Pereira, Marcus Odilon e um terceiro que não foi identificado, mas na audiência da Comissão Estadual da Verdade, os depoentes reconheceram como sendo Arnaldo Costeira, irmão de Manoel Costeira que era funcionário de *A União*. (NÓBREGA FILHO, 2014). Com o intermédio do

⁵¹ Depoimento de Inocência Nóbrega Filho à CEVPM-PB no dia 20/02/2014 disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T6m3GDdxjwI&t=1387s> acesso 04/07/2022.

Exército, de acordo com Assis Lemos, citando uma entrevista de 18 de fevereiro de 1979 ao Diário da Borborema, em que Joacil de Brito Pereira relata a conversa que teve ao pé do ouvido com o Capitão Guerra⁵² dando recado do Cel. Ednardo D'Avila Melo

O coronel está ali; manda dizer que agora concorda com a invasão da Faculdade, porque a Polícia do Estado se omitiu. Não toma nenhuma providência e isso não pode continuar e, antes que a invasão se efetive, o Exército chegará para resguardar o patrimônio público federal (PEREIRA apud SOUZA, 1993 p. 185)

De fato, quando os condutores do aríete dão as primeiras pancadas na porta que ecoam prédio adentro, a guarnição do Exército se aproxima e dialogam com os estudantes que estão dentro da Faculdade para que deixem o local.

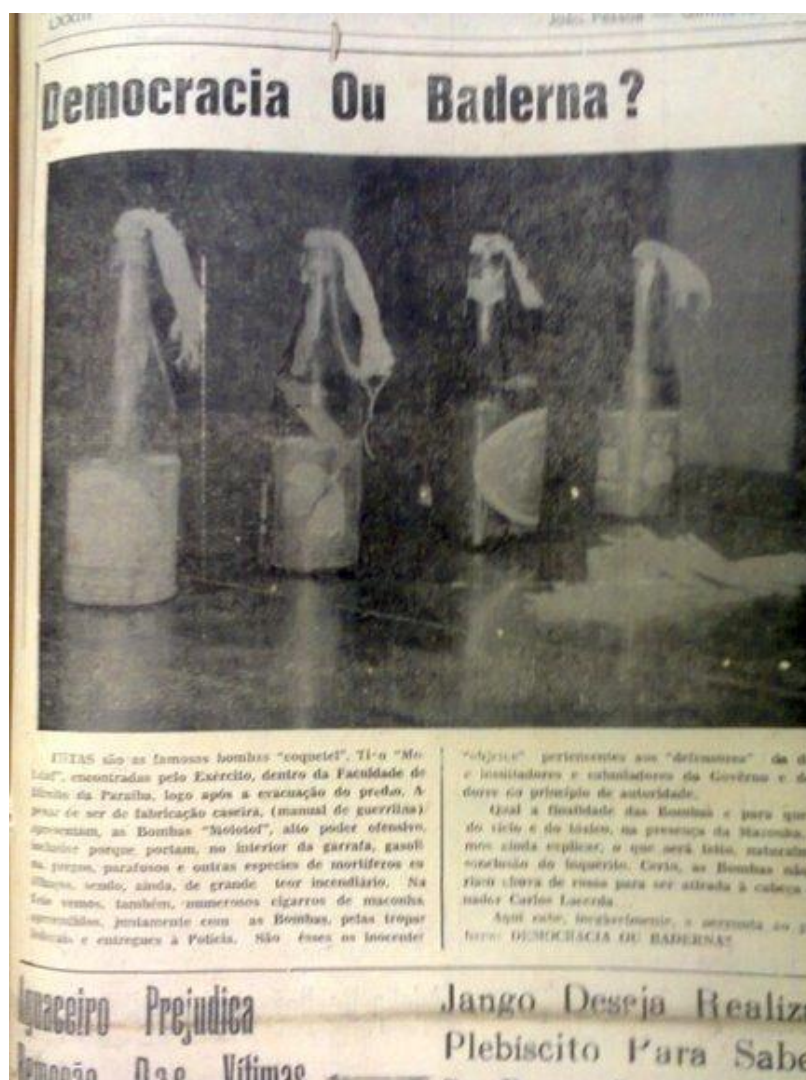
ao segurarmos no aríete, e darmos a primeira, a segunda e a terceira pancada na porta, o pelotão do Exército chegou, co mo o coronel havia prometido. A partir daí, tudo f icou a cargo do Exército que invadiu o prédio e lá encontrou os comunistas. Muitos estavam maconhados, conduzindo armamentos perigosos, inclusive bombas "molotov". (idem)

Foram desalojados do prédio, vinte e nove estudantes dentre os quais cinco eram menores e entre eles somente uma mulher de nome Zita Moreno Marinho⁵³. Todos foram presos, interrogados e responderam a Inquérito Policial Militar - IPM.

⁵² No relatório f inal da CMV-JP aparece uma nota: "No Natal de 1964, o prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça Neto, recebeu mensagem de "Boas Festas" f irmada pelo Comandante e pelos Oficiais e Praças do 15-RI. Entre os oficiais, estava listado o Capitão Armando Zenaide Guerra, único capitão da lista de so brenome "Guerra". Provavelmente, trata-se da mesma pessoa. A nota foi publicada no jornal *Correio da Paraíba* em 24/12/1964." (ALMEIDA et all, 2020 p. 25)

⁵³ Os nomes que aparecem na edição de 06 de março de 1964 de *A União* e exposta do Relatório Final da CEVPM-PB contém os seguintes nomes: Antônio Augusto Arroxelas (vereador e dentista), Severino Elias Sobrinho (universitário), Rubens Pinto Lyra (universitário), Carlos Alberto Farias (universitário), Carlos Augusto de Carvalho (universitário), José Rodrigues Lopes (universitário), Evandro Ferreira dos Santos (universitário), José Tarcízio Fernandes (universitário), Inocêncio Nóbrega Filho (secundarista), Aderbal Vilar Sobrinho (secundarista), Heloísio Jeronimo Leite (secundarista), Wills Leal (jornalista e f uncionário público), Zita Moreno Marinho (universitária), João Torres de Oliveira (secundarista), João Lucena Montenegro (secundarista), Walter Luís do Rego Luna (secundarista), José Ferreira da Silva (universitário), José Iremar Bronzeado (secundarista), Breno Andrade Matos (secundarista), Carlito Silveira (sem profissão), Luiz Gonzaga Barbosa (secundarista), Sérgio Tavares de Melo (secundarista), F.U (menor secundarista), F.A.F.A (menor secundarista), C.A.A.M (menor secundarista), P.M.C.C (menor secundarista), S.B.P (menor secundarista) José Humberto Espínola Pontes (universitário), F.U (menor secundarista).

Em primeira página, o jornal *A União* 06 de março de 1964 trouxe as fotos individuais dos estudantes no centro da primeira página contém uma grande foto em que se vê claramente bombas *molotov* e cigarros de maconha. Fatos explicados à sociedade por meio de notas, como a do Diretório Acadêmico de Direito, publicada em 10 de março de 1964 no *Correio da Paraíba* e do próprio professor Oscar de Castro em que reconhecia a maconha como sendo do departamento de Medicina Legal.



Capa do Jornal *A União* de 06 de março de 1964.
(Acervo da Fundação Casa de José Américo)

Na reportagem em primeira capa o próprio título na parte superior da folha pergunta: Democracia ou baderna, o texto com fontes grandes e o uso da fotografia no centro da página, contendo os cigarros de maconha e as garrafas de coquetel molotov conduzem o leitor a uma reflexão totalmente distante do

motivo que levou os estudantes, que era a possível vinda de Carlos Lacerda à cidade de João Pessoa. O texto é incisivo

ESTAS são as famosas bombas “coquetel” tipo “molotov” encontradas pelo Exército dentro da Faculdade de Direito da Paraíba, logo após a evacuação do prédio. Apesar de ser de fabricação caseira (manual de guerrilha) apresentam, as bombas “Molotov”, alto poder ofensivo, inclusive porque portam, no interior da garrafa, gasolina, pregos, parafusos e outras espécies de mortíferos... (A UNIÃO, 1964)



Reportagem do Jornal A União de 06 de março de 1964.
(Acervo da Fundação Casa de José Américo)

Segundo o professor Cláudio Lopes, a maconha teria sido enviada ao professor Oscar de Castro pelo ofício de número 167 de 23 de novembro de 1963:

Prezado Mestre- tenho a satisfação de encaminhar ao Ilustre Professor um pacote contendo vários cigarros de “Maconha”,

apreendidos nesta Delegacia os quais servirão de ilustração para suas magníficas aulas (RODRIGUES, 2000 p.99)

O uso político do Jomal *A União* levou à sociedade virar-se contra o ME, pois as fotografias em primeira página dos Coquetéis Molotov e os cigarros de maconha viraram espetacularização, de fato a fotografia tem na sua natureza a representação do real, como atestam Felizardo e Samain (2007) ao tratarem do tema da fotografia com a memória

Claro que o fato de a fotografia ser uma representação do “real” pode não ser suficiente para lhe conferir credibilidade absoluta. Assim como a memória, ela (a fotografia) pode “selecionar” partes do real a fim de iludir, manipular, fazer parecer. “Possuir a verdade é também ser capaz de enganar diria Detienne (1988, p.43) (FELIZARDO e SAMAIN, 2007, p.211)

O jornal desviou o foco da tentativa de arrombamento da porta de entrada da Faculdade pelos deputados Marcus Odilon e Joacil de Brito Pereira, este negou até o fim que não estava na fotografia com o aríete

Pretendia-se arrombar a porta principal da nossa Escola de Direito. Fiz grande esforço para que não se levasse a cabo a invasão. E só concordei em cooperar nesse sentido quando recebi recomendação do comandante do 15º RI, coronel Ednardo d'Ávila Mello. Mandaram-me dizer que, ao tentamos o arrombamento, este seria evitado, incontinenti, pelo Exército. (GUEDES, 1994 p. 274)

O movimento estudantil de 1964 foi todo massacrado pelos jornais, a sociedade ficou contra os estudantes que protestavam, os jornais chamavam os estudantes de baderneiros e maconheiros.

No imediato 1º de abril de 1964, deflagrado o golpe de estado, que na UFPB se concretizou com a derrubada do Reitor Mario Moacyr Porto, a tomada de posse do interventor Guilardo Martins Alves, “professor de medicina e ex-oficial do Exército, passa a presidir o Conselho Universitário (CONSUNI), instância deliberativa superior da UFPB” (CITTADINO, 1993, p .11), dando início a uma série de medidas autoritárias atingindo toda a comunidade acadêmica, de professores como

a exoneração do Coordenador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Prof. Paulo Pires, designando para o seu lugar a Profa. Vilma Cardoso Monteiro; a dissolução do Diretório Central dos Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos de Medicina das Faculdades de Ciências Econômicas de João Pessoa e de Campina Grande e da Escola Politécnica

(Campina Grande) nomeando interventores para os mesmos (CITTADINO, 1993, p.16)

As punições seriam em todos os setores e referendadas pelo CONSUNI da UFPB, pois ao retirar os estudantes que haviam sido eleitos, se colocava em seus lugares pessoas da confiança da reitoria e desmantelava o ME, como o que foi realizado ainda nos primeiros dias depois da tomada de poder

O Conselho Universitário da UFPB, em reunião de 8 de maio de 1964, aprovou a Resolução nº 18 (ver anexos 4 e 5), que “excluía”, no ano letivo de 1964, os alunos responsabilizados pelos acontecimentos naquela Faculdade, conforme inquérito instaurado. Foram eles

- 1) Aderbal Vilar Sobrinho (Curso de Ciências Econômicas);
 - 2) Evandro Ferreira dos Santos (Curso de Direito);
 - 3) Inocêncio Nóbrega Filho (Curso de Ciências Econômicas);
 - 4) José Humberto Espínola Pontes de Miranda (Curso de Direito);
 - 5) José Iremar Alves (Cursos de Ciências Econômicas e História);
 - 6) José Rodrigues Lopes (Curso de Medicina).
 - 7) José Tarcísio Fernandes (Curso de Direito);
 - 8) Rubens Pinto Lira (Curso de Direito);
 - 9) Antônio Sérgio Tavares de Melo (Curso de Direito);
 - 10) Carlos Augusto de Carvalho (Curso de Direito);
 - 11) José Ferreira da Silva (Curso de Ciências Econômicas).
- (COSTA, 2015, p. 20)

De fato, as punições, as prisões que sofreram e em seguida a proibição de se matricular na Universidade estavam ligadas ao processo de ocupação da Faculdade de Direito, mas ideologicamente por se declararem contra a UDN, por terem feito ataques ao governador Pedro Gondim, aos conservadores, aos latifundiários, a narrativa a partir do jornal *A União* é que os cigarros de maconha e as bombas *molotov* eram dos estudantes, o que foi veementemente negado pelos estudantes e por professores da Faculdade de Direito, como o Professor Oscar de Castro reivindicou o uso da maconha para as aulas de Direito Criminal.

As bombas de coquetel *molotov* só foram confirmadas 50 anos depois do fato, na audiência da CEVPM-PB, o então presidente do Diretório Acadêmico de Direito, José Tarcísio Fernandes revelou

Por nota oficial do próprio Diretório Acadêmico esse fato foi negado e negado pelas circunstâncias a que já me referi, as bombas realmente estavam aqui dentro da Faculdade, havia de 4 a 5 bombas, se não me engano. Eu como presidente de Diretório, tão logo avisado de que haviam as bombas molotov

aqui na sala ao lado do auditório, que onde funcionava a quinta série do curso de Direito, eu vi e realmente encontrando essas bombas *molotov*, o que fiz, para... por uma precaução, peguei as bombas e levei para o Diretório, só eu tinha a chave, naquela época, abri, coloquei as bombas lá dentro, tranquei e deixei lá dentro, quando eu tinha a certeza que o movimento estava esvaziado e que a Faculdade iria ser realmente esvaziada e seus manifestantes conduzidos para onde foram, ao Quartel da Polícia Militar, eu rapidamente me lembrei das bombas *molotov* e abri o Diretório, tirei as bombas *molotov* e guardei aqui atrás, nessas escadas que dão acesso ao relógio da torre da Faculdade e tenho a impressão que foi providencial essa minha lembrança, porque imaginem os senhores, um mês depois, já em plena Ditadura, se essas bombas tivessem sido encontradas dentro do meu Diretório. (CEVPMPB, 2014)⁵⁴

Após a decisão do Conselho Universitário da UFPB, punindo todos os estudantes que participaram da invasão da Faculdade de Direito

Os estudantes José Iremar Alves Bronzeado, Aderbal Vilar Sobrinho, José Ferreira da Silva e Inocêncio Nóbrega Filho entraram com um Mandado de Segurança contra a decisão da reitoria, e o Juiz de Direito Mário Moreno concedeu a liminar em 15 de setembro de 1964, inclusive extensiva aos "litisconsortes", José Rodrigues Lopes, Rubens Pinto Lyra, José Humberto Espínola Pontes de Miranda, Evandro Ferreira dos Santos, Antônio Sérgio Tavares de Melo, José Tarcísio Fernandes e Carlos Augusto de Carvalho. Contudo, poucos dias depois, o mesmo Juiz, em 22 de setembro de 1964, reconsidera o despacho e suspende a liminar concedida, para que eles aguardem o julgamento definitivo. (CEVPM-PB, 2017 p. 446)

Muitos destes estudantes continuaram sua militância na clandestinidade, outros foram presos em outros atos do movimento estudantil e alguns de fato sumiram da militância política por consequência das perseguições do Regime que se instalou em 1º de abril daquele ano. As punições não foram brandas e os estudantes reagiram, como atesta a CEVPM-PB

Todos os estudantes envolvidos na ocupação da Faculdade de Direito, além do depoimento na noite dos acontecimentos, foram indiciados no Inquérito Policial Militar – Atividades Subversivas, este com foco mais abrangente, incluindo outras pessoas consideradas subversivas. (Idem)

⁵⁴ José Tarcísio Fernandes em 1964 era acadêmico do curso de Direito e Presidente do Diretório Acadêmico do curso. Em 2014 em durante as 12ª Audiência Pública da CEVPM-PB, juntamente com Wills Leal, Inocêncio Nóbrega e José Sabino, deu seu depoimento. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T6m3GDdxjwI&t=7311s> acesso em 21/11/2021

2.2 A repressão e a perseguição aos estudantes na UFPB.

A reação do movimento estudantil nos primeiros anos da Ditadura vai ser, em João Pessoa, marcada por lutas, organizações no campo da cultura, quando uma nova geração vinda do Colégio do Róger, ingressa no Liceu Paraibano e assumem as pautas estudantis no final da década de 1960.

O assassinato do jovem estudante secundarista Edson Luís Souto, no restaurante Calabouço foi, no dizer de Talita Hanna Cabral, a chama do “estopim para as movimentações estudantis” (NASCIMENTO, 2015, p.27). Em todo país várias manifestações foram chamadas para aquele mês e em João Pessoa, as entidades estudantis: União Estadual dos Estudantes na Paraíba (UEEP), Associação Estadual dos Estudantes Secundaristas (AESP), o Diretório Central dos Estudantes da UFPB, os Diretórios Acadêmicos das Faculdades da UFPB e Grêmios Estudantil (NASCIMENTO, 2015, p. 27) convocaram manifestações e pediram ao Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires que celebrasse a missa de 7º dia em sufrágio da alma de Edson e da Catedral de Nossa Senhora das Neves, após a missa, os estudantes saíram em passeata até o ponto de cem réis. A morte do estudante Edson Luís desencadeou no estudante secundarista paraibano, Marcos Paiva, um ímpeto mobilizador:

E eu vi uma chamada no jornal, eu não me lembro qual foi o jornal da época, se foi *Jornal do Brasil, Folha...* que haviam matado na tarde, durante o dia, um estudante no Calabouço. E aquilo me deu uma revolta completamente libertária, porque aí eu me toquei que realmente o que seria o efeito de uma ditadura. E aí eu saí da praça e agindo até emocionalmente, fui para o Lyceu paraibano e lá no Lyceu, entrei nas salas pedi licença aos professores se eu poderia falar com os alunos “pode e tal” e eu então comuniquei. Eu disse que a Ditadura tinha entregue como presente aos brasileiros, o corpo ensanguentado de um jovem. E clamei que nós em sinal de protesto e de solidariedade, nós fechássemos todas as escolas da Paraíba e do Nordeste. Eu fui em todas as salas de aula. Os professores ficaram perplexos, eu era muito jovem, 17 anos mais ou menos. E não me proibiram e quando terminou a última sala de aula do corredor do Lyceu, quando eu saí para voltar para casa, eu morava perto na Pedro I, que desemboca na Lagoa, então tava a estudantada todinha do lado de fora e começou a aplaudir e a fazer palavras de ordem contra a Ditadura militar. Foi interessante porque à época não se ousava atacar a Ditadura e eu fui muito enfático. Mas foram as palavras que emergiram, de início como um regato e depois como um rio imenso e esse rio foi tão grande que até me levou. Eu fui pra casa, o meu pai era professor da Universidade, da UFPB, de odontologia. Entrei, tomei a bênção, fui dormir,

quando foi de manhã, meu pai bateu na porta do quarto “oh filho, o que é que você fez?” Eu digo, como o quê? Ele disse “tá aqui em frente de casa”, era uma casa alta, grande, “uma multidão de estudantes inclusive com serviço de som, lhe chamando para uma grande manifestação contra o regime militar e que você chamou de ditadura!” Eu disse: “Foi pai? Mas deu nisso? Eu pedi apenas que se fechasse as escolas”. Ele disse: “Não, mas aí tem gente da Universidade...” Porque os universitários, apesar de ser bem mais cultos e amadurecidos do que nós, eles não tiveram a oportunidade de se dirigir à sociedade com um grito tão contundente contra a Ditadura.⁵⁵

Como podemos perceber no relato de Marcus Paiva, estudante secundarista do Lyceu Paraibano em 1968 que após o assassinato de um outro estudante secundarista no Rio de Janeiro, entrou na luta contra a Ditadura, a morte de Edson Luís foi o estopim para sua revolta e a revolta de vários outros estudantes secundaristas e universitários. Depois, entre vários pesquisadores do movimento estudantil na Paraíba, é possível encontrar esse ponto de influência na luta dos secundaristas contra a Ditadura Militar. É como explica Washington Rocha, um estudante secundarista igualmente do Lyceu em 1968:

O Brasil já tava pegando fogo, cidades maiores já tinham... o processo já estava mais avançado, inclusive no Rio de Janeiro onde houve a morte de Edson Luís. Se houve aquela morte, o processo já estava bem avançado. A coisa pegou e começou... nesse primeiro momento quem mais se destacou, realmente, quem liderou o pessoal nas grandes passeatas, realmente foram várias pessoas, como oradores, principalmente, Marcus Paiva e eu, Washington Rocha. Algumas pessoas no movimento universitário vão contestar, eles acham que... A liderança foi do Lyceu Paraibano e dos secundaristas, foi que carrou. Os universitários foram importantes, mas foram mais a reboque, no restante do Brasil todinho, eu acho, a liderança foi dos universitários, aqui em João Pessoa foi dos secundaristas: Lyceu Paraibano e Róger. Alguns líderes universitários importantes não aceitam isso: “Não! Fomos nós!” Tá tudo bem, é a impressão que eu tenho, eu falo a minha impressão.⁵⁶

Para Washington Rocha, o movimento secundarista se destaca na luta contra a Ditadura Militar no final da década de 1960, agravando a pressão após a morte do estudante no Restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. E Marcus Paiva reforça que entre os estudantes do Liceu paraibano, as grandes mobilizações se dão justamente após a morte de Edson Luís.

⁵⁵ Marcus Paiva, entrevista realizado em 09/01/2021

⁵⁶ Washington Rocha, entrevista realizada em 16/01/2021

O assassinato do jovem estudante secundarista mobilizou o ME não apenas em João Pessoa, mas em Campina Grande, houve manifestações organizadas pelos secundaristas e universitários, como atesta SILVA (2014, p. 86-87)

Em solidariedade a esse acontecimento, estudantes secundaristas e universitários de Campina Grande realizaram na Praça da Bandeira uma concentração que contou com o apoio de representantes do DCE, UFPB e URN... há uma intensificação de Comícios e passeatas, onde os estudantes secundaristas e universitários sofreram com a repressão por parte da Polícia Militar.

A repressão ME só aumentou após os atos denunciando a morte do estudante secundarista Edson Luís pois muitas organizações nacionais de luta armada para combater a ditadura já haviam se formado e estavam atuando já na Paraíba como afirma Nunes (2018, p. 136)

Na Paraíba, no período que antecedeu o AI-5, em 1968, apenas os estudantes fizeram uma oposição mais acentuada ao regime militar, principalmente após o assassinato do estudante Edson Luís, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Com o pretexto de protestar contra a morte do referido estudante, passeatas e greves foram realizadas em João Pessoa e Campina Grande, e foram duramente reprimidas pelo governo de João Agripino. Parte desses estudantes já se encontravam em organizações que fizeram a “opção” pela luta armada e participaram de ações no estado, principalmente no de 1969.

Em João Pessoa, um lugar de muitas lutas e embates entre estudantes e a polícia era o Restaurante Universitário – RU, localizado às margens da Lagoa do Parque Sólon de Lucena, também conhecido como Clube dos Estudantes Universitários, palco de muitos embates entre o ME e a polícia paraibana

O Restaurante Universitário (RU) foi uma luta empreendida pela UEEP, na época dirigida pelo líder estudantil de medicina, Lindbergh Farias⁵⁷. Logo que assumiu a presidência da entidade, em 1958, deflagrou uma campanha junto a autoridades legislativas e executivas em busca de recursos para construção do RU, transformada em realidade em julho de 1960, no Cassino da Lagoa, onde também funcionou o Clube dos Estudantes Universitários (CEU). (SILVA, 2014 p.55)

⁵⁷Genro do ex-deputado da Arena da Paraíba, Gerônimo Stanislau Nóbrega.



Cerco da PM-PB ao restaurante universitário que funcionava no CEU ⁵⁸

Nas entrevistas realizadas, o lugar de referência para os debates, as reuniões e os grandes enfrentamentos com a polícia, o CEU é mais referente, lembrado, citado, como na fala de Lourdes Meira

eu comecei a ficar visada aqui, também muitas passeatas, discursos inflamados, teve momentos assim de passeatas que a gente apanhou muito em passeata, de ficar toda roxa, [é roxa] puxando uma perna, foi um negócio assim fora de série, a gente correu muito da polícia, a gente se deitou no chão... Lagoa, em frente do Palácio, a gente se deitar no chão e as balas passando. Foi um período muito apertado... O Cassino da Lagoa, ali a gente ocupou, a gente chegou a ocupar, foi criada uma crise muito grande aqui nessa época, o Governador do Estado era João Agripino ⁵⁹

Em depoimento a SILVA (2014), o estudante Pedro Coutinho de Almeida, irmão de Simão Almeida⁶⁰, relata as perseguições sofridas em Campina Grande depois de 1968

Pedro Coutinho de Almeida foi estudante na década de sessenta e lutava contra a Ditadura Militar. Em seu depoimento ele evidenciou que devido à repressão, foi preso em Campina Grande e levado para Recife, onde sofreu diversas torturas. Sobre isso ele nos informou: [...] no dia 04 de

⁵⁸ Disponível em: <http://abriosa.com.br/pm-no-movimento-estudantil-1968-em-jp/> acesso: 03/11/2022.

⁵⁹ Lourdes Meira, entrevista realizada pelo autor em 11/03/2021.

⁶⁰ Simão Almeida de Almeida Neto é natural de Cabaceiras-PB, estudante de engenharia no campus da UFPB em Campina Grande, líder estudantil, presidente da União Universitária Campinense, sofreu prisão e perseguição durante a ditadura militar pela sua atuação contra o regime. Na clandestinidade mudou-se para o Recife em fevereiro de 1969, até a promulgação da lei de Anistia.

outubro de 1969 eu fui preso por membros da Secretaria Pública de Estado de Pernambuco. [...] eu estava em Campina Grande na casa de um colega que havia sido preso dias anteriores; fomos levados e quando cheguei na Secretaria de Segurança Pública pediram meus documentos e fizeram uma “festa” muito grande porque Pedro Coutinho de Almeida era irmão de Simão de Almeida [...] começaram as sessões de tortura; fui torturado barbaramente e até tentativa de castração houve; passei sessenta dias na Secretaria de Segurança Pública em situações promíscuas, em selas horrosas cheias de percevejos e sem alimentação adequada e sob pressão permanente, quando fui transferido para o presídio Velho de Recife no dia 04 de dezembro de 1969. (SILVA, 2014 p. 99)

A partir de 1969 os atos de resistência do movimento estudantil se intensificaram e a consequência foi o aumento da repressão ao ME, é o que vamos estudar no tópico seguinte.

Durante os anos que seguem, a UFPB e ME sofrem constantemente repressão e perseguição por parte da Reitoria e do Consuni e por diversas vezes os órgãos de mobilização estudantil sofrem imposições, deposições e proibições, como no DA de direito, no DA de medicina, no DA de economia e na diretoria do DCE (CITTADINO, 1993)

Pretendemos, assim, analisar as punições e a situação dentro do ME com as prisões, as torturas sofridas a partir desses relatos e entender o processo que alguns militantes viveram na clandestinidade, quando fugiam da repressão depois de terem atuado na luta armada e mesmo na clandestinidade continuaram na luta armada.

Desde a entrada do interventor Guillard Martins, a UFPB sofre diretamente a vigilância dos OI, como atesta Dias (2020)

A UFPB contou com um serviço de segurança logo nos primeiros momentos após a intervenção, porém, foi apenas após a reformulação e transformação do SNI no Sistema Nacional de Informações (SISNI) que as universidades existentes passaram a contar com os serviços das AESI (DIAS, 2020 p. 193)

A atuação dos OI dentro das Universidades brasileiras se institucionaliza e a UFPB, segundo Motta (2014) teve um papel de grande influência nacional para a criação e aperfeiçoamento das AESI na vigilância interna e controle de informações

Na UFPB, cujo reitor “anfíbio” (o militar e professor Guillard Martins Alves) também já demonstrara seu empenho “purificador”, no início de 1969 já estava em funcionamento um Serviço de Segurança e Informação. Essas experiências

precursoras podem ter estimulado e inspirado a criação de agências de informação em todo o sistema universitário, o que só aconteceu efetivamente em 1971. Graças ao seu pioneirismo, a Aesi/UFPB foi das mais bem-organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres (MOTTA, 2014 p.196)

Estes órgãos dentro das universidades ficavam sob os cuidados dos reitores, na sua grande maioria interventores, homens ligados ao poder central e muitas vezes, como eram ligadas ao DSI/MEC que eram tentáculos do SNI, serviam para que o poder central fizesse o controle dos gestores dentro das universidades, sabendo atuação de reitores, conselheiros e diretores de centros. Isto posto, muitos estudantes entravam na universidade e já eram visados por estes órgãos, bastava participar do ME.

Muitos estudantes, ao entrarem na universidade, já se engajavam no movimento estudantil, como foi o caso de Lourdes Meira, estudante da FAFI, do curso de História, influenciada por uma disciplina chamada Introdução à Filosofia muda seu curso para Filosofia. Em entrevista, ela nos relata esses primeiros anos de Universidade e sua entrada no ME

Quando eu entro na Universidade, aquele movimento, eleição de DA eu já fui chamada para participar do Diretório Acadêmico. Eu entrei fazendo História, no segundo ano eu mudei para Filosofia, porque em História tinha introdução à Filosofia e eu me apaixonei, aí transferi para Filosofia. Eu fiquei no Diretório Acadêmico e começaram aquelas lutas contra a Ditadura, foram as passeatas, os comícios relâmpagos e a gente se organizou. Nessa época, foram organizadas no Brasil, pela juventude, a Ação Popular, a AP. Porque a Ação Popular foi mais essa juventude que veio da Igreja, do JUC, todo mundo que estava descontente com a posição da Igreja.⁶¹

Desde o início do processo de instauração do sistema autoritário com o Golpe de 1964, nas falas dos militantes, em especial de Lourdes Meira, a luta contra o Regime Militar no Movimento Estudantil permanece ativo e combatendo as atrocidades da Ditadura.

Foi um período muito aperreado, mas também a gente aperreou muito a gente fazia os comícios relâmpagos, por exemplo, a gente ia para o mercado e aquele pessoal do mercado ouvia muito a gente, emprestava tamborete, aí os olheiros diziam que a polícia estava vindo, eles escondiam a gente por trás das bancas, quando a polícia chegava, eles

⁶¹ Maria de Lourdes Meira, entrevista realizada em 11/03/2021. Atualmente é militante do PCdoB, foi presa e perseguida política pela Ditadura Militar quando militante da AP, teve sua anistia concedida em 1979 podendo se matricular na UFPB.

diziam: “Saíram tudo correndo por ali!” a polícia ia embora, quando a polícia ia embora, a gente subia de novo, continuava. A gente botava a polícia para correr e estourava outro lá no Porto dos 100 Réis, quando o olheiro dizia que vinha, a gente corria já outro... era assim, a gente deixava eles louquinhos.⁶²

As práticas do movimento Estudantil e as táticas para mobilização para convencer e denunciar à sociedade são relatadas pela entrevistada e corroboradas nas pesquisas feitas por Érica Lins ao verificar que mais jovens entraram no ME em Campina Grande (RAMOS, 2013 p.125) e podemos constatar que não era diferente aqui em João Pessoa, segundo o depoimento de Lourdes Meira, informando como se deu sua chegada no ME

Nessa época, foram organizadas no Brasil, pela juventude, a Ação Popular, a AP. Porque a Ação Popular foi mais essa juventude que veio da Igreja, do JUC, todo mundo que estava descontente com a posição da Igreja. Aí nesse processo foi criada a AP e eu fui convidada, veio uma pessoa da AP Nacional a João Pessoa e recrutou muita gente. Pronto a partir daí a gente conseguiu, começou a discutir a Revolução, a orientação que a gente tinha é que a experiência que estava sendo mais recente tinha sido da China, de Mao Tsé Tung. Tinha um livrinho. Era aliança operária e camponesa, a gente achava que aqui também seria, muitos militantes integraram a produção em fábricas, outros no campo para conhecer a realidade e ver como era o processo. Eu trabalhei muito assim em porta de fábrica, entregando panfleto e organizando as células de base de operários e no campo foi como pesquisa aqui nessa região de Mamanguape, Rio Tinto, para descobrir alguém que fosse remanescente das Ligas Camponesas.⁶³

Havia uma tentativa de aproximar a luta dos estudantes ou de se basear, ao que podemos inferir do relato de Lourdes, com a luta dos camponeses, inspirando-se no processo chinês⁶⁴, de unir o campo e a cidade, por isso era importante fazer trabalhos de base, de conscientização política e o enfrentamento ao imperialismo, “foi importante o sentimento de rejeição aos EEUU⁶⁵, pela guerra do Vietnã e por sua interferência no nosso país. Quase todo dia queimava uma bandeira norte-americana.” (ROCHA, 2018 p.51).

As perseguições se deram das mais variadas formas dentro das Faculdades da UFPB, logo no imediato 1º de abril. No caso dos estudantes o

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Para uma melhor compreensão sobre o processo de Revolução na China, ver: POMAR, Wladimir. A Revolução Chinesa. São Paulo: Editora UNESP, 2003 (Coleção Revoluções no século XX, direção de Emília Viotti da Costa).

⁶⁵ Uma das abreviaturas usadas na América Latina para se referir aos Estados Unidos da América do Norte.

que era mais comum era a proibição de entrar nos prédios das Faculdades, como atesta Lourdes Meira, aluna da FAFI

eu era proibida e aí quando eu saí teve um incidente, quando eu saí da prisão, quando foi um dia eu fui lá eu cheguei lá, conversei com uma amiga quando eu estou assim, chegou o funcionário, chega ele estava pálido, sem jeito, porque eu gostava de todo mundo lá, o pessoal também gostava, eu não tinha inimizado com ninguém, o funcionário não tem nada a ver, ele disse assim: Lourdes, eu estou com uma missão aqui, mas não é por mim não, eu sou empregado. Eu digo: Já sei! disse: É para você se retirar! Quem era a diretora lá, era Dra. Vilma, inclusive ela foi minha professora de História, excelente professora era ela, mas podre de chata, aí eu disse: Foi a Diretora? Foi! E ela está lá em cima? Tá! Oxe! Eu só fui subir a escada, não, não, não! Eu subi feito uma bala, aí cheguei lá, ela estava no birô, eu disse: A senhora mandou que eu me retirasse aqui da Faculdade foi? A senhora não tem motivo nenhum para mandar eu sair daqui. A senhora saber por que eu fui presa? Eu fui presa porque eu fui contra os acordos MEC-USAID que queria acabar a educação no Brasil, eu fui presa por isso, por isso, por isso... eu tenho muita dignidade, muito orgulho de tudo que eu fiz dentro da Universidade, que isso aqui era um depósito de moça grã-fina para esperar marido, isso aqui se tornou um centro político e cultural e participei desse processo, dessa construção e a senhora vem me dizer para eu sair daqui? Chame a polícia! Chame a polícia! e ela sentada assim e eu em pé, ela não deu uma palavra, disse: Esteja à vontade! e desci as escadas, cheguei lá embaixo, ele disse: Lourdes pelo amor de Deus! Eu disse: Não se preocupe, eu mandei ela chamar a polícia, quando a polícia chegar, tudo bem. Ele ficou doido, aperreado e eu fiquei por ali e fui embora, disse: Qualquer hora eu volto viu?

De fato, em um ofício⁶⁶ da UFPB de 25 de fevereiro de 69 assinado pela professora Vilma dos Santos Cardoso Monteiro, coordenadora do ICFCH, proíbe duas alunas de se matricular, uma delas é Lourdes Meira. Um dos motivos que levou os estudantes a ocupar a FAFI em 1968, foi a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira⁶⁷

Em João Pessoa, na primeira quinzena do mês, em protesto contra a prisão de Vladimir Palmeira e contra a política educacional do governo federal, os estudantes ocuparam durante seis dias o prédio da Faculdade de Filosofia (FAFI), um dos setores mais aguerridos e contestatórios do movimento estudantil, e passaram a fazer comícios-relâmpagos em diversos pontos da capital. (CITTADINO, 2006 p.330)

⁶⁶ Ver Anexo V

⁶⁷ Vladimir Gracindo Soares Palmeira nasceu em Maceió, foi um dos líderes do ME. Em 2 de agosto, Vladimir foi preso e, em seguida, processado, sendo libertado 45 dias depois, após se r concedido habeas-corpus em seu favor. Ao deixar a prisão, já havia, contudo, um novo p ed id o de prisão preventiva, com base em processo que respondia na Auditoria da Marinha. (Fonte: CPDOC Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vladimir-palmeira> acesso em: 03/10/2022)

Amotinados, os estudantes temiam a retirada dos ocupantes da FAFI pelas tropas militares sob as ordens do Reitor Guilhardo Martins, que poderia a qualquer momento solicitar efetivo do 15 RI.

eu não sei se chegou uma semana, mas chegou perto, a gente ficou mesmo, trancou, pegou a chave, ocupou e depois de um tempo, cumprido o que a gente queria, a gente fechou tudo, agora ficou toda pintada porque o nosso jornal era as paredes, mas o resto a gente teve o maior cuidado, deixou tudo limpo, mas foi um período perigoso que o Exército ficava ameaçando e aquela parte de cima cheia de pedra, porque se Exército chegasse a agente jogava pedra⁶⁸

Outro relato sobre a atuação do ME em João Pessoa vem de Vilma Batista de Almeida, estudante da FAFI desde 1967, militante da AP

A gente fazia todos os movimentos de repercussão nacional, a gente liderava, a gente puxava, hoje o nome é arrastão, mas naquele tempo era passeata mesmo; a gente saía em passeatas com faixas, muitas das vezes a gente parava na frente do Paraíba Palace, no Ponto Cem Réis, porque ali é que era o termômetro político da época e, muitas vezes, as baionetas dos soldados ia furando as costelinhas da gente (faz sinal com a mão e sorri) e agente colocava as mãos para cima, como se estivesse sendo assaltada e com aqueles microfones improvisados [...] às vezes uma coisa sem sentido, mas a gente achava que tava fazendo uma grande coisa pelo nosso país... É uma coisa que me marcou muito [...] nessa época, A FAFI se tornou uma referência política estudantil; a gente promovia muitos debates, a gente promovia muitos seminários (SILVA, 2014 p.93)

As perseguições dentro da UFPB aos estudantes foram sendo cada vez mais praticadas quando da institucionalização do sistema burocrático e autoritário, com a criação da comunidade de informação⁶⁹ que reunia todo o aparato de vigilância e controle interno dentro das Universidades após a instauração do AI-5.

Para Sá Motta (2014 p.193)

o contexto do AI-5, colocando em foco as agências de informação... o governo criou órgãos de informação dentro das universidades, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs), que fariam parte da vida acadêmica nos anos seguintes.

Para Simão Almeida, em depoimento à Rosicleide Henrique da Silva

⁶⁸ Maria de Lourdes Meira, entrevista realizada em 11/03/2021

⁶⁹ ver SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985). João Pessoa, 2020, 229p.

Após o AI-5, que alguns identificam como o golpe dentro do golpe, as coisas realmente mudam a face porque fazíamos toda uma oposição radical que a repressão atuava nas mobilizações [...] nós fomos obrigados a recuar e aí entrar num processo realmente de ações não públicas, ações secretas em função da militância clandestina que nós passamos a viver; já não se fazia panfletagem assim de portas abertas. (SILVA, 2014)

Na realização do Congresso da UNE em Ibiúna-SP, os delegados paraibanos que tinham se dirigido clandestinamente para esse evento foram presos⁷⁰, na tentativa de voltarem à Paraíba, vários continuaram a sofrer ameaças, intimações, prestando depoimentos sobre o Congresso e sendo obrigado a explicar como tinham conseguido chegar até o lugar do evento, dando nomes de quem possivelmente ajudou.

Em depoimento a CEVPM-PB, o estudante Rubens Pinto Lyra (Direito da UFPB), delegado eleito para representar a Paraíba no 30º congresso da UNE, analisa que

...O congresso da UNE não existiu, na verdade a análise que faremos não é a da realização de um congresso, mas de um processo de mobilização para este, de momentos que deveriam procedê-lo e da repressão a sua efetiva realização e suas repercussões. Claro que não tira interesses, mas preciso lembrá-los que foi um evento que tal como foi proposto não foi realizado...⁷¹

Durante todos os depoimentos dados a Comissão Estadual da Verdade, tanto Rubens como Cacilda Filomena Castro (Serviço Social da URNE em

⁷⁰ São eles: Aloisio Muniz de Aquino (Faculdade de Ciências e Letras de Campina Grande - URNe); Antônio José de Lima (Presidente do DA Farmácia e Bioquímica); Cacilda Filomena de Castro (Serviço Social da URNe); Carlos Alberto Nunes Marinho (Escola de Engenharia da UFP); Cláudio Américo de Figueiredo Porto (Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande); Eraldo Fernandes dos Santos (Medicina); Everardo Nóbrega de Queiroz (Presidente do DCE da UFPB); Getúlio Bezerra Castro (Faculdade de Medicina da UFP); Heloísio Jerônimo Leite (Faculdade de Ciências Econômicas); José de Arimatéia Bezerra de Lima (Instituto Central de Letras da UFPB); José Ferreira Lima (Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB); Juremi Machado Bittencourt Pereira (Estudante de Direito da URNe); Kennett Talins de Borja Jaguaribe (DA de Enfermagem); Leda Rejane Pereira Amaral (Faculdade de Ciências Econômicas de João Pessoa); Luiz Sérgio Gomes de Matos Silveira (Estudante da Escola Politécnica da UFPB); Maria de Fátima Mendes da Rocha (DA de Filosofia de Ciências Humanas); Maria do Socorro Moraes (Fragoso) (Escola de Serviço Social de João Pessoa); Maria do Socorro Pessoa (Estudante de Pedagogia na Faculdade de Educação de João Pessoa); Maria Nazaré Coelho (Estudante da Faculdade de Filosofia da UFPB); Maura Pires Ramos (Instituto Central de Letras da URNe); Rubens Pinto Lyra (Estudante de Direito da UFPB); Silvio Roberto Teixeira Barreira (Estudante de Química da URNe); Vicente Antônio da Silva (Estudante da Escola de Engenharia da UFPB); Willians Capim de Miranda (Estudante de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da UFPB) Ver: SILVA, 2014 p.84

⁷¹ Depoimento de Rubens Pinto Lyra à CEVPM-PB em João Pessoa, 17 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t4W0GqZbG1s&t=3809s> acesso em: 06/07/2022.

Campina Grande) convergem em apresentar as dificuldades e a precariedade do ambiente do sítio em que se realizaria o Congresso. Quando da queda do congresso e da prisão no presídio Tiradentes, relata

Na prisão, pelo menos os peixes miúdos, como eu era ou que se sabia não houve maus tratos nem torturas. Eu acho que isso não aconteceu propriamente nessa época não, agora o que veio depois, nós sabemos que a barra pesou... depois de cinco, seis dias, por aí, de privação de liberdade, o governo federal resolveu nos entregar às polícias estaduais, mas pelo menos no caso da Paraíba, fomos libertados já em São Paulo graças a um acordo que teria sido firmado com governador João Agripino⁷²

De fato, o então governador da Paraíba deveria ter toda razão em fazer qualquer tipo de acordo em trazer de volta os paraibanos, pois entre estes havia um dos seus filhos, estudante de Física em Pernambuco que estava participando do mesmo evento.

Um outro estudante ouvido pela CEVPM-PB, que mais tarde seria Reitor da UFPB, Jader Nunes de Oliveira (estudante Engenharia da UFPE) conta em seu depoimento que o 30º Congresso e o movimento estudantil da época, avaliou mal a conjuntura

Mediante uma análise política equivocada de correlação de forças. A análise de conjuntura foi equivocada porque eles não se deram conta que já estava em gestação o golpe dentro do golpe, tanto é que foi lembrado aqui, o congresso caiu no dia 12 de outubro e menos de dois meses depois, em 13 de dezembro foi decretado o AI-5. O AI-5 não foi parido numa noite não! Ele estava em gestação e todo mundo de alguma maneira já tinha essa sensação com os atos terroristas praticados em bancas de revistas no Rio de Janeiro e São Paulo... a atuação do CCC⁷³

Os depoimentos feitos pelos estudantes que representaram a Paraíba em Ibiúna, como os relatos de Cacilda Filomena, analisado no trabalho de Erica Lins, traz os detalhes de como a organização do XXX Congresso tentou driblar a polícia

A coisa começou logo na ida. Primeiro a gente viajou como se fôssemos casados, fizeram certidão de casamento para a gente, não mudaram os nossos nomes, mas a gente viajou como se fôssemos casados. Para evitar suspeitas, compramos alianças e tudo, porque eram muitos estudantes seguindo para lá, e a gente tinha que disfarçar, para não ser pego. De todo o lugar do Brasil foi estudante para lá. Eu passei duas noites lá, e

⁷² Idem.

⁷³ Depoimento de Jader Nunes de Oliveira à CEVPM-PB em João Pessoa, 17 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t4W0GqZbG1s&t=3809s> acesso em: 06/07/2022.

quando já ia encerrar, a gente ia fazer a votação do Presidente da UNE, e eu já estava pensando – Meu Deus como vamos sair daqui? - estamos todos sentados, eu me lembro que estava sentada de costas, tudo fechado, quando só escutei os gritos – se levantem daí bandos de filhos da puta – chamaram muitos nomes feios com a gente, e quando eu olhei para trás, nós já estávamos todos cercados pela polícia, então eu só fiz pegar minha bolsinha. Estávamos todos de pé no chão, porque os sapatos já tinham ficado dentro da lama, e o outro que eu tinha era para a viagem, então o deixei dentro da bolsa. Porque a lama vinha até aqui (marca com o dedo perto do joelho). Ai eles gritaram, - vamos todos logo, fazendo uma fila aí, logo -. E fomos todos, um atrás do outro, andamos nem sei quantos quilômetros para ir pegar o ônibus. (RAMOS, 2013 p.182)

A queda do Congresso de Ibiúna revela as fragilidades e a imaturidade do ME na clandestinidade, por mais que a organização pensasse em senhas ou códigos de identificação para os estudantes se apresentar na chegada, “a excessiva preocupação com a locomoção dos estudantes tenha deixado falhas no local escolhido para acomodá-los” (RAMOS, 2013 p.183) Da queda do congresso até o AI-5 não pararam as perseguições, as passagens pela DOPS e tantos depoimentos colhidos.

Com a promulgação do AI-5 e o fechamento regime houve cada vez mais o aparelhamento do Estado e a institucionalização da vigilância por meio dessas redes que ficou conhecida como comunidade de informações. É por ela que estudantes, professores e funcionários eram vigiados, expurgados e punidos. Por meio de denúncias a comunidade de informações ficava sabendo das atividades dos Centros Acadêmicos, dos movimentos sociais e da atuação do ME, por exemplo. Os estudantes de João Pessoa, tendo ligação com o Congresso de Ibiúna, ficaram sob os olhos dos órgãos de informação, além dos que se envolviam com as lutas do ME ou fizesse parte de alguma organização considerada subversiva.

Um dos casos emblemáticos de perseguição durante a Ditadura ao ME foi aos estudantes João Roberto Borges de Souza⁷⁴ de medicina, membro da AP e sua noiva Socorro Fragoso⁷⁵, estudante de serviço social, além de mais

⁷⁴ Nascido em 14 de outubro de 1946 em João Pessoa, filho de Francisco Xavier Borges de Souza e Eulina Marques de Souza. (SILVA, 2017 p.83)

⁷⁵ Maria do Socorro Fragoso de Moraes, Jô Moraes, deputada federal por Minas Gerais, natural de Cabedelo-PB, deu seu testemunho, no auditório João Santa Cruz da OAB-PB, em João Pessoa, no dia 28 de junho de 2013 (CEVPM-PB, 2017 p. 46) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i2PQTx2q2nA&t=3941s> acesso: 26/11/22.

outros membros da AP, todos foram presos em Recife e fichados pelos órgãos de repressão em Pernambuco

A Delegacia da Polícia Federal de Pernambuco fez um Pedido de Busca nº 10/69-TEM/SOPS/DR/PE, em 06 de março de 1969, acusando João Roberto, Socorro Fragoso e Maria Livia de roubarem da Faculdade de Agronomia da Paraíba, durante o período de carnaval, um mimeógrafo para imprimirem boletins subversivos. (SILVA, 2017 p.98-99)

No seu depoimento à CEVPM-PB, Jô Moraes explicou os motivos da fuga para Recife que culminou com a prisão

A decisão [de fugir para Recife] foi fruto do cerco que a polícia passou a fazer em torno da vida de João Roberto, que estava mais aqui, e ele passou a ser acusado de ter roubado um mimeógrafo, evidentemente aqueles mimeógrafos deste tamanho roubar escondido, depois foi descoberto onde estava, ele inclusive ficou desesperado procurando, perguntando às pessoas, os amigos, a cada diretor do diretório acadêmico, onde se encontrava, e, em segundo lugar, a perseguição inesperada a mim, eu não tinha, eu já tinha saído do diretório acadêmico, aparentemente eu só tinha, a última atividade minha tinha sido na decretação do ato institucional nº 5, que eu fui para feira de Cruz das Amas, e fomos panfletar. E ali, a polícia não pegou a gente, a gente conseguiu escapar, cada um foi correndo para um lado.⁷⁶

O que ficou conhecido como “O caso de João Roberto” foi estudado pela CEVPM-PB e os relatos ajudam a entender suas últimas movimentações entre João Pessoa, Recife e Catolé do Rocha, além do trabalho de Dissertação de Waldir Porfírio com uma aprofunda análise sobre seus últimos momentos de vida ao ouvir os relatos da mãe, as últimas cartas trocadas entre o jovem estudante e sua família e o encontro do seu corpo sem vida, as margens do açude Olho D'água em Catolé do Rocha, sertão da Paraíba, onde teria ido se esconder da repressão. Como conta o depoimento de Jô Moraes, sua companheira de militância, estando em São Paulo, fugindo da repressão é que fica sabendo da morte do noivo. Segundo Silva (2017, p.83)

Após concluir o 2º Ciclo do Curso Secundário no Colégio Estadual de João Pessoa, em 1965, fez o concurso de habilitação e ingressou em 1966 no curso superior de Medicina da Universidade Federal da Paraíba. Por essa época, já militava no movimento estudantil e na Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1967, João Roberto e a namorada Maira do Socorro Fragoso foram convidados para ingressar na Ação Popular pelo dirigente nacional João Batista Franco Drummond e constituíram o primeiro núcleo da organização em João Pessoa.

⁷⁶Idem.

João Roberto e Socorro Fragoço entraram na JEC e em seguida na AP a convite de João Batista Franco Drummond

o início da minha militância foi na juventude católica, de onde originou a maioria dos quadros de ação popular. Ação popular, naquele período, tinha uma função muito grande no movimento estudantil nacional. E o início se deu com a vinda do João Batista Franco Drummond, que era assessor técnico, uma forma de enfrentar os problemas da clandestinidade da União Nacional dos Estudantes, e que em frente a matriz de Jaguaribe, ele nos convidou a mim, a João Roberto, para integrarmos a ação popular. Colocou-nos um pouco a partir daí, em contato com o movimento. (idem)

Na militância dentro do ME, Jô Moraes participou do congresso da UNE em Ibiúna onde foi presa

A primeira prisão foi em Ibiúna e como eram setecentos jovens toda a sociedade estava de olhos cortados, sobretudo as mães dos estudantes. Nós mulheres que ficávamos juntas, nós tivemos durante praticamente uma semana de prisão em Ibiúna, as mães cercando o presídio em solidariedade, chegava para as nossas celas eram maçãs... (idem)

A luta e a resistência de João Roberto perpassam pelas fugas constantes, separações, prisões, interrogatórios, clandestinidade e morte. Das atividades dentro da AP junto com suas companheiras e companheiro de militância, Ana Rita Castro contou à CEVPM-PB como era o cotidiano

Nós tínhamos determinadas regras. Se sair alguém e depois de 24 horas não chegar, sai todo mundo. E nós recebemos a notícia de que eles tinham sido presos, mas esperamos as 24 horas e tudo. Resultado: sabemos que eles estavam soltos, “então vamos pra casa”, não era 24 horas, era 48 horas. Só que tinham soltado as mulheres, mas o João Roberto tinha ficado. Quando bateram nele pra dizer o endereço aí ele deu o endereço que era o da gente. Até hoje, depois de tantos anos, eu tenho gravada a fisionomia de João Roberto na hora que ele chegou lá em casa.⁷⁷

Todo o processo de perseguição, clandestinidade, ida para o Rio Grande do Norte, culmina com a fuga para Catolé do Rocha

Em poucos dias, temendo ser descoberto pela polícia e por sua segurança teve que sair daquele estado nordestino-grandense para se esconder na comunidade rural Olho D'Água, que ficava no território do município paraibano de Catolé do Rocha. (SILVA, 2017 p. 105)

⁷⁷Audiência pública da CEVPM-PB foi realizada no Auditório da OAB-PB, em 19 de dezembro de 2013, com os depoimentos dos comunistas Simão de Almeida Neto, Maria de Lourdes Meira e Ana Rita Castro de Almeida. Disponível em: <https://cev.pb.gov.br/audiencias/a-vida-na-clandestinidade-1> acesso em: 20/11/22.

Escondido em Catolé do Rocha e sem saber do paradeiro da sua companheira, apenas mantendo correspondências com sua mãe e seu pai, Roberto ficou refugiado na zona rural, em uma fazenda

João Roberto enviou cartas clandestinas, enquanto esteve escondido em Catolé do Rocha, endereçadas a sua mãe, Dona Eulina Marques Borges de Souza, e ao pai, Francisco Xavier Borges de Souza. Nas missivas, o jovem líder estudantil manifesta seu carinho a sua genitora e o arrependimento de não ter dado mais atenção a ela quando moravam em Cabedelo (SILVA, 2017 p. 105)

A vida pacata na comunidade Olho D'Água em Catolé e a discrição em que vivia não despertou muita curiosidade dos habitantes, só quando alguns amigos próximos testemunharam num sábado, dia 10 de outubro de 1969, João Roberto acordou cedo e foi para o açude. Chegando no lajeiro, encontrou os irmãos Fernandes e comeu batatas assada por eles (SILVA, 2017 p. 109). Duas testemunham dos últimos momentos do jovem vivo

Por volta das 10h, chegou o agricultor José Alves Pereira (Tatuzinho), morador da comunidade Olho D'Água, para tomar o seu banho no açude. Encontrou o estudante deitado no lajeiro. João não cumprimentou ele, apenas "levantou a cabeça". (idem)

Quando deram conta de seu desaparecimento e anunciaram em toda a comunidade e mandaram chamar a família que o acolhera em Olho D'Água, os moradores procuraram seu corpo mergulhando no açude durante algum tempo, até que o encontraram sem vida. A primeira hipótese foi amplamente divulgada por todos: afogamento, porém segundo SILVA (2017) existem elementos que contradizem essa versão

A versão sobre a morte do líder estudantil João Roberto Borges de Souza continua tumultuada ou conflituosa até dos dias de hoje, por conta das várias informações que circularam nos canais de comunicação clandestinos entre os militantes, nos panfletos distribuídos pelo Brasil afora e até mesmo os documentos ou dossiês feitos pelas organizações partidárias ou de defesa dos direitos humanos que denunciando a atrocidade praticada pelos agentes da ditadura militar brasileira. (SILVA, 2017 p. 114)

Um panfleto acusava que o estudante João Roberto tivera sido sequestrado em Catolé do Rocha pelos policiais de Pernambuco a mando do CENIMAR

a polícia de Pernambuco, associada com elementos do CCC e sob a direção do CENIMAR, Serviço Secreto da Marinha, sequestrou em 9 de outubro passado o combatente revolucionário João Roberto Borges de Souza. Os policiais o seguiram desde Recife até Catolé do Rocha, uma cidadezinha do interior da Paraíba. Os cães torturadores da ditadura torturaram barbaramente João Roberto, deformaram todo o seu rosto e depois o mataram com dezenas de facadas e tiros. Exatamente como tinham feito com o Padre Henrique em Recife. Temendo a reação do povo, a polícia anunciou que João Roberto tinha morrido afogado. Mas o povo não acreditou. E embora o corpo tenha sido sepultado às pressas, sem tempo para uma mobilização, 300 pessoas foram ao enterro em João Pessoa. Aí a polícia tentou outra saída. Disse que João Roberto tinha sido morto pelos seus próprios companheiros. (SILVA, 2017 p. 114)

A conclusão dos trabalhos da CNV revelara algumas desconexões em tre os relatos que foram surgindo ao longo dos anos entre o que tinha sido denunciado pela família, pelos militantes e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal

ao trocar a ordem cronológica das prisões de João Roberto, afirmar que houve prisão quando tal não aconteceu; como também asseverar que ele passou a integrar os quadros do Partido Comunista Brasileiro, quando ele nunca deixou a Ação Popular; atribuir a punição de impedimento por dois anos de estudar o curso de medicina em 1969, “em virtude do Decreto 477 (CEVPM-PB, 2017 p. 269)

Para a CEVPM-PB, o caso João Roberto fecha uma lacuna de anos, entre a narrativa do afogamento e o assassinato do estudante de medicina

A CEVPM-PB conclui seus trabalhos sobre o caso de João Roberto Borges afirmando que o Estado brasileiro, sob a sombra da ditadura militar, violou os direitos humanos desse líder estudantil, não só quanto às prisões, suspensão de matrícula do curso de Medicina, torturas e perseguições, mais também que há dúvidas sobre as circunstâncias de sua morte, devendo o Governo do Estado da Paraíba continuar as investigações para chegar a uma conclusão final. (CEVPM-PV, 2017 p. 272)

O que a ditadura militar causou na vida de estudantes em todo o Brasil, como foi no caso de João Roberto e nos seus familiares é recorrente na vida de muitas outras brasileiras e brasileiros, em todos os estados da federação, durante os vinte e uns anos desde o golpe de primeiro de abril de 1964 até a promulgação da Constituição Federal em 1988, quando de fato a Democracia foi reestabelecida no Brasil, mas as lacunas, os silêncios e as incompletudes que a violência do Estado causou se arrastam na história até os dias de hoje.

Um outro caso peculiar de perseguição visto a luz do processo da cultura política no Brasil, em que a acomodação como elemento presente, é possível encontrar em alguns casos de perseguição, clandestinidade, tortura, prisões e arbítrio, como o de Marcus Paiva, estudante proibido de se matricular não apenas na UFPB, mas em qualquer instituto de educação, seja particular ou público, por sua atuação movimento secundarista, quando perseguido, foge para Brasília, atingido ainda no ensino médio pelo Decreto 477⁷⁸,

com base nesse decreto eu fui cassado e o decreto era muito claro... eu fui cassado no terceiro científico, eu queria fazer medicina, fui cassado, como eu fui cassado no Lyceu paraibano, eu entendi que fosse só em colégio do estado, eu não conhecia o decreto, eu me matriculei no Lins de Vasconcelos, que é um colégio perto de onde eu comecei a estudar que foi o colégio Pio XII e me matriculei e me matriculei num cursinho que era o primeiro cursinho em João Pessoa, para vestibular, de Jorge Luís Negri e Luís Jorge Negri, dois irmãos extremamente cultos, doces, f raternos, mas que não tinham nenhum envolvimento político, até porque eram f ilhos de militar, mas eram pessoas extremamente capazes e criaram o cursinho, principalmente em f ísica, química, pra quem queria fazer engenharia ou medicina, biologia e eu me matriculei nos dois, já estava proibido de entrar no Lyceu ou entrar em qualquer colégio público e fui assistir aula no ano seguinte, no Lins de Vasconcelos e depois de uns quinze dias, o diretor de lá, me chamou educadamente, acho que era o professor Neri, não, eu acho que era o professor... é o dono do colégio, me chamou e disse: "Meu f ilho, eu gosto muito do seu pai, até so u cliente dele, mas eu recebi a visita do exército e me disse que se você continuar matriculado aqui, eu serei preso e eles vão acabar com a minha escola, então vamos a secretaria..." abriu o cofre, tirou o dinheiro que papai tinha pago da matrícula, "devolva a dr. Abílio", botou num envelope, "eu lamento muito", "Putz! Mas é um colégio particular, professor!" "É, mas eu não posso fazer nada, o governo Militar me ameaçou, inclusive de prisão"⁷⁹

O caso desse estudante atingido pelo 477 ainda no ensino médio não é de espantar, pois todos os órgãos de informação sabiam da importância da militância de Marcus Paiva, que desde o colégio estadual do Róger, sua atuação no Lyceu a frente das manifestações quando do assassinato de Edson Luís, ele seria um alvo fácil para a repressão.

Aí eu saí de João Pessoa, porque avisaram a meu pai que eu seria sequestrado e assassinado ou executado pelo g governo

⁷⁸ O Decreto 477 foi editado em 26 de fevereiro de 1969 e definiu as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, f uncionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Para uma leitura completa, ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 19/09/2022)

⁷⁹ Marcus Paiva, entrevista realizada em 09/01/2021.

militar. E aí eu fiquei totalmente desarvorado e não queria comprometer meu pai e fui à rodoviária de João Pessoa, à antiga rodoviária, onde tinha uma escadaria que você descia ali do lado do Pavilhão do Chá. E aí na rodoviária, eu procurei saber quanto custava uma passagem pro Rio de Janeiro, e aí tinha um senhor sentado lendo um jornal, muito simplesmente vestido, ele olhou pra mim e disse: “Marcus Paiva?” eu digo “Sou!” “Eu sou Gustavo Amorim, prefeito de Guarabira, eu lhe admiro muito! Meu filho você está sendo perseguido num é?” eu disse “Tô!” Ele disse: “Eu tô sabendo, você, seu colega Washington...”⁸⁰

Na fuga da repressão, o jovem Marcus Paiva vai para Brasília e é aconselhado por sua mãe a procurar o ex-governador da Paraíba, o senhor João Agripino Maia, que nesse período era Ministro do Tribunal de Contas⁸¹. Segundo Marcus Paiva, Agripino gostava muito da sua pessoa e queria muito lhe falar:

um dia liguei para mamãe naqueles telefones da rodoviária e minha mãe disse: Meu filho! Você está aí em Brasília, procure Dr. João Agripino Maia, ele é ministro do TCU. Eu disse: Eu nunca vou procurá-lo, porque ele foi um dos que muitas vezes mandava a polícia nos prender! mamãe disse: Olhe, você namorou com a sobrinha dele, Lúcia Maia. Lucinha foi professora da UFPB, Lúcia Maia. E Lucinha me disse que o tio dela, Dr. João, tá louco pra lhe ver, que ele gosta muito de você e que você ligasse pra ele que ele queria ter uma conversa com você! “Não mamãe, eu não vou ligar!” “Meu filho, em nome de sua mãe e de seu pai, ligue! Só ligue! Dê uma satisfação!” aí eu: “Tá!”. Enquanto isso, eu tava vendo se eu iria pra França, com ligação com Dom Hélder Câmara e um grupo que ia mandar os perseguidos pra fora. Aí liguei pro telefone que deram de Dr. João Agripino e um rapaz atendeu e disse: “Quem gostaria de falar com ele?” “Diga que é Marcus Paiva!” já pra ele nem me atender. Quando ele disse, eu ouvi a voz dele, tinha uma voz bem diferente: “Marcus Paiva? Eu quero muito falar com ele!” aí “Marcus Paiva, é João! Marcus Paiva, por telefone num dá, eu quero pedir que você vá amanhã ao Tribunal de Contas da União que eu quero conversar com você!” eu disse: “Dr. João eu não tenho nada que conversar com o senhor!” ele disse: “Você continua mal criado e atrevido e eu continuo lhe admirando, mas vá lá! Você tá onde?” eu disse: “Tô na Asa Norte, num apartamentozinho, na verdade ficou sublocado” ele disse: “Quer que mande o motorista lhe buscar?” eu disse: “De jeito nenhum eu vou, eu pego o ônibus e vou!” e fui, quando foi de manhã, eu cheguei lá, me mandaram subir e quem me recebeu foi Dra. Olinda, que era a secretária direta do ministro João Agripino no TCU e a dra. Olinda veio completamente linda, toda alegre: “Olha! O ministro pediu que você subisse, ele tá lhe esperando!” eu subi e dr. João Agripino disse: “Oh Marcus Paiva, eu sei que seu pai morreu, que você continua perseguido!” eu disse: “Pela

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Em 1972, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, João Agripino foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União.

Ditadura Militar!” ele disse: “É! E eu queria lhe oferecer um emprego!” eu disse: “Dr. João, o senhor que era ligado à Ditadura Militar vem falar isso? É um acinte, desculpe, mas é um acinte! É uma provocação!” ele disse: “Olhe aqui!” ele tinha uma mania de falar e botar a mão assim puxando as bochechas (puxando a bochecha direita), “Olhe aqui Marcus Paiva, deixa eu te dizer, eu te admiro porque tu tiveste coragem de fazer o que eu não tive na Ditadura de Vargas, quando eu estudava em Recife. Eu mandei lhe prender várias vezes, porque se eu não fizesse isso, o exército ia te matar. Mas lembra que eu não lhe prendia, eu lhe detia.”⁸²

Sobre processo de acomodação analisado por Motta (2016) que aconteceu dentro das Universidades brasileiras e nos mais diversos setores da sociedade, como uma estratégia da Ditadura Militar serve para poder entender o que foi relatado por Marcus Paiva acima, Motta (2016) aponta

o interesse em aproveitar quadros competentes e acomodá-los em posições estratégicas. Em alguns casos, os contratados não esposavam mais ideias radicais, porém, tampouco partilhavam os valores do regime militar. Do ponto de vista desses intelectuais e cientistas tratava-se de trabalhar em benefício do país, como registraram em memórias ou em entrevistas. Além disso, às vezes aceitavam cargos por perceber a natureza paradoxal da ditadura, que tinha figuras influentes não comprometidas com a máquina repressiva e mobilizadas por um projeto modernizador com rasgos “cordiais” – ou seja, mais acomodação e menos coerção. (MOTTA, 2016 p. 19)

O que o Ministro do Tribunal de Contas, ex-governador da Paraíba e ex-Senador pela PB faz com o estudante é justamente a tentativa acomodá-lo na estrutura do próprio Tribunal, como um emprego, um cargo de confiança, bem no estilo do apadrinhamento político e a acomodação de um dos quadros do movimento estudantil, resistente da Ditadura em um órgão do próprio Estado.

⁸² Idem.

2.3 Estudantes da UFPB punidos pelo Decreto 477

Passaremos agora a analisar alguns casos de estudantes da UFPB que foram punidos pelo Decreto 477⁸³, do dia 26 de fevereiro de 1969 consta em um documento do SNI/Agência Recife que se encontra sob a guarda do acervo da CEVPM-PB no Memorial da Democracia, intitulado “Álbum dos atingidos pelo Dec. 477”.

o instrumento mais violento no combate ao ME foi o Decreto - Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, criado por Costa e Silva com vistas a reprimir qualquer foco de resistência contra o AI-5 no âmbito das Universidades. O Decreto 477 foi um dispositivo de caráter repressivo extremo. Através dele, qualquer manifestação de caráter reivindicatório, grevista ou político em geral, praticado por alunos, professores ou funcionários da rede pública ou particular de ensino, seria punida por penas que variavam da dimensão ou proibição de contratação por 5 anos, expulsão e impedimento de nova matrícula por 131 Decreto -Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969⁸⁴. (CITTADINO, 1993, p. 10).

O ano de 1968 foi marcado por muita repressão e resistência, os militares cada vez mais articulados com os centros de informações ampliavam a repressão e a sociedade que ficava sempre mais insatisfeita com os caminhos que os militares davam ao país iam se articulando no que ficou conhecido por “sociedade civil” (STEPAN, 1988) que basicamente arrastava a classe média que tinha as filhas e os filhos estudantes sendo cada vez mais perseguidos pela Ditadura Militar, mortos, torturados e sendo obrigados a deixar o país.

No segundo semestre de 1968 os ânimos se inflamaram, somados à revolta entre os estudantes com a morte de Edson Luís em maio, a passeata dos cem mil⁸⁵ que foi o grande movimento de massas nas ruas protestando

⁸³ Este decreto define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso: 21/11/2021.

⁸⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em fevereiro de 2021.

⁸⁵ Promovida pelo movimento estudantil — na época o principal núcleo de oposição ao regime militar instaurado no país em março de 1964 —, a marcha contou também com a participação de intelectuais, operários, profissionais liberais e religiosos, além da adesão maciça de populares. As principais reivindicações dos manifestantes eram o restabelecimento das liberdades democráticas, a suspensão da censura à imprensa e a concessão de mais verbas para a educação. (Fonte: CPDOC disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/passeata-dos-cem-mil> acesso em: 06/07/2022).

contra o regime e a organicidade do ME em todo o país, com os comícios relâmpagos, ocupações nos mais variados campi, por outro lado. Esta tensão piora em outubro com a queda do 30º Congresso da UNE que se realizaria clandestinamente na cidade paulistana de Ibiúna e fez com que a opinião pública se voltasse contra o ME e toda esquerda, que passava a ser chamada cada vez mais de terrorista e comunista, sempre com o discurso de inimigos do Brasil.

Um dos motivos para a decretação do AI-5 foi uma fala do Deputado Márcio Moreira Alves em 3 de setembro e a derrota do governo quando da tentativa de cassar seu mandato, quando deputados da própria ARENA, partido oficial do governo, votaram contra a retirada do mandato do deputado por um pronunciamento feito em tribuna. De acordo com Motta (2014, p.148)

Márcio Moreira Alves havia feito críticas duras à ditadura em discurso alusivo ao Sete de Setembro, quando convidou a sociedade a boicotar os desfiles oficiais em protesto contra a violência repressiva, e as moças, para que deixassem de sair e dançar com cadetes e jovens oficiais.

O que ficou evidenciado no livro de Jarbas Passarinho, em relação à fala do Deputado e que deixou os militares indignados, quando este os chamou de “facínoras e torturadores” (Passarinho, 1996 p.312). Esse discurso foi apenas o pretexto, pois segmentos mais extremados, ligados a ditadura militar vinham cada vez mais tensionando Costa e Silva a fechar o regime e combater com mais radicalidade as forças de esquerda.

Em 13 de dezembro de 1968 é assinado o AI-5⁸⁶, o ato mais arbitrário do Regime Militar, sem prazos para ser revogado ou ser extinto, que dava plenos poderes ao Presidente da República, fechava o Congresso por tempo indeterminado, eliminava a garantia de *habeas corpus* para crimes políticos e estabelecer dentro da comunidade de informações uma política de Estado por meio da censura e da tortura.

Para punir a comunidade acadêmica, o governo editou em fevereiro de 1969 o Decreto 477, “concebido para dismantelar o movimento estudantil” (MOTTA, 2014 p.154) em todo o país. E na UFPB

⁸⁶ Para uma leitura completa do texto ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm acesso em 07/07/2022.

Sob o comando de Guilardo Alves, foram excluídas dezenas de estudantes em fevereiro de 1969, alguns dias antes da promulgação do 477. No ofício reservado expedido para cumprimento da ordem alegava-se seguir recomendação das chefias militares da área. A maioria dos punidos ficou impedida de estudar na universidade entre um e dois anos, mas alguns foram excluídos de modo definitivo. (Idem, p.157)

Quando veio o Decreto 477, em fevereiro de 1969, a UFPB já se adiantava em proibir matrículas e expurgar professores e funcionários dos seus quadros. O CONSUNI recebe em 14 de março uma lista de 85 nomes de estudantes que tinham sido punidos por ato do Reitor Guilardo Martins. O ofício que encaminha a documentação diz

Senhor presidente. Encaminho a V. Exa. para a devida homologação ao Egrégio Conselho Universitário, o expediente anexo referente a punições disciplinares aplicadas pelo Sr. Magnífico Reitor a aluno e ex-alunos da Universidade Federal da Paraíba em decorrência das informações prestadas pelos Órgãos Federais de Segurança. Na oportunidade, apresento a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração. Afonso de Liguori F. Lins-Secretário Geral. (UFPB, 1999 p.14)

O referido ofício é datado em 13 de março de 1969 e o processo segue junto com um ofício reservado do Reitor Guilardo Martins Alves de 25 de fevereiro de 1969, a todos os diretores da UFPB dando a relação dos alunos e ex-alunos⁸⁷, o reitor explicita

Senhor Diretor: Estou encaminhando a V. Sa. Para o rigoroso cumprimento das penalidades adiante discriminadas, a relação dos alunos/ e ex-alunos desta Universidade, os quais, segundo informações dos Órgãos Federais de Segurança, deverão ter suas matrículas impedidas ou canceladas, em qualquer das Unidades ou Cursos da UFPB. É escusado ressaltar que os referidos alunos ou / ex-alunos receberam tal punição, por parte da Reitoria, e ad referendum do Conselho Universitário, tendo em vista suas atividades/ julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento/ da vida universitária. Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Sa. meus protestos de estima e consideração. Guilardo Martins Alves. Reitor. (Idem. p.15)

Essa atitude do Reitor da UFPB, fez com que os Ol por todo o país fizessem saber da extensa lista de estudantes brasileiros que foram atingidos pelo decreto que viria ser assinado pelo governo brasileiro. Em documento da Agência Recife/SNI datado de 16 de janeiro de 1973, encontramos uma lista de todos os estados da federação com os nomes dos estudantes punidos pelo

⁸⁷ Ver Anexo III

477, na Paraíba se encontram todos os estudantes universitários atingidos. O documento se chama: “Álbum dos atingidos pelo 477”, um ofício do Ministério da Aeronáutica, do Gabinete do Ministro

Este centro encaminha o Álbum Fotográfico dos Estudantes atingidos pelo decreto 477 em todo Brasil. Solicitamos o empenho da comunidade para a remessa ao Esc. Rcd. do CISA das fotografias que não constam do referido álbum. (SNI/Agência Recife)

De fato, o documento não tem as fotografias de todas as pessoas citadas, o que podemos perceber é que além de divulgar para os centros de informação por todo o país, há ainda a necessidade de recolher as fotografias que faltam no álbum. No documento que fala dos estudantes da Paraíba, aparecem 94 nomes, nove a mais do que no documento do Reitor da UFPB.

Para Silva (2017) o ato do Reitor foi ilegal e arbitrário, o que corroboramos com essa posição, uma vez que o magnífico Reitor poderia ter usado do Decreto 477 para aplicar as infrações aos estudantes e não usar ato próprio, deveria delegar uma comissão ou um funcionário para se encarregar das punições. Como atesta Silva (2017) ao trazer trechos do próprio decreto 477

Havia delegação de poderes a servidores para que ficassem encarregados pelos processos contra os estudantes, os quais, em tese, seria garantido a eles o direito de defesa. Após essa fase processual, é que encarregado elaboraria “o relatório, dentro de quarenta e oito horas especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento” (§3º do art.3º), cabendo agora sim, ao dirigente do estabelecimento proferir “decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas” (§ 4º do art. 3º) (SILVA, 2017 p. 76-77)

As práticas de perseguição institucional tanto do Reitor, quando do 477, atingiram os estudantes em mais de um aspecto da vida pessoal, também na vida social, nas relações de trabalho, como por exemplo do estudante da escola politécnica de Campina Grande, Iêdo Martins Moroni que trabalhando numa agência do Banco do Brasil desde 1964, foi transferido para Vitória de Santo Antão (SILVA, 2017 p. 79) e terminou abandonando o trabalho e como por exemplo o caso de Washington Rocha após o 477

eu fui banido, eu e vários colegas fomos banidos da Universidade. Eu passei bem no vestibular para Direito, setenta... eu não sei se foi 69, não, acho que foi 70. Passei, o u 70 ou 71, não tenho certeza. Mas eu passei no vestibular de Direito, passei inclusive naquele tempo se você passava entre

os primeiros, ia pro primeiro período, os outros iam p ro segundo período. Eu passei logo pro primeiro. Tanto que quando cheguei, não aceitaram não. Simplesmente recusaram a minha matrícula, como já tinham me proibido de estudar em colégios, eu fui terminar... lá em Recife, depois f iz o curso, como é? Tinha um curso que você terminava no colégio, tinha um nome aí, eu não...Fiz o supletivo, passei e f iz... na Universidade não me deixaram entrar e proibiram várias pessoas, vários estudantes.⁸⁸

Apesar de toda perseguição dentro da Universidade Federal da Paraíba, o 477 não foi o único responsável pela expulsão de estudantes, como vimos, o arbítrio do próprio Reitor e sua operação limpeza esfacelou o ME dentro da UFPB, mas o 477 terminou sendo o terror dos estudantes

A punição severa tinha a capacidade retirar a coragem de muitos, não obstante alguns jovens ousaram enfrentar os riscos e em alguns casos foram enquadrados, as vezes por distribuição de panfletos ou cartazes “subversivos”, as vezes por invadir restaurantes universitários em protesto contra os preços praticados. (MOTTA, 2014 p.160-161)

A repressão ao ME em João Pessoa atingiu todo DCE da UFPB, a diretoria, os DA's e a clandestinidade foi uma saída imediata à militância do ME, e às lideranças, bem como sobre quem atuava nos partidos ou nas organizações e dissidências que lutavam contra a Ditadura. Por anos a fio, a UNE atuou clandestina, os DCE's foram fechados por anos ou sob intervenção

Formalmente, as entidades estudantis (DCE e DA) reconhecidas pela legislação poderiam funcionar, e as autoridades educacionais proferiam discursos favoráveis à participação dos jovens nesses órgãos, desde que a militância política fosse evitada – a política era prática restrita aos dois partidos legais, dizia o governo (MOTTA, 2014 p. 163)

O controle da comunidade de informações sob as entidades legítimas do ME criou um grande desinteresse por parte dos militantes que não se sentiam representados por suas entidades cada vez mais vigiadas e controladas, chegando em muitos lugares a desestimular os estudantes a participarem e a fazer com que tais diretórios nemfuncionassem.

No álbum de fotografias dos estudantes perseguidos pelo 477, na relação da Paraíba no número 026, aparece o nome da estudante de Farmácia, Francisca Trigueiro que pertencia ao PCBR, vinha do movimento secundarista

⁸⁸ Washington Rocha, entrevista realizada em 16/01/2021

em João Pessoa, estudou no Colégio do Róger e no Lyceu. Em entrevista dada aos organizadores do livro 1968: o ano que ficou, Aluta, como era conhecida no meio estudantil relata

No Liceu em 67 o grupo a que me juntei era o PC. Aí passei no vestibular e entrei na Faculdade de Farmácia. Foi aí que eu conheci o pessoal do PCBR. Lembro de uma reunião em que estava Help⁸⁹, um menino de Engenharia..., esqueci o nome dele; estava o Batata, o Eric Rosas, Rômulo..., o menino de Engenharia era Zé Ronald; Everaldo Júnior, Germana... eu já era militante do PCBR, aprendendo na marra... porque, você sabe, dar de cara com Batata... Batata era assim: tem de ler jornal, tem de ler isso, tem de ler aquilo. Foi quando ganhamos o DCE da Faculdade de Farmácia. A chapa encabeçada por mim. Eu como vice presidente, mas depois, com medo, dep o is da decretação do AI-, o menino que era presidente renunciou. (ROCHA et FERNANDES (Orgs) 2018 p. 101)

À medida que a repressão aumentava, os grupos de luta armada⁹⁰ iam sendo minados, iam caindo na clandestinidade, iam sendo presos, torturados. Em João Pessoa, toda diretoria do PCBR caiu nas mãos da repressão e quem tinha chance de ser solto, entrava na clandestinidade, como foi o caso de Francisca Trigueiro (Aluta), presa, depois clandestina, mudou -se para São Paulo, passou dois anos cassada pelo 477, não tinha direitos estudantis e políticos. Em depoimento, Aluta revela

Fui cassada 2 anos da Universidade e 10 anos de direito políticos. Tudo f icou muito difícil aqui em João Pessoa e também em Recife, que era aonde sempre encontrávamos apoio. Não havia condições de fazer nada aqui, então fomos para São Paulo (ROCHA et FERNANDES, 2018 p. 106)

Esse início da década de 1970 em que o AI-5 estava em pleno andamento, o ME quase deixa de existir, muitas foram as prisões, uma grande

⁸⁹ Antônio Soares de Lima Filho, conhecido como Help, de tanto andar cantando a música de The Beatles de igual nome e usando um guarda-chuva como guitarra elétrica, f icou assim conhecido pelo ME. Suas primeiras atividades que conseguimos identificar nas nossas pesquisas foi ainda em 1964, quando bem moço, estava dentro do prédio da Faculdade de Direito em 03 de março de 64, quando da ocupação da mesma dada a notícia da visita de Carlos Lacerda. Não tendo sido preso, pois conseguiu fugir pulando uma das janelas laterais. (Ver o depoimento de Antônio Soares (Help) à CEVPM-PB (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-QT5g0vI4A&t=736s> acesso em 20/07/2022)

⁹⁰ Sobre a luta armada na Paraíba, ver. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. "As experiências de 'luta armada' na Paraíba". In. AVELINO, Nildo.; FERNANDES, Telma Dias.; MONTÓIA, Ana (Orgs.). Ditaduras: A desmesura do poder. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2105. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. "Militância estudantil e opção pela 'Luta Armada' – trajetórias, história e memória". NUNES, Paulo Giovanni Antonino.; PETIT, Perit.; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (Orgs.). Utopia e repressão: 1968 no Brasil. Salvador: Saga Editora, 2018, pp. 133/159.

quantidade de quadros do ME passou a viver na clandestinidade, alguns foram assassinados e outros tiveram que fugir do país. Como revela Aluta

Sei que, quando acabou todo mundo, muita gente presa, um monte de gente, quando ficou quase ninguém, Fernando Azevedo tentou reorganizar o movimento universitário. Tentou, mas só tinha Fátima, eu e ele. Aí... deixamos por isso. Foi no tempo que a coisa ficou mais feia. Aí, largamos. Ou você largava, ou o que era que você ia fazer? Eu tentei conversar com o pessoal em algumas faculdades, mas o pessoal me pediu para não ir mais. (ROCHA et FERNANDES, 2018 p. 109)

Assim, a repressão quase mina de vez a luta e a resistência estudantil. Para Nascimento (2015) só a partir de 1976 é que o ME efetivamente começa a se reencontrar, depois da distensão proposta pelo presidente general Geisel, com os encontros nacionais dos estudantes, que substituíram os encontros de áreas. É o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – A reconstrução do movimento estudantil e a anistia na UFPB

“Refazendo tudo, refazenda
refazenda toda Guariroba” (Gilberto Gil)

Só com a abertura política e o movimento de retomada é que o ME começa a se rearticular, diretórios começam a ser retomados pelos estudantes resistentes. Na UFPB em 1976 o DCE pode enfim ter a sua diretoria toda recompostas pelos estudantes que não estavam alinhados à reitoria e se declaravam contra a Ditadura, depois de anos de resistência cultural, com a promoção de festivais de música, de saraus e muitas outras atividades culturais

A gestão estudantil da retomada do DCE em 1976 procurou estabelecer diálogos contínuos com os estudantes. Através da confecção de carteiras estudantis, por exemplo, além de registrar o número de alunos o DCE entregava um formulário contendo questões referentes as preferências culturais dos estudantes universitários e o nível socioeconômico (NASCIMENTO, 2015 p. 74)

Assim o ME foi retomando sua atuação a frente do DCE e em 03 de julho de 1977 a nova diretoria do DCE toma posse “Compõem a nova chapa Walter Dantas e Geraldo Maciel (presidente e vice-presidente, respectivamente) Hugo Misael de Lima, Severino Dutra, Hugo Aníbal de Lima, Raimundo Nunes Rezende, Joaquim de Almeida, entre outros.” (NASCIMENTO, 2015 p. 75).

As esquerdas sempre foram divididas e aglutinadas em tendências⁹¹ que surgiram desde os primeiros anos de organização do ME, ainda antes com mais ênfase a partir da década de 1960, quando as esquerdas passaram a ser hegemônicas no movimento estudantil brasileiro⁹², mais especificamente com a distensão política começada no governo Geisel, surgem várias tendências de esquerda disputando a direção do movimento estudantil, é o que Nascimento

⁹¹ Para uma melhor compreensão sobre o surgimento dos grupos e das tendências durante os primeiros anos da Ditadura Militar ver: GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 5ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014: p. 294. e ainda S ILVA, Antônio Ozai da. **História das Tendências no Brasil** (Origens, Cisões e Propostas). São Paulo: s.d.

⁹² Sobre esse processo, ver. MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil nos anos 60” In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. Revolução e democracia (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), pp.185-198

(2015 p. 124) apresenta contextualizando a partir da entrevista de Walter Aguiar no contexto da UFPB no limiar da década de 1970

Havia as tendências Viração, Refazendo, Libelu e outras tantas siglas, cada um defendendo suas posições. [...]. Esse pessoal só veio lograr êxito mesmo bem depois, já na década de 80, na minha segunda gestão. Finais da década de 70 tinha a Libelu, que era de posicionamento mais trotskista, depois dividindo-se em várias. Refazendo, que era do pessoal de uma corrente política chamada Ação Popular, [...] eram contra a política educacional do governo [...]. Viração éramos nós, que tinha algumas tendências que depois sofreram um processo de cisão [...]. Viração era do PCdoB, mas nem todo integrante da Viração era militante do PCdoB.

É neste contexto de reorganização das lutas estudantis que surgem movimentos de tentativa de reorganização do trotskismo no Brasil para reatar os laços de amizade com o pensamento internacionalista, surge o Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional – CORQUI, de cunho trotskista e intimamente ligado às conhecidas Organizações Socialistas Internacionalistas – OSI tiveram uma participação muito importante no processo de reorganização do ME e para a própria derrota da Ditadura Militar

A OSI surgiu alimentada pelas mobilizações de massa e a crise do regime militar, buscando resgatar e reorganizar uma longa tradição histórica de atuação dos trotskistas no Brasil que se perdera. Agindo para reatar laços políticos internacionalistas, ela estava relacionada a um grupo de organizações trotskistas conhecido como Corqui – Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional (ANDRADE, 2009 p.67)

Foi nessa conjuntura nacional que em João Pessoa, surge a Libelu, um coletivo que partia do princípio trotskistas, baseado na liberdade e luta

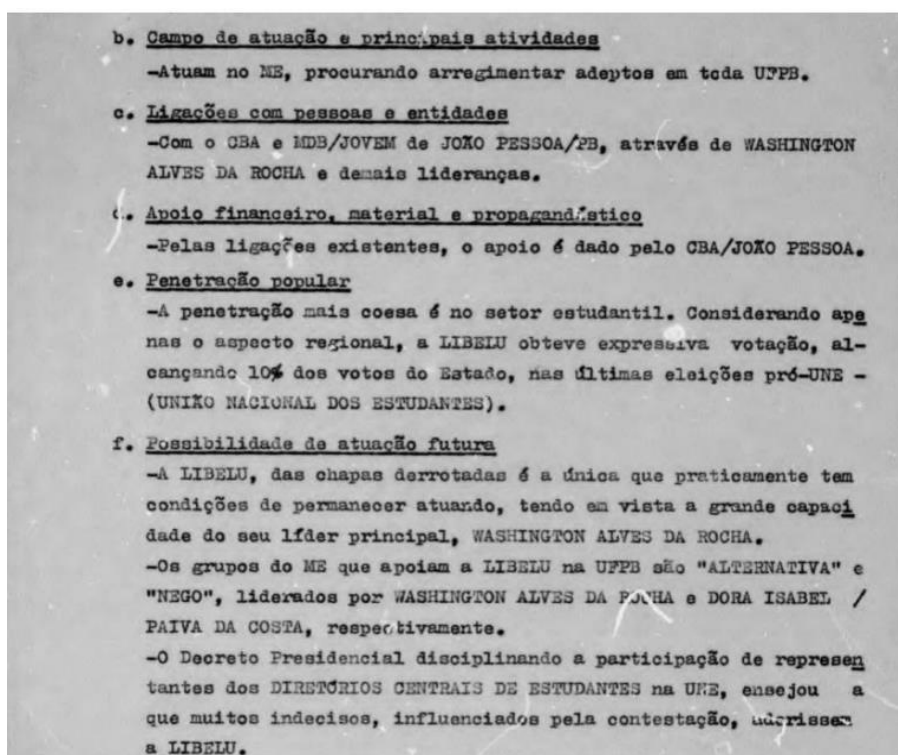
aí foi quando nós tivemos contato com isso daí e criamos a Alternativa, aí ficou Alternativa e Lutas, porque nós tivemos contato com a Liberdade e Luta. Nós criamos a Libelu aqui. Alternativa, a OCML, Organização Comunista Marxista Leninista, a gente saiu da OCML e entrou na OSI, que era Organização Socialista Internacionalista, que era a organização que estava por trás da Libelu. Foi nesse tempo que a gente entrou na Libelu e formou mais ainda e a Libelu era Trotskista [...] a Organização é Trotskista, a Libelu tinha uma tendência Trotskista e o Trotskismo era extremamente combatido pela esquerda tradicional aqui no Brasil, como até hoje eu acho que deve ser. Então aí é que foi que formou dois polos mesmo aqui no Movimento Estudantil né?⁹³

⁹³ Walter Aguiar, entrevista realizada pelo autor em 18/11/2021.

Dentro da UFPB, a Libelu sofre perseguições dos Ols que acompanham as movimentações e articulações dos estudantes que integram a Célula da Libelu na Paraíba, como atesta um documento do SNI/Agência Recife apresentado por Dias (2021 p. 231)

As tendências políticas entre os estudantes ganharam espaço, como os Ols fizeram questão de evidenciar. Apesar de citarem os nomes e informações acerca de outras tendências, a “Liberdade e Luta” ganhou notoriedade entre os documentos examinados. A tendência em questão, de acordo com Mirza Pellicciotta (2010), possuía, desde a sua construção, um notório caráter dinâmico, e ao envolver a intersecção entre política e cultura, ganhou espaço entre os estudantes universitários. Outro ponto que o documento ressalta diz respeito aos nomes dos líderes do grupo, com destaque para Washington Alves da Rocha, atestando que os Ols estiveram informados sobre os integrantes que adotaram a referida tendência.

Na documentação do Fundo SNI da Agência Recife, disponível no acervo do Memorial da Democracia da FCJA, encontramos um documento que relata os nomes e a atuação de alguns membros da Libelu, como o estudante Washington Rocha.



Atuação da Libelu Fonte: Fundo SNI- Agência Pernambuco ARE_ ACE_664_79. Acervo do Memorial da Democracia, pois a Comissão da Verdade não existe mais, se tiver outros casos faça a mesma coisa- Fundação Casa de José Américo.

As articulações durante a retomada e reorganização do DCE da UFPB passaram por disputas internas entre as mais variadas correntes e tendências e os estudantes ligados aos trotskistas começaram a se organizar e assumir lugares estratégicos nacionalmente, culminando com a reativação do DCE, de alguns CA's como Engenharia

77 é quando está acontecendo a reativação do movimento estudantil, a nível nacional. Então tem os encontros nacionais e nós na Alternativa aqui, a gente era muito ousado, né? Então a gente tinha 4 cursos, mas a gente fazia uma oposição bem geral, por exemplo, eu me lembro em abril do ano de 77, teve nacionalmente o segundo ou primeiro dia nacional de lutas, eram os grandes centros que faziam e a gente aqui na Paraíba, o DCE, a gente teve uma reunião no DCE, naquela época o DCE funcionava no Campus já e a gente teve uma reunião histórica, quem fosse... não precisava ser presidente de curso não, a reunião era aberta. Foi uma reunião, ela varou assim a madrugada e não tinha mais ônibus para voltar, lá no campus a gente não tinha ônibus para ir para a cidade, todo mundo geralmente morava na cidade, então a reunião foi até... começou 8 da noite, a reunião era longa e foi até 2 da manhã, porque era a discussão se a gente faria ou não, se o DCE assumia ou não o dia nacional de lutas.⁹⁴

As primeiras manifestações promovidas pelos estudantes no contexto da distensão política, na Paraíba, se dão a partir da luta contra a implementação do *ticket*⁹⁵ estudantil, como afirma Agamenon Sarinho⁹⁶ em entrevista a Nascimento (2015, p. 53)

Exatamente, a gente se articulou para fazer a luta contra a implantação do sistema de tickets que na nossa ótica, e também era a intenção na época, [...] a gente entendeu que a implantação do ticket estudantil, [...] era uma medida para extinguir ou limitar, como de fato limitou, o direito de abatimento de 50% das passagens de transporte coletivo. Então a gente se juntou com esse grupo de estudantes da Escola Técnica, [...] e a gente da universidade, nós fizemos então um movimento contra os tickets, abaixo assinados e tal, articulações para exatamente tentar barrar. Então isso aglutinou mais esse grupo na UFPB e deu a base para já a partir de 75 a gente lançar o movimento pela reestruturação do movimento estudantil da UFPB e a tomada do DCE (NASCIMENTO, 2015 p. 53)

Temendo perder o direito à meia passagem, os atos de rua contra a implementação não surtiram efeito, os tickets foram implementados, mas

⁹⁴Idem

⁹⁵ Feitos de papel, substituíram o dinheiro para pagar a passagem na entrada dos transportes coletivos.

⁹⁶ Agamenon Sarinho, natural de Orobó-PE, militante estudantil ligado ao PCdoB perseguido, viveu na clandestinidade, anistiado em 1979, servidor aposentado da UFPB. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=R-CnYyZ47-A> acesso: 24/11/2022

graças as articulações do ME a meia passagem foi garantida, como nos relata Agamenon citado por Nascimento (2015)

Nós não conseguimos barrar a implantação do ticket, mas conseguimos alterar o projeto, por 'exemplo, ampliando o número de passes estudantis com abatimento, do que estava previsto, então a gente ampliou para secundarista, para universitário que me parece que não estava previsto inicialmente, então o resultado disso foi uma vitória, né, talvez uma meia vitória, mas na verdade uma vitória por a gente ter conseguido alterar, modificar aquele projeto. (NASCIMENTO, 2015 p.53)

O ME articulou junto aos empresários o aumento da quantidade de passagens para estudantes com direito a meia passagem e essa vitória do movimento reaproximou a estudantada das lutas e defesas da comunidade estudantil, pois com a repressão dentro das universidades e a atuação dos órgãos de informação, além do controle das reitorias nos DCE's, as pautas ficaram restritas apenas à confecção de carteiras estudantis e atividades esportivas entre os estudantes.

A escolha daqueles que deveriam compor o DCE ficava a cargo da reitoria. O único meio no qual os estudantes poderiam exercer o direito de escolha era para representante de curso. Com cerca de quinze estudantes envolvidos, parte deles possuía limitações quanto ao direito de participação e organização estudantil (NASCIMENTO, 2015 p. 54)

O DCE que existia nesse período na UFPB, bem como em todo o país, como uma estratégia do MEC, era um diretório controlado pelas reitorias, pelos Oi e apático das lutas do ME. Como atesta Walter Aguiar em entrevista a Nascimento (2015, p. 54)

No DCE haviam funcionários que administravam o espaço. No DCE tinha um conjunto musical que tocava em festas de formatura de estudantes [...] e distribuíam as carteiras de estudantes, embora eu acredito que não tivessem a receita da carteira de estudante, não tinha conta em banco, não era pessoa jurídica. Era um órgão da administração da universidade [...] indicados pela reitoria, escolhidos nos modos do tempo de Guilardo. (NASCIMENTO, 2015 p. 54)

Apesar de todo controle, os estudantes remanescentes das lutas libertárias e ligados às tendências advindas dos partidos de esquerda, como PCdoB, Libelu, POLOP entre outras, se uniram em torno da pauta que era

retomar o DEC, como atesta Romero Leite⁹⁷ em entrevista a Nascimento (2015)

Tomar o DCE que estava nas mãos dos interventores. Fizemos então um processo de aglutinação por cursos, então a gente tinha [...] à época talvez tivéssemos 30% dos cursos que existe hoje na universidade e nós conseguimos, juntando gente de cada curso, a força principal era do CCHLA e o CCSA, mas tinha gente de medicina, então conseguimos, em entendimentos com a administração da universidade que, apesar de ser em tempo de ditadura, mas o Lynaldo que na época era o reitor e, claro, pessoa ligada ao regime, ele tinha uma visão mais aberta. (NASCIMENTO, 2015 p. 56)

As eleições diretas para o DCE era algo que precisava ser rearticulada imediatamente e esta articulação passou pelo diálogo com a reitoria, por meio da pró-reitoria de extensão e assuntos comunitários, cujo pró-reitor era Iveraldo Lucena. Em 1976 não houve indicados do Reitor Lynaldo Cavalcanti, mas o DA de Direito indicou a chapa composta por Solón Benevides e Luciano Mariz Maia e pela oposição foi lançada a chapa “Refazendo”. Essa era composta por Severino Dutra (presidente), José Erivalder Guimarães (vice-presidente), Vladimir Dantas (diretor de cultura), Ieda Cabral (tesoureira), Walter Dantas, Manoel Campos e Annelsina Trigueiro (articulação política). De forma clandestina para as atividades oficiais do ME, Agamenon Sarinho atuou dentro da gestão da Refazendo, pois era perseguido e fichado, por isso, impedido de atuar e até colocar seu nome nas atividades do movimento. (NASCIMENTO, 2015 p.57).

Vitoriosa, a chapa Refazendo encontrou um problema jurídico, pois o vice-presidente da chapa José Erivalder era fichado pelos OI, segundo Walter Aguiar

Erivaldo vinha de 68, tinha sido preso em 68 [...] ele tinha sido penalizado pelo 477 e quando a gente foi assumir, quando a lista foi para a Reitoria [...] aí o SNI vetou o nome de Erivaldo, vetou e a gente disse: A gente não vai mudar! Aí a Reitoria... ficou um impasse e o Reitor disse: “Olha, mas eles estão vetando! Ele não pode assumir vice presidente”, a gente disse: “Tudo bem, ele pode não assumir oficialmente” porque tudo era assinado pelo Reitor, era uma portaria, o Diretório era assinado pela Reitoria. Tudo bem, ele não assume, mas a gente vai considerar ele o vice-presidente do DCE e foi assim que foi feito. A gente chegou nesse acordo⁹⁸

⁹⁷ Romero Antônio de Moura Leite, estudante de psicologia, um dos fundadores do jornal *Gênese*, atuante no DCE-UFPB e fichado pelos órgãos de informações.

⁹⁸Walter Aguiar, entrevista realizada em 18/11/2021.

As articulações permitiram que Erivalder, chamado por Walter Aguiar de Erivaldo, entregasse a sua renúncia à reitoria, mas os estudantes o mantiveram dentro da gestão do DCE. As devidas acomodações entre o DCE e a Reitoria fizeram com que a Refazendo ocupasse os lugares estratégicos dentro da UFPB. Mais uma vez podemos verificar o elemento da acomodação na cultura política presente nas entidades e nas instituições quando os jogos de acomodação presente nas relações pessoais entre o pró-reitor e os representantes estudantis como apresenta Motta (2014)

Graças essas estratégias de acomodação, as iniciativas repressivas às vezes eram suavizadas por meios indiretos, subterfúgios, negociações, arranjos, protelação burocrática etc... O funcionamento efetivo dessas estratégias quase sempre passava pelo estabelecimento de compromissos pessoais, fator que também integra o repertório da cultura brasileira... era necessário ter confiança pessoal no interlocutor quando se tratava de estabelecer arranjos informais que implicavam “driblar” os preceitos legais. (MOTTA, 2014 p. 310)

Foi assim que o ME retomou a atuação no DCE da UFPB e o mais importante após a retomada do DCE/UFPB era que o ME aglutinasse as forças estudantis em torno das pautas do movimento e a cultura, as artes, o cinema, a música e o teatro foram pontes de apoio para que os estudantes se reorganizassem nas lutas da categoria estudantil, na defesa da democracia, na luta contra a ditadura e na pauta da Anistia.

3.1 Os estudantes e a Anistia

A Universidade Federal da Paraíba foi berço de muitas lutas. Não seria diferente com a reconquista da democracia, com a derrota da ditadura e com a formação de grupos de apoio à pauta da Anistia. As lutas dentro da UFPB para conquistar a Anistia, principiam com a atuação das mulheres do MFPA, da participação de professores e alunos na busca pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. É que nos conta Walter Aguiar quando entra no CBA-JP no final da década de 1970

Então eu acabei [os estudos] em 77, eu acabei a Universidade, ficou a Libelu, eu era da Libelu e continuei, aí eu terminei Engenharia e continuei como engenheiro aqui trabalhando numa construtora e fiquei em 78, eu era da organização, não era mais estudante, acabei ainda nesse período continuando na organização como engenheiro, não era mais da

Universidade. Foi aí que surge o Movimento Brasileiro pela Anistia, com duas entidades que era o Comitê Brasileiro pela Anistia e, se eu não me engano o nome era Movimento Feminino pela Anistia o MFA.⁹⁹

Na UFPB a atuação das mulheres professoras que se uniram à luta do CBA-JP e em agosto de 1979 conquistaram a Anistia, como detalha Walter Aguiar

Era uma organização que era muito o pessoal professor da Universidade, mas tinha também estudantes e tinha outras pessoas, mulheres e tudo, mas era mais ligado ao professorado e o Comitê, veja bem, tudo era... a esquerda sempre foi muito dividida e a gente, vamos dizer, mais chamados a esquerda do movimento estudantil que era a Libelu e a Convergência Socialista e Washington era da Convergência Socialista, Washington e Irlânio e eu era da Libelu. Então nós, da chamada esquerda, nós criamos, olha, tinha o movimento pela Anistia que era esse pessoal mais o PCdoB, PCB, tudo era dividido, a esquerda sempre foi isso, sempre teve as divisões. Então nós criamos o Comitê Brasileiro pela Anistia, que era uma organização também nacional, que inclusive era mais forte, porque abrangia mais.¹⁰⁰

Quando entendemos nas entrevistas como era organização do CBA-JP, quais eram as suas estratégias e atuações, é possível entender essa aglutinação de pensamentos, de tendências e formas diversas de construir uma forma de luta em torno da pauta da Anistia, como

Nós realizamos uma greve de fome preparamos uma greve de fome forte, grande, pau, lá aonde é hoje a Assembleia Legislativa que naquele tempo era o Jornal *A União*. Nós cederam lá porque todo mundo queria participar, então nós cederam lá a gente preparou camas para as pessoas que iam passar e dizendo: Nós só saímos daqui, não vamos comer nada, até que seja declarada a Lei da Anistia! Uma das pessoas que chegaram lá entusiasmadas, foi Zé Euflávio, que hoje é jornalista conhecido aqui, aí disse: Washington estou aqui, vamos lutar! Vamos lutar, vamos, aqui, olhe, é passar fome é passar. Não vamos, aqui a gente morre de fome mas só abre... Teve um bocado de gente lá, empolgação, todo mundo preparado para passar uma fome forte mesmo. Foi chegando a noite, quando foi lá pra certa hora da noite, não muito tarde, aí estourou (bateu palmas) "Decretada a Anistia!" aí a turma que ia passar foi tudo tomar cerveja e comer, rapaz a gente se divertiu demais.¹⁰¹

Uma votação tensa, naquela noite, os embates entre a oposição do MDB e a ARENA, cada lado com discursos inflamados, entre eles o presidente da

⁹⁹Idem.

¹⁰⁰Idem.

¹⁰¹Washington Rocha, entrevista realizada em 16/01/2021

comissão de Anistia do Congresso Nacional, o senador Teotônio Vilela declarou

A Anistia é o reencontro da nação consigo mesmo, depois de tantos erros e animosidades. Eu tenho 52 argumentos das entidades mais representativas desse país. Cada um deles condena como iníquo o projeto do governo e pede Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Eu peço ao Congresso Nacional, eu peço ao Congresso Nacional que promova a rebelião das consciências antes que venha a rebelião das massas.¹⁰²

Apesar da luta dos CBA's e do MFPA, o projeto do governo foi aprovado pois a Arena tinha maioria no Congresso e o trecho mais nevrálgico, os crimes conexos alterados pela emenda do deputado Djalma Marinho¹⁰³ foi derrubada, a emenda estabelecia

Substitua-se os parágrafos 1º e 2º do artigo 1º pelo seguinte: Parágrafo único. Consideram-se conexos aos crimes políticos, para os efeitos da presente anistia, além dos atos preparatórios e complementares de crime político, os crimes de qualquer natureza praticados por motivação política. (VILELA, 1982 p.218)

Diferente do que foi aprovado, de acordo com o parecer do relator deputado Ernani Satyro da Arena da PB

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta ou Indireta, de Funções vinculadas ao Poder Público, aos servidores do Poder Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais. (idem, p. 233)

¹⁰² Trecho do discurso do Senador Teotônio Vilela durante a votação da Lei de Anistia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QySRA-vYnPU&t=175s> acesso em: 12/07/2022

¹⁰³ Djalma Aranha Marinho nasceu em Nova Cruz (RN) no dia 30 de junho de 1908. Em agosto de 1979, assumiu a presidência da Comissão Suprapartidária composta por cinco membros de cada partido, formada com o objetivo de apresentar uma emenda constitucional para restabelecer as prerrogativas do Congresso. Ainda em agosto, por ocasião da aprovação no Congresso do projeto de anistia do governo (28/8/1979), admitiu não saber se com o fim do bipartidarismo deixaria a Arena, garantindo, porém que não se filiaria ao MDB. Com a extinção do bipartidarismo (29/11/1979) e a posterior instauração do pluripartidarismo, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação governista. (Fonte: CPDOC disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/djalma-aranha-marinho> acesso em: 12/07/2022).

A emenda do deputado Djalma Marinho anistiava os presos políticos e quem tivesse cometido os chamados crimes de sangue, “terrorismo”, que não estavam previstos no projeto original do governo Figueiredo.

A Anistia aprovada, segundo Nascimento (2015)

era para o governo mais cômoda do que incômoda: trazer para o país exilados políticos e lideranças de esquerda tornou-se menos nocivo do que o risco de trazer à tona os crimes de tortura e seus respectivos praticantes, pauta estritamente censurada pela Lei de Anistia. Neste processo conciliatório, a oposição ao regime dividiu-se entre a insatisfação e o sentimento de conquista dado aquele momento. Poucos agentes políticos cogitaram serem contrários às contradições da Lei de Anistia. (NASCIMENTO, 2015 p. 109)

Com a derrota da emenda e a aprovação quase sem alterações da Anistia controlada que vinha do Planalto, os presos políticos acusados de terrorismo não seriam contemplados pela Lei de Anistia. Assim permaneceram ainda presos em Itamaracá os presos políticos: José Calistrato e José Emilson, entre outros. Sobre a Lei de Anistia e seu formato de construção por cima, Calistrato desabafa

Porque foi mal negociado. Olhe, quem foi presidente da (Comissão) Anistia? Teotônio Vilela! Quem era Teotônio Vilela? Um Senador da Arena que defendia os usineiros, que quando teve mais condições de dentro da Arena, desmoralizado, não defender o grupo dele, mudou-se para o MDB. Ulisses Guimarães, que não aceitou, porque os presos políticos de Itamaracá eram respeitados e ouvidos, Ulisses Guimarães que esteve lá com a gente, nós pedimos que o presidente fosse Marcus Freire, que apoiava a gente, que visitava a gente, mas não foi não, foi Teotônio Vilela e nisso daí foi aquela.. e eu não estou falando mal de Teotônio Vilela, eu estou contando porque a gente discutiu naquele tempo, que foi negócio, foi concessões e mais concessões, vamos dizer, pessoas que matou nossos companheiros, que torturou a gente, foi anistiado naquele dia, no 28 de agosto de 79.

De fato, os presos políticos de Itamaracá permaneceram no cárcere até 1980, como constatou Emilson Ribeiro em sua entrevista

Quando, tempos depois que vem a Anistia, que libertam os companheiros de Itamaracá. Nós quatro continuamos presos lá. Não os mesmos 4 que foram para as torturas, mas nós dois e mais dois companheiros, inclusive um condenado à prisão perpétua, o primeiro condenado à prisão perpétua no Brasil Rholine Sonde Cavalcanti, que é lá de Alagoas, foi condenado à prisão perpétua, então deixaram ele, eu e outro companheiro que no momento não me ocorre o nome e ficamos lá.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Emilson Ribeiro, entrevista realizada pelo autor em 23/01/2021.

A Anistia não foi a redenção total para colocar um ponto final na Ditadura Militar no Brasil, nem foi revanchista ou passou a borracha. A Anistia veio por cima, foi controlada pelo governo e pelo partido governista, mesmo com a luta da sociedade, no Congresso Nacional ela foi controlada quando os deputados e senadores da Arena votavam a seu prazer sabendo que detinham a maioria, a revelia dos CBA's e das demandas trazidas pela sociedade civil e entidades de luta pela liberdade dos presos políticos, como afirma Walter Aguiar

É tanto que houve a Anistia e alguns presos de Itamaracá continuaram presos, por isso que a Anistia era parcial continuam presos e outros presos políticos e outros exilados não conseguiam voltar também... não foi todo mundo que veio na mesma hora, você... A Anistia realmente ela foi um troço sobre o controle da Ditadura Militar, então basicamente foi isso, foi o ano de 78 que a gente fez, 79 e depois o Comitê acabou porque veio a Anistia e ele perdeu o objeto.¹⁰⁵

Quem não tinha sido condenado a responder por crimes de sangue, pode dar entrada nos pedidos de Anistia a partir da promulgação da Lei 6.683 de 1979. Como foi o caso da estudante Loures Meira que se encontrava no Maranhão na clandestinidade

foi quando eu vi pegar meus documentos aqui na Universidade, meu pai foi lá, falou, ele preparou a documentação, eu tinha que também tirar um documento que eu tinha perdido lá, tinha sido roubada, eu vi aqui, mas foi uma viagem rápida, dessa vez, depois eu vim mais calma, mas vinha já com a criança, não tinha, eu não tinha contato com ninguém, pouca gente eu consegui contactar quando eu vi aqui, porque foram muitos anos fora, mais de 20 anos fora. Mas a experiência estudantil foi uma parte e a experiência, a outra foi no Maranhão.¹⁰⁶

Depois de anos na clandestinidade, Lourdes pode voltar a Paraíba e tentou reaver seus direitos de estudar, procura a UFPB e consegue o direito de matrícula. Foram anos de clandestinidade e proibições até que ela pudesse realmente voltar a ser estudante. Com a anistia de 1979, a estudante conseguiu voltar a UFPB, fazer sua matrícula e concluir seu curso. Nos dias de hoje, Lourdes faz parte do movimento de mulheres e do PCdoB e atesta: "continuo na militância e vou morrer na militância."¹⁰⁷

Junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, segundo o Projeto de Cooperação Técnica celebrado com a CEVPM-PB, foram juntados mais de

¹⁰⁵ Walter Aguiar, entrevista realizada em 18/11/2021

¹⁰⁶ Lourdes Meira, entrevista realizada em 11/03/2021.

¹⁰⁷ Idem.

73 mil processos com documentos e testemunhos pessoais (BRASIL, 2014)
dos quais

Segundo dados de março de 2013, data-base dos trabalhos desta consultoria, a Comissão de Anistia contava com 1.770 requerimentos de Anistia do estado da Paraíba. Utilizando o montante total atual, cerca de 73 mil requerimentos (dados de agosto de 2014), os requerimentos do estado representam 2,42% do acervo, a vinculação dos requerimentos ao estado da Paraíba é estabelecida pela residência atual da pessoa requerente. Portanto, embora seja regra geral, isso não significa que os atos de exceções ou a naturalidade da pessoa atingida sejam desse estado. (BRASIL, 2014 p.7)

Desse montante, 23% dos processos recebidos pela Comissão de Anistia enviados pela Paraíba são de Estudantes, e as instituições que aparecem nos processos são: Colégio Estadual de Catolé do Rocha, Colégio do Róger, Liceu Paraibano, Escola Politécnica da Paraíba, Escola Técnica Federal da Paraíba, UFPB e URNE

Em uma lista disponível no acervo da AAP-PB que se encontra no Memorial da Democracia da FCJA, podemos verificar os nomes de 13 estudantes que entregaram requerimentos e seus processos foram deferidos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça¹⁰⁸

Podemos assim notar o quanto foi doloroso na vida de muitos estudantes as perseguições sofridas no seio da UFPB, as resistências, às cassações. O quanto ainda foi doloroso reviver todas violações de direitos ao ajuntar provas, documentos, fazer um levantamento de relatos e testemunhas para aí sim, requerer junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, abrindo um processo, as vezes com ajuda de advogados, as vezes com a ajuda de um parlamentar, como foi o caso do gabinete de Zenóbio Toscano, ou ainda com a ajuda dos próprios familiares. Relembrar, é sofrer de novo, é reviver as dores, mas são estes relatos, estes processos, a busca pela memória e pela verdade que faz com que seja possível fazer acontecer dentro da Justiça de Transição, a reparação.

Um passo significativo dentro da Justiça de Transição, foi a retratação que a Universidade da Paraíba faz ao comemorar os 20 anos da Lei de Anistia,

¹⁰⁸ 1. Maria de Lourdes Meira Cabral; 2. José Tarcízio Fernandes; 3. Heronides Dias de Barros; 4. Simão de Almeida Neto; 5. Helcio Lima de Oliveira; 6. Maria do Socorro Pessoa; 7. Maria Nazaré Coelho; 8. Luiz Bernardo da Silva; 9. Maria de Fátima Mendes da Rocha; 10. Valdete Rodrigues Almeida; 11. Oriana Andrade de Mattos; 12. Zenóbio Toscano de Oliveira; 13. José Emilson Ribeiro da Silva Documento pertencente ao Acervo da CEVPM-PB, disponível na FCJA, acessado em 25/10/2022.

ao pedir desculpas pelos erros do passado, é o que veremos no próximo tópico.

3.2 A UFPB pede perdão.

Nas comemorações dos 20 anos da Lei de Anistia, em 1999, por determinação do Magnífico Reitor Jader Nunes¹⁰⁹, a UFPB criou a sua própria Comissão de Anistia¹¹⁰ e revogou pela resolução nº 16/1999 a decisão do Consuni de 13 de março de 1969 que referendou a decisão do Reitor Guilardo Martins de punir vários estudantes. A Resolução diz:

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo seu Estatuto, tendo em vista deliberação de plenário adotada por unanimidade em reunião ocorrida no dia 27 de agosto de 1999, que se integra às comemorações dos 20 anos da Lei de Anistia. (UFPB, 1999 p. 41)

O Consuni aprovou por unanimidade baseado no relatório da Comissão de Anistia da UFPB que teve como relator o professor João Otávio Paes de Barros Júnior¹¹¹ e o reitor levou em consideração os fatos históricos

Reconhecendo que, sob o jugo da ditadura, homologou atos da Retoria lesivos à dignidade da pessoa e aos direitos políticos de membros da Comunidade Universitária; reconhecendo que tais decisões consumaram, à época, deplorável submissão ao poder discricionário de que se investiu a Administração Superior da Instituição; reconhecendo a necessidade de fazer para todo o sempre a reparação das punições aplicadas a alunos, professores e funcionários desta Universidade na vigência do regime militar; considerando que todas as formas de opressão foram inócuas diante da capacidade de resistência e luta do povo brasileiro, em especial dos segmentos universitários; Considerando que o ideal de liberdade e de cidadania impôs-se à tirania e reconduziu enfim a Nação à Democracia e ao Estado de Direito; Considerando que o processo de redemocratização do país registrou como um

¹⁰⁹Jader Nunes de Oliveira, nasceu em Fortaleza – CE, formou-se em Engenharia Elétrica na UFPE em 1971. Foi reitor por dois mandatos, de 1996 a 2004.

¹¹⁰Foram nomeados membros da Comissão de Anistia da UFPB: Neiliane Maia, Presidente; Maria Lígia Malta de Farias, Geraldo Maciel de Araújo e João Otávio Paes de Barros Júnior.

¹¹¹ Formado em Engenharia pela Universidade de São Paulo(1972), especialização em Planejamento Governamental pela Fundação Getúlio Vargas - RJ(1973), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1975) e mestrado em Economia Internacional pela Université de Paris X, Nanterre (1985). Sócio fundador da ADUFCG, em Campina Grande, cidade para onde se mudou em 1978, vindo do Rio de Janeiro, para integrar a formação do corpo docente da UFPB. Faleceu em 02/07/2022. Fonte: UFPB. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-lamenta-falecimento-do-professor-aposentado-joao-otavio-paes-de-barros> acesso: 18/10/2022

de seus marcos históricos mais relevantes a promulgação da Lei 6683, de 28 de agosto de 1979; (UFPB, 1999 p.41)

O passo dado pela UFPB sob o comando do reitor Jader Nunes fez com que o processo de justiça interno fosse dado, resolvendo revogar todas as resoluções do Consuni que puniram e violaram os direitos de estudantes, professores e funcionários durante a ditadura militar e no segundo artigo da mesma resolução de 27 de agosto de 1999 deixou marcas da transição e da justiça para a memória institucional da casa

Um momento especial vivido pela UFPB foi [...] a retratação das punições aplicadas em 1969, no auge da ditadura militar, contra alunos que, mediante a acusação de atividades políticas, foram suspensos por um ano, outros por dois anos, e vários expulsos e impedidos para sempre de estudar na Universidade (UFPB 50 anos, 2006 p. 113)

O depoimento de Jader para o livro comemorativo dos 50 anos de existência da UFPB, deixa bem claro que é para efeito de retratação institucional que o Conselho Superior da entidade reconhece os erros do passado diante de toda comunidade acadêmica e diante da sociedade pessoense e paraibana.

Jader continua a nos presentear com suas memórias desse dia histórico para a UFPB

Naquele ano de 1999, através da Comissão de Anistia que criamos no ano anterior, a UFPB incorporou-se de modo muito especial às comemorações pelos vinte anos da Lei de Anistia. Uma sessão especial para registrar publicamente a retratação institucional foi realizada pelo Conselho Universitário, com a presença, como convidados, de muitos daqueles que foram perseguidos e alcançados por atos discricionários do regime que se instalou no Brasil em 1964. (UFPB 50 anos, 2006 p. 113)

Em reportagem de *O Norte* em agosto de 1999 o jornalista Wellington Farias nos apresenta detalhes da sessão marcada para o dia 27 de agosto do mesmo ano no auditório da Reitoria

A Universidade Federal da Paraíba vai se retratar publicamente de atos arbitrários praticados pela instituição, a título de punições disciplinares, contra alunos, ex-alunos e professores, durante o período da ditadura militar. A sugestão partiu da Comissão de Anistia da própria UFPB que encaminhou o pedido de retratação ao Conselho Universitário, a propósito das comemorações pelos 20 anos da anistia política no Brasil (O NORTE, 1999)

O processo aberto pela Comissão de Anistia da UFPB recebeu o número 013.711/99-07 e tem como assunto: PEDIDO DE RETRATAÇÃO INSTITUCIONAL A ALUNOS, EX-ALUNOS E PROFESSORES, REFERENTE A PUNIÇÕES DISCIPLINARES NO ANO DE 1969 (UFPB, 1999 p. 27). O conteúdo do processo é composto por 6 anexos que vão desde a petição formal da Comissão de Anistia da UFPB, da cópia do Decreto Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979 que concede a Anistia, da cópia do Decreto 84.143 de 31 de outubro de 1979 que regulamenta a Lei da Anistia. Para fundamentar a petição foram anexadas as cópias dos processos internos da UFPB, protocolados na Reitoria pela Secretaria Geral e encaminhadas ao Presidente do CONSUNI para que seja feita a homologação e aberto o expediente.

Constam no processo os documentos relativos às perseguições aos estudantes e aos professores da UFPB

A) Solicitação do Secretário Geral ao Presidente do Conselho Universitário em 13 de março de 1969; B) Ofício reservado do Sr. Reitor Guillard Martins Alves aos Diretores de todas as unidades da UFPB, em 25 de fevereiro de 1969, encaminhando relação de 85 alunos e ex-alunos punidos; C) Documentos do Secretário Geral da UFPB, de 17 de março de 1969, contendo “Relação nominal corrigida dos alunos e ex-alunos”; D) Certidão, emitida pelo Secretário Geral da UFPB, da homologação, por unanimidade de votos do Conselho Universitário, ao ato do Reitor, referente às punições aplicadas a alunos e ex-alunos recém-formados da UFPB de março de 1969. (UFPB, 1999 p. 27)

Ainda foram anexados textos acadêmicos e outros documentos para embasar a solicitação da retratação, como o texto produzido pela professora Monique Cittadino, sobre a UFPB e o Golpe de 64 e o livro sobre o Caso Jomard Muniz de Brito sobre a repressão na UFPB, além de uma cópia da ata da Segunda Reunião Ordinária do Conselho Universitário de 13 de março 1969. (idem)

Esse embasamento anexado ao processo aberto pela comissão foi guiado pelo parecer do relator, o professor João Otávio que contextualizou com um conciso apanhado histórico do processo da ditadura militar, instalada com o golpe de 1964 e começou a defesa do parecer com as seguintes perguntas:

Quem pode ser contra um pedido de perdão por parte de quem cometeu atos absurdos e injustificáveis de prepotência e arbítrio? Quem pode ser contra a tentativa que, para sempre, será incompleta, de reparar o que é irreparável? Quem pode ser contra o esforço de limpar o nome de uma Instituição que, no passado, manchou-o indelevelmente? Para nós deste Conselho, não parece haver outro caminho além daquele que nos leva a pedir perdão aos ofendidos e humilhados (UFPB, 1999 p. 32)

O parecer segue chamando a UFPB e o Consuni à responsabilidade de se perdoar, mas ainda, de pedir perdão, se retratar diante da história de vida de estudantes e professores e não há aqui ambiguidades nem distâncias, pois a maioria que foram perseguidos como professores, começaram a sê-lo quando estudantes, se não na UFPB, mas em outros centros universitários do país. E continua o relator reconhecendo que

A Universidade da Paraíba, por meio de seus Órgãos de Direção e dos seus Membros mais ilustres, Reitor, Membros deste Conselho Universitário e Diretores de Unidades, prestou-se ao papel de algoz de seus próprios pares, professores, e daqueles a quem tinham por obrigação, de cuidar e educar: os estudantes dessa casa. (UFPB, 1999 p. 33)

O relator do processo de retratação em um tom solene, segue reconhecendo os erros do passado e chamando toda comunidade acadêmica a se reconhecer como partícipe do processo que levou dezenas de estudantes e outra tanta quantidade de professores ao silêncio, ao exílio, à prisão e até à morte, não sem dizer em quais valores estão fincadas as bases da Universidade Pública do Brasil e sem pieguismos, pedir perdão e seguir em frente

A retratação, mais do que comemoração é ação, aperfeiçoamento, desenvolvimento da anistia. É seu avivamento. Damos um passo a frente, completando-a, dando-lhe novos conteúdos, maiores e mais profundos. Assim fazendo, estamos vivenciando, verdadeiramente, a anistia, um objeto em construção permanente, tanto quanto nossa democracia, sempre carente de novas elaborações, e nossa utopia de sociedade... nossa mais próxima parada é a retratação que devemos aos que sofreram o arbítrio desta Universidade. Façamos nosso dever de hoje. Hoje é dia de a UFPB se retratar. Façamos isso para que, no futuro, nunca mais venhamos precisar de outras retratações. (UFPB, 1999 p. 34)

E a retratação veio, a noite daquele mesmo dia, numa sessão cheia de autoridades, representações da sociedade civil, dos governos estadual e municipal, a cerimônia pública foi realizada no auditório da própria UFPB com a presença da comunidade acadêmica e com a presença de ex-alunos perseguidos pelo regime militar e que tiveram seus direitos políticos cassados, como Rubens Pinto Lyra, Francisco de Paula Barreto, Simão Almeida e Zenóbio Toscano representando os estudantes e Jomard Muniz falou em nome dos professores que foram perseguidos.

Rubens Pinto Lyra, perseguido primeiramente com os estudantes secundaristas, depois proibido de se matricular, cassado pelos atos autoritários do Reitor e depois perseguido por se tornar professor e posteriormente por ser um dos grandes articuladores para a criação do Sindicato dos professores do ensino superior, na UFPB a ADUF-PB e já na redemocratização, participando do 8º congresso da Andes teve sua ficha corrida solicitada pelos órgãos de vigilância ainda ativos¹¹², relata na sessão do Consuni

Mais do que agradecimentos formais à Universidade, certamente devidos, em especial à comissão de Anistia e aos organizadores desta efeméride, importa aproveitar o ensejo para compreender o significado político da retratação pública que hoje promove, desculpando-se das punições praticadas em 1964 – há 35 anos atrás – e em 1968. Neste período, por imposição dos militares, privou seus próprios alunos, por motivos políticos, do direito de estudar, e afastou, pelos mesmos motivos, docentes do exercício da cátedra. (UFPB, 1999 p.61)

Para Zenóbio Toscano, estudante de engenharia civil e perseguido durante a ditadura militar e proibido de exercer suas atividades estudantis, pois fora presidente do DA de Engenharia e Secretário Geral da UEEP a retratação serviu para

passarmos uma borracha naquele passado que em nada engrandeceu a Universidade Federal da Paraíba, quando o Conselho Universitário aprovou uma determinação do então reitor, Guillard Martins, implantando um clima de terror, de perseguição junto aos professores e estudantes naqueles períodos obscuros, principalmente após o Ato Institucional Nº 5. (UFPB, 1999 p. 45)

¹¹² Em fevereiro de 1989 a Andes realizou na cidade de São Paulo o seu 8º congresso e a lista dos delegados participantes está disponível no SIAN onde o nome do professor Rubens Pinto Lyra aparece. (Ver SIAN. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp acesso em: 23/07/2022)

Zenóbio foi atingido ainda pelo Decreto 477, teve seus direitos estudantis cassados e foi proibido de se matricular na UFPB e mesmo depois de formado, não pode ter acesso à carteira do CREA, teve que fugir para o Piauí, só voltando à Paraíba depois da Anistia. Foi prefeito da cidade de Guarabira e foi deputado estadual por três mandatos. (UFPB, 1999 p.73)

Dentro da perspectiva de esquecer o passado ou passar uma borracha, Rubens Pinto Lyra foi assertivo na sua fala quando reconheceu que

a Universidade Federal da Paraíba não quer apenas deter-se no passado, transformando esta solenidade em biombo para dissimular seu pouco compromisso com as lutas do presente. Ao contrário: vem construindo novos patamares de qualidade acadêmica e de prática cidadã na medida em que busca aliar eficácia na prestação de serviços com a democracia. (UFPB, 1999 p.62)

Este importante ato da UFPB nos mostra a relevância do perdão, de reconciliar as instituições com a sociedade, sem esquecimento, mas lembrar para não repetir e de reaproximar professores com a Universidade e o fomento da luta para o ME que não pode ser excluída do processo de construção da sociedade. Neste mesmo evento, Simão Almeida lembra

é preciso ter essa dimensão da vida vivida naquele período, essa lembrança que jamais pode ser apagada e eu entendo que o ato de retratação da Universidade não é um passar uma borracha nem é um pedido de perdão, mas é, sobretudo, a reavivação de uma lembrança e a colocação dos fatos históricos no seu devido lugar, para que ninguém esqueça jamais esse é que é um grande desafio que nós temos que enfrentar. (UFPB, 1999 p.65)

Quando foi deputado estadual na Paraíba pelo PSDB, Zenóbio promoveu na API de João Pessoa e em Campina Grande, no ano de 2001, um debate com a AAP-PB

visando orientar todos os perseguidos da ditadura militar no sentido de fazer os seus processos de indenizações previstas na Medida Provisória nº 2.151, de 31 de maio de 2001, foi convertida na Lei nº 10.559, de 13/11/2002, que regulamentou o art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. (CEVPM-PB 2017 p. 39)

O desafio primordial de quem defende a luta dos direitos humanos, a preservação da memória e da história como ferramenta para a não repetição dos erros do passado é exatamente o que pensa Simão Almeida, a educação para o nunca mais, do jamais esquecer para não se repetir.

E concluindo a representação dos estudantes na reunião do reconhecimento dos erros da UFPB, Francisco de Paula Barreto arremata citando um poema da professora Rosa Godoy.

Nossas trajetórias interrompidas não tem preço nem retorno
tudo foi consuma tudo foi consumido do nosso melhor tempo
de sonhar. E se um dia, Senhor Reitor, Senhores Conselheiros,
quiserem escrever algo sobre nós, escrevam que os dias de
juventude foram de combate à violência e de paixão
tresloucada pela liberdade (UFPB, 1999 p.60)

A fala do Reitor da UFPB, Jader Nunes, pedindo perdão pelos erros do passado, chama toda comunidade para a reconciliação, para um recomeço

A comunidade universitária da UFPB aqui representada e seus convidados têm a felicidade de comemorar algo além dos 20 anos da Lei de anistia. Estamos comemorando a construção plural do renascimento da democracia em nosso país. Estamos celebrando o reencontro de todos os brasileiros com a liberdade. Estamos festejando a reafirmação da liberdade como valor intrínseco da nacionalidade. Estamos reverenciando a capacidade de preservar a memória política de uma nação e a memória de todos aqueles imolados na luta para restaurar o direito de contar essa história. (UFPB, 1999 p. 69)

Sem esquecer o que fez com seus pares, com os estudantes, professores e funcionários, a UFPB pediu perdão 20 anos depois da promulgação da Lei da Anistia de 1979. Foi um passo importante no processo de Justiça de Transição, mesmo sabendo que “a repressão na UFPB foi mais abrangente do que esses poucos documentos permitem reconhecer” (UFPB, 1999 p.32), muitas outras estudantes e tantos outros estudantes ainda não foram ouvidas e tiveram suas vidas registradas, muitos silêncios são respeitados e uma outra tanta história ainda precisa ser descoberta pelos pesquisadores e por historiadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos, ao longo deste caminho de trabalho, suado, às vezes com vontade de esperar parar a pandemia, às vezes com choro por não poder ouvir as pessoas descortinando nas vistas a cada vez que encontrava um nome num documento, mas tentamos antes de qualquer coisa, ouvir, fazer silêncios, ter um sentimento de “história paixão” por quem no campo da batalha da história vivida na rua, na luta armada, na clandestinidade, na prisão, no exílio resistiu por tantos anos à dor e ao esquecimento.

Este legado aprendido e aqui exposto foi sendo lapidado ao longo de anos praticando a escuta das oitivas e das audiências do Compartilhando Memórias, das Comissões Estadual e Municipal da Verdade para que as vozes e as memórias das pessoas que acreditaram na Democracia e nas Liberdades não pudessem desaparecer. Que o sentido de atuar no movimento é o interesse coletivo e a mudança de rumo na história de um povo e um país.

Entendemos como a participação dos estudantes, desde o movimento secundarista, até quando entram na UFPB, organizados e com as influências dos grêmios estudantis em seus processos democráticos de eleição e participação estudantil além, dos partidos políticos, das dissidências e demais organizações na luta contra a Ditadura, sim, tiveram força no processo para tensionar as forças da repressão em João Pessoa, enfrentar as forças policiais locais e despistar os órgãos de informação.

Compreendemos ainda que o ME dentro da UFPB, desde antes do golpe de 1º de abril de 1964, sofreu sob os ataques de setores conservadores dos grupos de latifundiários da Paraíba ligados à UDN. Com a decretação do golpe de Estado, a derrubada do Reitor Mario Moacyr Porto e a chegada do interventor Guilardo Martins, a UFPB passou a viver o arbítrio, o autoritarismo e os primeiros estudantes tiveram seus direitos estudantis e políticos cassados, como a proibição de se matricular, de entrar em qualquer prédio da UFPB e exercer o direito de organização no ME, com a interferência direta da Reitoria no DCE e nos DA's.

Foi possível ainda entender como foi sendo controlado pelo regime o processo de distensão iniciado no governo Geisel, pelos interesses do próprio mentor intelectual da distensão, Golbery de Couto e Silva. Esse processo de

distensão lenta, segura, gradual e controlada adiou ainda mais o processo de Redemocratização do país, pois setores mais radicais entre os militares defendiam cada vez mais o fechamento do regime.

Assim, percebemos no desenrolar da escrita que o processo de Justiça de Transição do Brasil foi lento e controlado por cima, pelos donos do poder, pela elite de Estado e pelas elites econômicas. E que os principais objetivos da própria Justiça transicional ainda são desafios para o tempo presente, à realidade brasileira pois, muito ainda é preciso ser feito para reconhecer as violações de Direitos Humanos cometidos pelo Estado Brasileiro no período estudado. Existe uma tendência cada vez mais recorrente de negar a existência da perseguição, do arbítrio e da tortura durante os 21 anos de governo militar estabelecidos com o Golpe de Estado em 1 de abril de 1964.

Dentro desse processo de reconhecer as violações, encarar de frente as vítimas, suas histórias de vida interrompidas pelas cassações, prisões, torturas, exílio e reparar de todas as formas possíveis os prejuízos para além da esfera financeira ou ressarcimento e não apenas, mas moral, político e histórica (TOSI, 2014 p.44). Ainda que as tentativas ao longo do final do século XX e o começo do XXI, muitos estudantes ainda não foram anistiados no sentido de terem sua reparação financeira reconhecida pelo Estado, apesar da luta da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, das Caravanas de Anistia, essa política de reparação tem sido cada vez menos encorajada pelo atual Governo Federal. Como o caso dos estudantes: Washington Rocha e Marcus Paiva que ainda esperam seu processo de Anistia se julgado, como atesta o próprio Marcus Paiva

...toda essa coisa, me levou a entrar com o pedido de Anistia Política, eu não quis pedir favor a ninguém e o meu pedido de Anistia Política nunca foi julgado. Quando assumiu Temer, eles correram e foram julgar os processos que a eles era conveniente, de Anistia Política e disseram no julgamento, não me avisaram do julgamento, eu no processo que entrei, de Anistia Política há mais de dez anos, indiquei várias testemunhas...¹¹³

E o próprio Washington Rocha conta das dificuldades de o processo andar junto ao Ministério da Justiça

¹¹³ Marcus Paiva, entrevista em 09/01/2021.

...Eu tenho acompanhado (o processo), Telma tem acompanhado, sempre diz que né... mais tá parado, eu espero que um dia chegue.... advogados que diz meu direito, não só meu, de outras pessoas como Marcus Paiva também, que não foi anistiado. É direito incerto. Mas isso não me preocupa muito não. O que me preocupa, o que me dá maior alegria no mundo é que nós vencemos aquela luta, nós trouxemos os nossos irmãos que estavam fora, vencemos e construímos a Democracia...¹¹⁴

Dos entrevistados, os que conseguiram reparação financeira foram Lourdes Meira, Emilson Ribeiro e José Calistrato, pois deram entrada no processo de Anistia junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Já Walter Aguiar não respondeu na sua entrevista se dera entrada no pedido de reparação junto à Comissão de Anistia.

Um outro objeto da Justiça de Transição que o Brasil ainda resiste por meio da luta da sociedade civil e das entidades de representação e de luta pelos Direitos Humanos, são o lugares de memória, o meios de preservação dos documentos, ainda que já estejam disponíveis no acervo do Arquivo Nacional uma grande quantidade de documentos que foram coletados ao longo do processo de estabelecimento da Democracia, mas muitos outros não se tem notícias e muitas partes estão incompletas, a resistência ainda para manter disponíveis o acesso aos arquivos públicos para o fomento da preservação da Memória e da Verdade e a divulgação desses relatos, dessas violações de Direitos como uma denúncia pública por meio dos documentos oficiais produzidos pelo Estado é uma realidade da história do Brasil. Como por exemplo na criação de acervos públicos permanentes onde ficam preservados os documentos produzidos pelas Comissões da Verdade e da Preservação da Memória. Na Paraíba, o Governo do Estado criou o Memorial da Democracia na Fundação Casa de José Américo em João Pessoa, mas ainda não é um lugar de pesquisa aberto ao público, desde a pandemia do Covid-19, as restrições de acesso ao acervo da DOPS, da CEVPM-PB e aos documentos da APA, têm ficado longe dos olhos do público e das pesquisadoras e pesquisadores. Agora com o fim da pandemia estes documentos poderão ser pesquisados pelos interessados em pesquisas acadêmicas.

Percebemos, ainda, dentro da política de Justiça de Transição, as recomendações oficiais dos relatórios finais das comissões da verdade, tanto a

¹¹⁴ Washington Rocha, entrevista em 16/01/2021.

nível Nacional, Estadual e Municipal, quase nada foi colocado em prática. Se quer a Comissão da Verdade da UFPB teve suas atividades iniciadas, o que se sabe das violações de Direitos dentro desta Universidade partem dos relatos dos próprios professores, estudantes e pouco ou quase se produziu ainda sobre a perseguição aos funcionários e funcionárias da casa durante o período.

Dentro desta mesma esfera, as homenagens em bairros, logradouros, prédios públicos, ginásios e tantos outros equipamentos dentro da UFPB, na Cidade de João Pessoa e em cidades da Paraíba, continuam a receber os nomes de perpetradores e violadores dos Direitos Humanos. Na esfera dos Títulos Honorários a UFPB coleciona em seu Hall uma lista de honrarias aos generais torturadores (FERREIRA et FERNANDES, 2006).

Apenas algumas ações pontuais foram possíveis de implementar, como em Campina Grande a mudança¹¹⁵ do nome do auditório da Reitoria da UFCG que levava o nome de Guilardo Martins Alves, foi alterado para Auditório João Roberto de Souza Borges. Em João Pessoa a escola Presidente Médici localizada no Bairro Castelo Branco, teve o nome alterado para Presidente João Goulart¹¹⁶ e a escola Presidente Costa e Silva, no bairro de igual nome, foi alterada para Manoel Lisboa de Moura¹¹⁷.

O que fica de experiência de vida e vivência acadêmica nesse processo de pesquisa e escrita, escuta e transcrições, aulas virtuais, pandemia: Que não é fácil fazer pós-graduação e trabalhar dois expedientes. Que os tempos difíceis que compreendemos está passando a sociedade atual, as Universidades, a CAPES com os cortes absurdos nas bolsas de promoção à pesquisa, os programas de pós-graduações silenciados, perseguidos e fechados; e tantas outras entidades de fomento à ciência, sirvam para o crescimento e o amadurecimento de nosso processo histórico, coletivo e individual. Que os valores de liberdade, democracia, direitos e bem estar social

¹¹⁵ Em reunião histórica realizada nesta sexta-feira, dia 10, o Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) aprovou a propositura do conselheiro Luciano Mendonça de Lima (Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=14918 acesso em: 22/09/2022)

¹¹⁶ Lei do Executivo Nº 10.444 de 30 de março de 2015 (Disponível em: <https://www.maispb.com.br/89862/lei-altera-nome-de-escola-que-fazia-apologia-a-integrante-da-ditadura.html> acesso em: 22/09/2022)

¹¹⁷ Projeto de Lei do Legislativo Nº 466/2015, de autoria do Deputado Anísio Maia. (Disponível em: <https://averdade.org.br/2016/03/manoel-lisboa-da-nome-a-escola-da-paraiba-em-lugar-do-ditador-costa-e-silva/> acesso em: 22/09/2022)

jamais sejam negados e desvalorizados nas nossas conversas. Que só um país reconhecendo sua diversidade, sua pluralidade, respeitando suas memórias e sua história é capaz de crescer sem repetir os erros do passado. Ditadura Nunca Mais. Tortura Nunca Mais. Por um país sem misoginia, xenofobia, LGBTfobia, machismo e racismo. Um país só pode ser grande, livre e independente se conseguir reparar sua própria história e cuidar do seu presente sem repetir os erros de ontem.

Referências:

Acervos

Arquivo do Memorial da Democracia – Fundação Casa de José Américo (FCJA)
Arquivo da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (CMV-JP)
Arquivo Dr. Maurílio de Almeida – (MA)

Fontes

Documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Localizado no Arquivo do Memorial da Democracia – Fundação Casa de José Américo

Periódicos

A União
Correio da Paraíba

Bibliografias

AARÃO REIS, Daniel. —**Ditadura, anistia e reconciliação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Vol. 23, nº 45: 171-186. 23 ago. 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1985). Bauru, SP: Edusc, 2005: 423 p

_____. Estado e Oposição no Brasil (1964-1985) Petrópolis, RJ: Vozes, 1985 5ª ed. p. 358 Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&id=3559105049402&pagfis=2019> acesso: 20/11/22.

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Cidade Nova. Rio de Janeiro, 1966: 235p Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=21122> acessado em 13/07/2021.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A liberdade nasce da luta: o surgimento da OSI na crise da ditadura. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida Org. **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. Volume I. São Paulo: Ed. Aderaldo e Rothschild, 2009. 340 p.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil**: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985: 312 p.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean -Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998: 349-363 p.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In. FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1) 976 p. (Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf acesso em 20/09/2022)

BRASIL, Ministério da Justiça/Comissão de Anistia. **Projeto de Cooperação Técnica**. Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil. Brasília, 2014 p. 23

BRASIL, Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979. **Lei de Anistia**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm acesso em 03/12/2020.

CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: **Justiça de Transição**, manual para a América Latina. REATÉGUI, Félix. (org.) Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Brasília, 2011: 379-401

CASTRO, Ana Rita de. **Audiência Pública – A vida na clandestinidade**. João Pessoa. 19 de dezembro de 2013. Acervo da CEVPM-PB. 26 p.

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 64**. João Pessoa: Cadernos da ADUFPB-SSind., nº 10, 1993. 45 p.

_____. **Poder local e ditadura militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.

COMBLIN, Pe. Josepf. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Tradução de A. Veiga Filho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978. p. 251. (Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=5633> acesso: 03/10/2022)

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório final**. João Pessoa: A União, 2017.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA. **Relatório**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

CORTÊS, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**: Cotidiano e resistência dos Presos Políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-1979) disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/12765> acesso: 03/07/2022.

COSTA, Fernando Luiz Araújo da. **Um corvo sobre a Paraíba**: da invasão à ocupação da Faculdade de Direito, 50 anos depois. 2015. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

_____; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O que dizem os Arquivos da Fundação Lelio e Lisli Basso sobre a Anistia no Brasil. In. TOSI, Giuseppe.; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.). **40 anos da anistia no Brasil**: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

CPDOC, **COMITE BRASILEIRO PELA ANISTIA** (CBA) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba> acesso em: 03/12/2020

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. 508 páginas.

DIAS, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle**: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da universidade federal da paraíba (1964–1985). Dissertação (Mestrado) PPGH/UFPB. 2021: 225 p.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado**, ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. “História e Poder”. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo do regime autoritário. **Ditadura militar e redemocratização**. Quarta República (1964-1985), Coleção O Brasil Republicano, 9ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019, p. 432.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra.; FERNANDES, David. (Orgs.). **UFPB 50 Anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. 177 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Entre-Vistas: Abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994: 172 p

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001: 277 p

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado 'perdão aos torturadores'. **REVISTA ANISTIA POLÍTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**, 2010, v. 4, p. 318-333.

FERREIRA, Olga Larissa Vieira. **“Onde termina a justiça social e começa a subversão?”** Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB, João Pessoa: 2020.

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. **Discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do Presidente Ernesto Geisel**. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse> acesso: 13/11/2021.

GEISEL, Ernesto. **Discurso do Presidente Ernesto Geisel aos dirigentes da ARENA em 29 de agosto de 1974**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/17.pdf/view>, acesso em: 24/03/2021. Mas em março de 1974, Geisel ensejava no seu primeiro discurso ministerial: “envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/emestogeis/el/discursos/1974/03.pdf/view>, acesso em: 15/03/2021

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.21-41

GOMIDES, Fernanda de Paula. Anistia: Acervo, perspectivas e limites. In: TOSI, Giuseppe et all (Orgs) **A Formação em Direitos Humanos na Educação Superior no Brasil**: trajetórias, desafios e perspectivas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014 p. 261-277.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014: 294 p

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**, 2003. Tese de doutorado-Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. 559 p.

GREENHALG, Luiz Eduardo. **Discurso de Abertura do I Congresso Nacional pela Anistia**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/23/abertura-do-i-congresso/> acesso em: 03/12/2020.

GUEDES, Nonato et all. **O jogo da verdade**: revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa, A União. 1994, 515 p.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007: 188 p.

LEAL, Wills. **Primeiro de abril, antes e depois de 1964**. João Pessoa: Ideia, 2014, 157p.

LIMA, Haroldo.; ARANTES, Aldo. História da Ação Popular: da JUC ao PC do B. 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.; FILGUEIRAS, Otto. **Revolucionários sem rosto**: uma história da Ação Popular. Volume 1: Primeiros Tempos. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. (ICP), 2014.]

MACHADO, Jório. **1964: A opressão dos Quartéis**. Editora O Combate. João Pessoa, 1991: 141 p.

MARTINS FILHO, João Roberto. "O movimento estudantil nos anos 60 " In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), pp.185-198

MORAES, Maria do Socorro Fragoso. **Audiência Pública – Testemunho de Maria do Socorro Fragoso de Moraes [Jô Moraes]**. João Pessoa. 28 de junho de 2013. Acervo da CEVPM-PB 57 p.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedço de Chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e II, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia” In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009: 13-37.

_____. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014: 429 p.

_____. **A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política**. *Páginas* ano 8 – nº 17 Mayo – Agosto, 2016: 25 p. (Disponível em: <https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222> acesso em: 21/09/2022)

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado) PPGH/UFPB, João Pessoa, 2015: 171p.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do Partido no Estado (1980/2000)**. Tese (Doutorado) – UFPE/CFCH, Recife, 2003, 395 p.

_____. **Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)**. Publicado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas, UFPB, 2009: 57-84 p.

_____. **“Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”**. Revista Perspectiva Histórica, vol.2, no 2, janeiro-junho de 2012: 37-62 p.

_____. **Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)**. In Saeculum – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: 225 jul/dez, 2014: 285-304 p.

_____. As experiências de “luta armada” na Paraíba. In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTÓIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos) 29-50 p.

_____. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In. OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (Orgs.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, p. 71-89.

_____. **O ano de 1968 no estado da Paraíba: militância estudantil e opção pela “Luta Armada” – Trajetórias, história e memória**. In: NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga, 2018, p. 133- 159.

_____. **“A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985)”**. Saeculum – Revista de História, 2018.

_____. “A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos”. In. BEZERRA, Josineide da Silva.; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos.; NUNES, Paulo Giovani Antonino. (Orgs.). **História Política: rupturas institucionais e revoluções**. João Pessoa-PB: Editora UFPB, 2018.

_____. “A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a Campanha da Anistia na Paraíba (1978-1979) In. TOSI, Giuseppe.; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.). **40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

PAULO VI, Papa. **AUDIÊNCIA GERAL**, Quarta-feira, 21 de outubro de 1970. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paulvi/pt/audiences/1970/documents/hf_p-vi_aud_19701021.html acesso: 18 de outubro de 2021.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2012.

PIRES, José Maria, arceb. Da Paraíba. **Do centro para a margem**. João Pessoa, Acuã. 1978. 200 p.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. - Rio de Janeiro: Booklink, 2004: 351 p.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003 (Coleção Revoluções no século XX, direção de Emília Viotti da Costa).

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral Diferente**. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. 1997: 25-39. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233> Acesso: 04/12/2020.

_____. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016: 200 p

PRADO, Luiz Carlos Delorme.; EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp 207-24.

RAMOS, Erica Lins. **Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande – PB (1964 – 1968)**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA/PPGH, João Pessoa, 2013: 268 p.

REATÉGUI, Félix. (org.) **Justiça de Transição**, manual para a América Latina Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Brasília, 2011: 575 p.

RÉMOND, René. Uma História do Presente. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003: 464 p.

RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores”. In REIS FILHO, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo.; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). **O golpe e ditadura militar 40 anos depois** (1964-2004). Bauru-SP:Edusc, 2004

ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. (Orgs). **1968: O ano que ficou** – memórias afetivas. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. 468 p. Volume II.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. - 9ª edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano, vol. 4), p. 313-356.

SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande-PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60)** Dissertação de Mestrado. PPGH/UFCG, 2014: 156 p.

SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969)**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA/PPGDH, João Pessoa, 2017: 150 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo e Tancredo**, 1964-1985; Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 315 a 408.

_____. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964 – 1985)**. Dissertação (Mestrado) UFPB/CCHLA/PPGH, João Pessoa, 2020: 229 p.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64**. Londrina: Ed. UEL/Ed da Universidade Federal da Paraíba, 1996, 375 p.

STEPAN, Alfred C. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. Tradução Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986: 115p.

_____. (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 633 p.

THIESEN, Icléa. **Documentos “sensíveis”**: Produção, retenção, apropriação. Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação, v6, 2013: 1-15 Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119475> acesso: 20/10/2020

TOSI, Giuseppe. et all (organizadores) **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014: 347 p.

UFPB. **A retratação da UFPB**. Edição alusiva às comemorações dos 20 anos da Lei de Anistia. João Pessoa, 1999 101 p.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. **Pedro Gondim**. Paraíba: Nomes da nossa História. *A União*, João Pessoa, 2002, 100 p.

ZERBINI, Therezinha Godoy. **Anistia**: sementes da liberdade. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1979: 255 p.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos. In: REATÉGUI, Félix. (org.) **Justiça de Transição**, manual para a América Latina Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Brasília, 2011. p. 47-71

Entrevistas realizadas pelo autor

AGUIAR, Walter. **Depoimento**. Estudante de Engenharia, membro da Libelu e secretário do CBA-JP perseguido pela Ditadura Militar na Paraíba – Entrevistador Fernando Luiz Araújo da Costa. Google Meet. Realizado em 18/11/2021

CABRAL, Maria de Lourdes Meira. **Depoimento**. Estudante da Ação Popular em João Pessoa, perseguida pela Ditadura Militar – c asa de Lourdes Meira em João Pessoa, realizada em 11/03/2021.

CARDOSO FILHO, José Calistrato. **Depoimento**. Estudante perseguido pela Ditadura Militar na Paraíba e militante da ALN – Casa de Emilson Ribeiro em João Pessoa. Entrevistador Fernando Luiz Araújo da Costa. Realizado em 23/01/2021

GREENHALGH, Luiz Eduardo. **Aula do Mestrado**. Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Em 23/07/2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ej_gMG2PVOA acesso em: 09/03/2021

GREENHALGH, Luiz Eduardo. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 17/08/2017. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevista&idEntrevista=160&idEntrevistado=199&mn=56> acesso: 08/10/2020

PAIVA, Marcus Aurélio Dias de. **Depoimento**. Estudante perseguido pela Ditadura Militar na Paraíba – Entrevistador Fernando Luiz Araújo da Costa. Google Meet. Realizado em 09/01/2021.

ROCHA, Washington. **Depoimento**. Estudante de medicina, membro do PCBR, presidente do CBA-JP e perseguido pela Ditadura Militar na Paraíba – Casa de Washington Rocha em João Pessoa. Entrevistador Fernando Luiz Araújo da Costa. Realizado em 16/01/2021.

SILVA, José Emilson Ribeiro da. **Depoimento**. Estudante perseguido pela Ditadura Militar na Paraíba e militante da ALN – Casa de Emilson Ribeiro em João Pessoa. Entrevistador Fernando Luiz Araújo da Costa. Realizado em 23/01/2021.

ANEXOS

ANEXO I

Pedaço da minha vida I
José Emilson Ribeiro
da Silva

Impedindo de gritar as
dores sentidas.
Só as aurículas
transmitiam
o mundo exterior
ao meu eu, e
ouço

entre choques e dores
gritos que perguntam,
na pausa da agressão,
mostrando retratos:
"Conhece esta?
É a mulher dele?
Aparelho, pontos,
aparelho."

Não sei!
Nunca vi!
Não tenho!

Choques, convulsões,
sede terrível,
sangue gotejando,
baba escorrendo,
água jorrando
sobre narinas,
e sobre o pênis
que vibra revoltado
nos fios que
choques transmitem.

Agora,
não só o pênis,
também a orelha
ganha seu quinhão
que recebe e transmite
ao cérebro os choques
numa violência sem
par,
que afeta, fere e
deforma
a percepção.

Tiram-me do "pau-de-
arara"
desatam-me as mãos
roxas, insensíveis

pelo torpor do sangue
nas veias paralisado.
Puxam-me, arrastam-
me

pelos cabelos,
rodopiando sobre
vômitos,
fezes, baba, sangue,
urina...
É A TORTURA
no sapato "Luiz XV",
sobre latas
nada, nada pude fazer.
Mudo, paralisado,
entorpecido
pelos choques dos
fatos
mais pareço um grão
de arroz
por formigas carregado.

Da face me escorre
abundante líquido,
as narinas invadidas
do insosso fedor,
as roupas embebidas
da pegajosa
substância, e
de vermelho, tintas...
ESTOU PRESO.

Sou um fardo vivo
no lastro
de um carro jogado.

Sou carne em
receptáculo
sob punhos cerrados, e
por coronhas d'armas
massacrado
qual bife em preparo.
Caras medonhas me
fitam,
e gritam:

"Aparelho, pontos,
pontos, aparelho..."
Pancadas, contorções,
desmaios,
giros no próprio corpo,
e
nos fios enrolando-se
fios trazendo
formidolosos choques

paralisando corpo e
mente.

De repente...
Tudo escurece à minha
vista...

E um saco negro
em minha cabeça
envolvido.
E continuo, nestes
estertores
até que,
do veículo arrancam
este fantasma
mascarado,
rasgado,
de sangue tingido,
e sigo

numa caminhada difícil
nas paredes, aos
encontrões,
choques violentos,
contorções, pancadas,
quedas...

Numa cena que,
aos sádicos hilariantes
causa prazeres e gozos
numa realização interior
de animais doentios.

Sigo,
contra paredes.
aos encontrões
chocantes,
de ressonância
abafada,
e perguntam gritando
se cego estou?
Mas, como ver?
Se tudo é negro ã
minha volta...
Ah! Aquele capuz preto!

De repente, de repente,
numa minúscula sala
estou,
toda branca, forrada,
abafada
para os gritos
lancinantes

das dores não
 trespassar.
 No chão...
 água, sangue, vômitos,
 fezes
 doutros que me
 antecederam.
 É a CÂMARA DE
 TORTURAS.
 Agora,
 nu, pendurado
 com a bunda pró
 mundo
 a fotografar
 caras nojentas,
 imundas,
 mais imundas
 que minha própria
 bunda
 que sangra e derrama
 sob pressão
 da haste da vassoura
 fazendo as vezes
 de falo devastador.
 É A TORTURA,
 É o café em fogo
 na cara jogado
 que aos olhos me
 queima.
 E o rosto que arde
 sob fios surrantes,
 é água derramada
 narinas a dentro
 quase afogando...
 São choques
 convulsivos
 terrificantes
 fechando olhos e boca.

PEDAÇOS DE MINHA VIDA II

25 de agosto.
 5 horas da manhã...
 Caminho, rua a fora
 longamente atento
 aos meus deveres
 cumprir,
 não posso falhar, não
 posso
 é o amor que impõe
 é o amor que envia
 e eu sigo esperançoso
 de encontrar e cumprir
 meus deveres com
 amor.
 E o amor por ELA
 que são todos,
 que envia,
 que guia,
 Caminho longamente
 atento, olhando, e...
 o indesejável vigiando,
 e eis que
 de longe vejo
 a quem procuro
 e sigo
 e confio
 e me aproximo
 de lábios abertos e na
 face o riso
 como sempre ao seu
 encontro ia.
 Mas...
 Não é alegria que me
 chega,
 não é amor que recebo,
 não é amor que sinto,
 não é felicidade que me
 saboja,
 não é o prazer que me
 invade,
 são seus opostos que
 me esperam.

E o vigiado indesejável
 aparece,
 são cinco e trinta da
 manhã!
 Gritos, correria,
 armas em profusão,
 cena de horror...
 e eis que tomo,
 e sobre mim caem
 brutamontes às
 dezenas,
 numa pancadaria
 infernal
 e eu,
 que da arma sacara
 massacrando os pés
 acompanhados de
 choques
 que me põem ao chão,
 e,
 entre choques e
 convulsões,
 reerguer e montar
 sobre latas
 para novamente cair, e
 novamente
 entre convulsões seguir
 numa agonia sem fim.

Depois...
 Depois a cela sem pão
 que falta não fazia.
 Só um desejo louco
 de não viver...
 Um desejo ardente, de
 Morrer.
 Morte rápida
 sem agonias.
 Só tu, oh Morte,
 falta fazias.
 Dops, Recife, 19/1 1/73

Anexo II

15/05/02 10:05 FROM:0832144571 DEP ZENOBIO TOSC PAGE:01

Arguente
ML 27/2/69



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
INSTITUTO CENTRAL DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

22-ICFCH/147/69 Em 25 de fevereiro de 1969

BCL

Senhor Chefe:

Cumpre à Coordenação do ICFCH comunicar a V. S. que:

1. Ficam suspensas as matrículas das alunas MARIA DE LOURDES MEIRA e ORIANA ANDRADE MATTOS, do Curso de Filosofia por determinação da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, pelo prazo de um ano.
2. Todas as matrículas de ex-alunos da UFPB (formados) ficam na dependência do parecer desta Coordenação.

Contando com o rigoroso cumprimento ao presente apresento protestos de alta estima e consideração.

Vilma dos Santos Cardoso Monteiro
(VILMA DOS SANTOS CARDOSO MONTEIRO)
Coordenadora do ICFCH

Ilmo. Sr.
Prof. Manuel Vianna Correia
DD. Chefe do Departamento de Filosofia
NESTA

Ofício impedindo duas alunas de se matricular na UFPB.
(Fonte: Caixa Anistia Arquivo Geral da UFPB)

Anexo III

Estudantes punidos em 1969 por ato do Reitor da UFPB

1. Alunos ou ex-alunos (formados) impedidos de serem matriculados nas diversas unidades da UFPB: Aderbal Villar de Carvalho (Formado pela FACE – JP); Alzenir Rodrigues dos Santos (Formado pela FACE – JP); Heloíso Gerônimo Leite (Formado pela FACE – JP); João Lacerda Lima (Formado pela FACE – JP); José Fernandes Neto (Formado pela FACE – JP); José Ferreira da Silva (Formado pela FACE – JP); Leda Rejane Pereira do Amaral (Formada pela FACE –JP); Maria Auxiliadora Rosas (Formada pela FACE – JP); Edite Maria de Oliveira (Formada pela FACE – CG); Jaerson Lucas Bezerra (Formado pela FACE – CG); Jurandir Cardoso de Alcântara (Formado pela FACE – CG); Maria de Fátima Mendes da Rocha (Formado pela FAFI – JP); Wilma Batista de Almeida (Formada pela FAFI – JP); Dinalva Navarro (Formada pela Escola de Ciências Sociais – JP); Maria da Penha Ribeiro (Formada pela Escola de Ciências Sociais – JP); Maria Teixeira (Formada pela Escola de Ciências Sociais– JP); Terezinha do Vale (Formada pela Escola de Ciências Sociais – JP); Djamil de Holanda Barbosa (Formada pela Escola Politécnica – CG); Iêdo Martins Marcondes da Silveira (Formado pela Escola Politécnica – CG); José Tadeu Carneiro da Cunha (Formado pela Escola de Engenharia – JP); Luiz Carlos Soares (Formado pela Escola de Engenharia – JP); Paulo José de Souto (Formado pela Escola de Engenharia – JP); Zenóbio Toscano de Oliveira (Formado pela Escola de Engenharia – JP); Emilton Amaral (Formado pela Faculdade de Direito – JP); Germana Correia Lima (Formada pela Faculdade de Direito – JP); Ivanise de Souza (Formada pela Faculdade de Direito – JP); Jáder Carlos Coelho da Franca (Formado pela Faculdade de Direito – JP); Maria Neiva Gadê Negócio (Formada pela Faculdade de Direito – JP); Simão de Almeida Neto (seis meses para concluir o curso de Engenharia – CG). (SILVA, 2017 p.149-150)